

LISTA DE CONFERÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO

Nº	DOCUMENTO	FOLHAS N. (*)	v
1	Autorização para funcionamento jurídico emitida pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC	3	
2	Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com todas as alterações e/ou consolidação e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.	4 a 16	
3	Para o representante legal: cédula de identidade oficial e documentação que comprove sua condição	17 a 21	
4	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ	22	
5	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da pessoa jurídica, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o serviço.	23 a 24	
6	Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual (da sede e do Estado de Goiás), Municipal e do Distrito Federal do domicílio ou sede da pessoa jurídica, mediante certidões fornecidas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil - Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão pela Fazenda Estadual ou do Distrito Federal, que esteja dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos cento e oitenta dias quando o prazo de validade não estiver expresso pela Fazenda Municipal, que esteja dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos cento e oitenta dias quando o prazo de validade não estiver expresso	25 a 28	
10	Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pelo órgão gestor, que esteja dentro do prazo de validade expresso no próprio certificado;	29	
11	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em obediência ao inciso V do art. 29 da Lei 8.666, de 1993, incluído pela Lei 12.440, de 2011, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão	30	
12	Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da Sede da Companhia, dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos cento e oitenta dias, se a validade não estiver expressa na certidão	31	

Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, torre Jatobá, Tamboré.
Barueri / SP - CEP 06460-040

13	Empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.	Não se aplica	
14	Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.	32 a 169	
15	Certificado Empresa de Transporte Aéreo (ETA), emitido pela Gerência de Operações da Aviação Geral da ANAC, válido, nos termos do item 119.40 do RBAC nº 119; *COA	170	
16	Outorga de concessão para explorar serviços de transporte aéreo regular, expedida pela ANAC ou pelo(a) Presidente da República;	171 a 178	
17	Especificações Operativas (EO), emitidas pela ANAC e emendas, se houver, conforme previsão do item 119.51 do RBAC n. 119.	179 a 212	
18	pedido de credenciamento e lista de conferência da documentação, conforme modelo constante do Anexo nº 4;	213 a 215	
19	ficha cadastral, conforme modelo constante do Anexo nº 5;	216 a 217	
20	declaração de inexistência de fatos impeditivos ao credenciamento, nos termos do Anexo nº 6;	218	
21	declaração de não possuir em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do Anexo nº 7.	219	
	(*) Indique nesta coluna o número da folha do documento correspondente. OBSERVAÇÃO: Esta relação deve capear o conjunto dos documentos de habilitação, cujas folhas devem estar numeradas em ordem sequencial.		

CERTIFICADO DE OPERADOR AÉREO
AIR OPERATOR CERTIFICATE (AOC)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
NATIONAL CIVIL AVIATION AGENCY



AOC #: 2008-11-OAZU-01-00

Data de vencimento (Expiry Date):

Este certificado, emitido de acordo com a legislação em vigor, terá validade ilimitada, salvo em caso de cancelamento, suspensão ou revogação pela Autoridade de Aviação Civil Brasileira.

This Certificate Shall remain valid for an unlimited duration, unless the approval is cancelled, suspended or revoked by Brazilian Civil Aviation Authority.

Nome da empresa (Operator Name)
AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.

Nome Comercial (Dba Trading Name)
AZUL LINHAS AÉREAS

Endereço (Address):

Av. Marcos Penteado de Ujhôa Rodrigues, 939
Edif. Castello Branco Office Park - Torre Jatobá -
10º andar - Alphaville Industrial
CEP.: 06460-040 – Barueri - SP

Telefone (telephone): **+55 (11) 4134 9812**

Fax (Fax): **+55 (11) 4191-3652**

Email: **diretoroperacoes@voeazul.com.br**

PONTOS DE CONTATO OPERACIONAL

Informações detalhadas para contatos, a qualquer momento, com o pessoal de gerenciamento operacional da empresa de transporte aéreo estão listadas no seguinte documento que se encontra a bordo da(s) aeronave(s):

OPERATIONAL POINTS OF CONTACT
Contact details, at which operational management can be contacted without undue delay, are listed in following document:

Especificações Operativas
(Operating Specifications)

O presente documento certifica que a **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A** está autorizada a realizar operações comerciais de transporte aéreo público, segundo o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) 121, conforme definido nas Especificações Operativas em anexo, de acordo com o Manual Geral de Operações aceito e em conformidade com as demais normas, regulamentos e padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Aviação Civil.

*This certificate certifies that **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A** is authorized to perform commercial air operation under the requirements of the Brazilian Civil Aviation Regulation (RBAC) 121, as defined in the attached operations specifications, in accordance with the general operations manual and compliance with rules, requirement and standards established by the National Civil Aviation Agency – Brazil.*

Local e data da emissão (Place and data of issued)

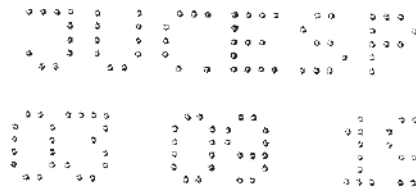
Rio de Janeiro, 15 de maio de 2013

Rio de Janeiro, May 15th, 2013

Nome, Título e Assinatura (Name, Title and Signature)

Nome do Superintendente

Wagner William de Souza Moraes
Superintendente de Segurança Operacional
Operational Safety Superintendent



SP
JUCESP PROTOCOLO
0.906.074/19-8

AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
CNPJ/MF Nº 09.296.295/0001-60
NIRE 35.300.359.534

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2019**

01. Data, hora e local: aos 20 (vinte) dias de agosto de 2019, às 13:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Marcos Penteados de Ullhôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040.

02. Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

03. Mesa: Assumiu a Presidência da Mesa o Sr. Antonio Flávio Torres Martins Costa, que convidou a Sra. Joanna Camet Portella para atuar como Secretária.

04. Convocação: Dispensada, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, devido à presença da totalidade dos acionistas.

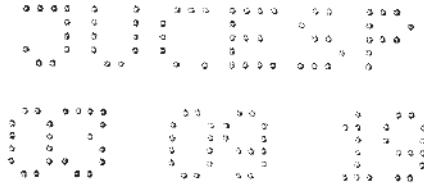
05. Ordem do Dia: Deliberar acerca da renúncia e eleição de membros da Diretoria da Companhia.

06. Deliberação: Após examinadas e discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas decidiram, por unanimidade, aprovar:

(A) a aceitação do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. **David Gary Neeleman**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 53.031.273-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 744.573.731-68, com endereço comercial na Av. Marcos Penteados de Ullhôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, ao cargo de Diretor Presidente, conforme carta endereçada à Companhia e arquivada na sua sede, agradecendo a este pelos relevantes serviços prestados durante seu mandato e outorgando-lhe plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação por todos os atos praticados no exercício de suas funções como administrador da Companhia; e

(B) a eleição do Sr. **John Peter Rodgerson**, norte-americano, casado, administrador, portador da cédula de identidade RNE nº V558442-M CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob nº 233.337.188-98, com endereço comercial na Av. Marcos Penteados de Ullhôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, para o cargo de Diretor Presidente para um mandato de 3 (três) anos a contar da presente data, nos termos do Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia.





O diretor ora eleito declara não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade mercantil, sendo empossado, nesta data, mediante a assinatura do respectivo termo de posse lavrado em livro próprio, o qual se encontra arquivado na sede da Companhia.

07. Encerramento: Nada mais tendo sido tratado, foi a presente ata lavrada e, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas presentes da Companhia, Barueri, 20 de agosto de 2019.
MESA: Antonio Flávio Torres Martins Costa – Presidente; Joanna Camet Portella – Secretária.
ACIONISTAS PRESENTES: (i) Azul S.A., representada por seu Diretor Presidente John Peter Rodgerson, e (ii) David Gary Neeleman.

Confere com o original lavrado em livro próprio.



Antonio Flávio Torres Martins Costa
Presidente



Joanna Camet Portella
Secretária

Acionistas Presentes



Azul S.A.
John Peter Rodgerson
Diretor Presidente



David Gary Neeleman

JUCESP
03 SET 2019
SEDE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
461.775/19-0
CARTÃO DE REGISTRO
DO SIGNATÁRIO
JUCESP

JURÍDICO
AZUL



Barueri, 20 de agosto de 2019.

À

AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.

Av. Marcos Penteadó de Ulhôa Rodrigues, 939, 9º andar, Torre Jatobá, Cond. Castelo Branco
Office Park, CEP 06460-040, Barueri – SP

Ref.: Renúncia ao cargo de Diretor Presidente da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

Prezados Senhores,

Venho, por meio desta, apresentar à **Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.296.295/0001-60 (“Companhia”), minha renúncia ao cargo de Diretor Presidente, informando que encerrarei minhas atividades na presente data. Coloco-me ao dispor de V.Sas. para o que mais seja necessário para completo desligamento do quadro de Diretores da Companhia.

Sem mais para o momento, agradeço a confiança que em mim foi depositada.

Atenciosamente,

David Gary Neeleman

CPF/MF nº 744.573.731-68

AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.

CNPJ/MF Nº 09.296.295/0001-60

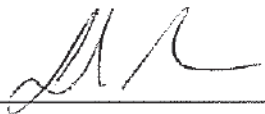
NIRE 35.300.359.534

TERMO DE POSSE E DESIMPEDIMENTO

John Peter Rodgerson, norte-americano, casado, administrador, portador da cédula de identidade RNE nº V558442-M CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob nº 233.337.188-98, com escritório na Av. Marcos Penteadó de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040, Barueri, São Paulo, neste ato toma posse no cargo de Diretor Presidente da **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Av. Marcos Penteadó de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040, Barueri, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.296.295/0001-60, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob NIRE 35.300.359.534 ("Companhia"), pelo que assina o presente Termo de Posse, declarando atender a todas as condições de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76, e alterações posteriores, inclusive não estar impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

Para os fins do artigo 149, § 2º, da Lei 6.404/76, declara o signatário que receberá eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos à sua gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

20 de agosto de 2019.



John Peter Rodgerson



JUCESP
20 01 20



JUCESP PROTOCOLO
0.135.916/20-3



AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
CNPJ/MF Nº 09.296.295/0001-60
NIRE 35.300.359.534

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2020**

01. Data, hora e local: aos 30 (trinta) dias de janeiro de 2020, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Marcos Penteados de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040.

02. Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

03. Mesa: Assumiu a Presidência da Mesa o Sr. John Peter Rodgerson, que convidou a Srta. Joanna Camet Portella para atuar como Secretária.

04. Convocação: Dispensada, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, devido à presença da totalidade dos acionistas.

05. Ordem do Dia: Dispensada a leitura da Ordem do Dia, por ser do conhecimento de todos os presentes, foi deliberado que a ata desta assembleia seria lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências que ficarão arquivadas na sede da Companhia, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

06. Deliberação: Após examinada e discutida a matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas decidiram, por unanimidade, aprovar e ratificar:

I. A alteração da redação dos Artigos 5º; 10º, *caput*; e 18º, Parágrafo único do Estatuto Social que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$4.049.908.825,00 (quatro bilhões, quarenta e nove milhões, novecentos e oito mil, oitocentos e vinte e cinco reais)



divididos em 4.049.908.825 (quatro bilhões, quarenta e nove milhões, novecentas e oito mil, oitocentas e vinte e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária dará direito a 01 (um) voto nas deliberações nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Segundo - É vedada a conversão de ações preferenciais sem direito a voto em ações com direito a voto.”

(...)

“Artigo 10 - Os Diretores da Companhia terão as seguintes atribuições específicas: (...)”

(...)

“Artigo 18 (...)

Parágrafo Único: A Companhia poderá, devidamente representada por qualquer Diretor ou procurador com poderes especiais nomeado na forma do Artigo 16, contratar operações financeiras de derivativos, hedge, swap, abertura de linhas de crédito e outras operações financeiras similares relacionadas a negócios ou operações da Companhia, suas controladas e/ou controladoras, ou outorgar fianças, avais, endossos ou constituir quaisquer garantias em relação a referidas operações em favor da Companhia, suas controladas e/ou controladoras, desde que (a) tenham valor individual inferior ao equivalente em Reais a 3% (três por cento) da receita líquida verificada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício fiscal; ou (b) tenham sido expressamente autorizados pela Assembleia Geral.”

II. A consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigor nos termos do ANEXO I à presente ata, sendo arquivado na sede social da Companhia e na Junta Comercial do Estado de São Paulo, ficando, porém, dispensada a sua publicação.

III. Por fim, a ratificação: (i) da eleição do Diretor Presidente **John Peter Rodgeron**, norte-americano, casado, administrador, portador da cédula de identidade RNE nº V558442-M CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob nº 233.337.188-98, com endereço comercial na Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040 realizada na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de agosto de 2019, registrada perante a JUCESP sob nº 461.775/19-0 em sessão de 03 de setembro de 2019, para um mandato até 20 de agosto de 2022; e (ii) da eleição do Diretor de Operações e Manutenção **Antonio Flávio Torres Martins Costa**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2686177, inscrito no CPF/MF sob nº



JUCESP
20 02 20

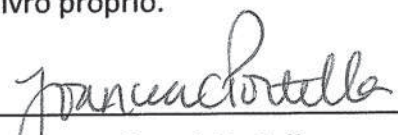
311.134.197-68, com endereço comercial na Av. Marcos Penteadro de Uihôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040 realizada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de abril de 2018, registrada perante a JUCESP sob nº 254.806/18-1 em sessão de 29 de maio de 2018,-para um mandato até 23 de abril de 2021.

07. Encerramento: Nada mais tendo sido tratado, foi a presente ata lavrada e, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas presentes da Companhia. Barueri, 30 de janeiro de 2020. MESA: John Peter Rodgerson – Presidente; e Joanna Camet Portella – Secretária. ACIONISTAS PRESENTES: (i) Azul S.A., por seu Diretor Presidente John Peter Rodgerson, e (ii) David Gary Neeleman, por seu procurador John Peter Rodgerson.

Confere com o original lavrado em livro próprio.



John Peter Rodgerson
Presidente

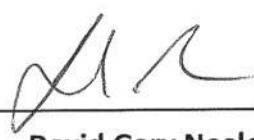


Joanna Camet Portella
Secretária

Acionistas Presentes



Azul S.A.
John Peter Rodgerson
Diretor Presidente



David Gary Neeleman
(p/p John Peter Rodgerson)



**ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2020**

**AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
CNPJ/MF Nº 09.296.295/0001-60
NIRE 35.300.359.534**

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I

Denominação, Duração. Sede e Objeto

Artigo 1º - Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. é uma sociedade por ações, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas demais disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia possui prazo de duração indeterminado.

Artigo 3º - A Companhia tem sua sede social no município de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040.

Parágrafo Único - Mediante deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 4º - A Companhia tem por objeto social: (a) a exploração dos serviços de transporte aéreo regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, incluindo o transporte de medicamentos, produtos e insumos farmacêuticos e farmoquímicos, de acordo com as concessões outorgadas pelas autoridades competentes; (b) a exploração de atividades complementares de serviços de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais; (c) a prestação de serviços de manutenção de reparos de aeronaves, motores, partes e peças, próprias ou de terceiros; (d) a prestação de serviços de hangaragem de aviões; (e) a prestação de serviços de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissária de bordo e limpeza de aeronaves; (f) o desenvolvimento de outras atividades conexas, incidentais, complementares ou relacionadas às atividades anteriores; (g) a exploração de atividades de franquia e licenciamento; (h) o desenvolvimento de atividade de transporte rodoviário



intermunicipal e interestadual de cargas e malas postais; (i) a importação de óleo lubrificante acabado para utilização em aeronaves; (j) ministrar cursos de segurança da aviação civil e matérias correlatas, nos termos da regulamentação aplicável; (k) a exploração dos serviços de correspondente bancário; (l) a exploração de serviços combinados de escritório e apoio administrativo; e (m) a participação direta em outras sociedades.

Capítulo II Capital Social e Ações

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$4.049.908.825,00 (quatro bilhões, quarenta e nove milhões, novecentos e oito mil, oitocentos e vinte e cinco reais) divididos em 4.049.908.825 (quatro bilhões, quarenta e nove milhões, novecentas e oito mil, oitocentas e vinte e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária dará direito a 01 (um) voto nas deliberações nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Segundo - É vedada a conversão de ações preferenciais sem direito a voto em ações com direito a voto.

Capítulo III Assembleias Gerais

Artigo 6º - As Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer Diretor da Companhia ou pelo Conselho Fiscal, nos casos previstos em lei e, ainda, a pedido de qualquer acionista, sendo que o pedido deverá ser acompanhado da descrição dos assuntos a serem tratados na referida Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - Sem prejuízo das formalidades previstas na legislação aplicável, os acionistas da Companhia deverão ser convocados para as Assembleias Gerais de Acionistas mediante comunicação escrita enviada com, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência da data marcada para sua realização.

Parágrafo Segundo - Será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, independentemente das formalidades legais referentes à convocação.

Parágrafo Terceiro - As atas serão lavradas na forma de sumário dos fatos, salvo decisão em contrário do Presidente da Assembleia, e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.



Artigo 7º As Assembleias Gerais da Companhia serão ordinárias ou extraordinárias, devendo realizar-se conforme segue:

I - ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, de acordo com o Artigo 132 da Lei nº 6.404/76; e

II - extraordinariamente, sempre que necessário, quando o interesse social assim o exigir, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberações dos acionistas.

Artigo 8º - Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Capítulo IV Administração

Artigo 9º - A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída de 02 (dois) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente e 01 (um) Diretor de Operações e Manutenção, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

Artigo 10 - Os Diretores da Companhia terão as seguintes atribuições específicas:

I - Ao Diretor Presidente competirá: (i) conduzir os negócios gerais da Companhia, estabelecendo a política comercial, administrativa, financeira e de desenvolvimento; (ii) elaborar o orçamento geral da Companhia e planos de expansão; (iii) encarregar-se da contratação e demissão de recursos humanos; (iv) sugerir os investimentos a serem realizados pela Companhia; (v) definir a política de "marketing" e de vendas a ser cumprida pela área comercial; (vi) encarregar-se da gestão do material aeronáutico para as áreas de engenharia e manutenção da Companhia, inclusive dos Relatórios de Confiabilidade, Pontualidade e Regularidade e Comportamento Operacional de Componentes; e

II - Ao Diretor de Operações e Manutenção competirá: (i) elaborar e aprovar as Normas e Procedimentos de Operacionais, incluindo o Manual de Operações, de acordo com a legislação em vigor; (ii) elaborar o Programa de Treinamento das tripulantes técnicas; (iii) dimensionar o efetivo das tripulações, de acordo com a regulamentação em vigor; (iv) propor as promoções a comandante; (v) planejar e coordenar todos os procedimentos necessários para a implantação de novas rotas; (vi) restringir ou mesmo suspender as operações da Companhia, conforme requerido e de acordo com o especificado no RBHA



121 ; (vii) elaborar e aprovar o Plano de Manutenção, o Manual de Manutenção e as Normas e Procedimentos de Manutenção; (viii) providenciar a manutenção de aeronaves, motores, hélices, partes, equipamentos e componentes utilizados pela Companhia; e (ix) executar os trabalhos de Controle Técnico de Manutenção.

Artigo 11 - Os Diretores serão eleitos para um mandato de 03 (três) anos, poderão ser reeleitos.

Artigo 12 - Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, de qualquer cargo na Diretoria, o respectivo substituto será escolhido pela Assembleia Geral em reunião a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência da vacância.

Parágrafo Único - O Diretor que for designado nos termos deste Artigo exercerá suas funções pelo prazo restante do mandato do Diretor que for substituído.

Artigo 13 - Os Diretores tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no livro das Atas da Diretoria, estando sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei n.º 6.404/76.

Artigo 14 - Compete a Diretoria a representação da Companhia, a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência da Assembleia Geral.

Artigo 15 - A representação da Companhia perante terceiros, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, compete: (a) ao Diretor Presidente, isoladamente; ou (b) a quaisquer 02 (dois) Diretores em conjunto, ou (c) a qualquer procurador com poderes especiais, nomeado na forma do Artigo 16.

Parágrafo Único - A Companhia pode, nas assembleias gerais ou reuniões de sócios de sociedade por ela controlada, bem como em atos decorrentes do exercício de poderes constantes de procuração "ad judícia" e perante órgãos de qualquer esfera de governo, ser representada por um único Diretor ou procurador.

Artigo 16 - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia (a) pelo Diretor Presidente; ou (b) por quaisquer 02 (dois) Diretores em conjunto; especificarão os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de 01 (um) ano, observados os limites estipulados pela Assembleia Geral, pelo presente Estatuto e pela lei.



Artigo 17 - A Diretoria reunir-se-á quando convocada por qualquer de seus membros, sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, e a reunião somente será instalada com a presença da totalidade de seus membros. As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por unanimidade de votos. Cópias das atas das reuniões da Diretoria serão obrigatoriamente encaminhadas a todos os Acionistas da Companhia.

Artigo 18 – Exceto nas hipóteses previstas no Parágrafo Único abaixo ou mediante autorização expressa da Assembleia Geral, são expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que envolvam a Companhia em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto da Companhia, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

Parágrafo Único: A Companhia poderá, devidamente representada por qualquer Diretor ou procurador com poderes especiais nomeado na forma do Artigo 16, contratar operações financeiras de derivativos, hedge, swap, abertura de linhas de crédito e outras operações financeiras similares relacionadas a negócios ou operações da Companhia, suas controladas e/ou controladoras, ou outorgar fianças, avais, endossos ou constituir quaisquer garantias em relação a referidas operações em favor da Companhia, suas controladas e/ou controladoras, desde que (a) tenham valor individual inferior ao equivalente em Reais à 3% (três por cento) da receita líquida verificada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício fiscal; ou (b) tenham sido expressamente autorizados pela Assembleia Geral.

Capítulo V Conselho Fiscal

Artigo 19 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, não permanente, composto por 03 (três) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação e que fixará sua remuneração, respeitados os limites legais, sendo certo que qualquer acionista poderá, a qualquer tempo, recorrer a instalação do Conselho Fiscal da Companhia. Quando de seu funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei.

Capítulo VI Exercício Social, Balanço e Lucros

Artigo 20 - O exercício social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral,



bem como as demais demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes e as disposições deste Artigo.

Parágrafo Primeiro - A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório, o mínimo de 0,1% (zero vírgula um por cento) do lucro líquido do exercício, apurado na forma da lei.

Parágrafo Segundo - É facultado a Diretoria determinar o levantamento de balanços em períodos menores, inclusive mensais, para fins de distribuição de dividendos intermediários ou intercalares que, quando distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 21 - A Companhia poderá pagar, aos seus acionistas, mediante aprovação da Assembleia Geral, juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Capítulo VII Disposições Gerais

Artigo 22 - A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de arquivar transferências de ações, e o presidente da Assembleia Geral e o presidente da reunião da Diretoria absterem-se de computar votos contrários aos seus termos.

Artigo 23 - A Companhia deverá submeter modificações no presente Estatuto Social à prévia aprovação da autoridade de aviação civil, para serem apresentadas ao Registro do Comércio, observadas eventuais exceções previstas na legislação aplicável.

Capítulo VIII Liquidação e Dissolução

Artigo 24 - A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.



PROCURAÇÃO**POWER OF ATTORNEY**

Pela presente procuração, **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.**, sociedade devidamente constituída e existente sob as leis do Brasil, com sede na Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 9º andar, Ed. Jatobá, Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, Barueri-SP, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.296.295/0001-60, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, o Sr. **JOHN PETER RODGERSON**, norte-americano, casado, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiros (RNE) nº V558442-M DELEMIG/SR/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 233.337.188-98, com escritório na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, Ed. Jatobá, 9º andar, Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040 (doravante denominada "OUTORGANTE"), neste ato nomeia **ALEXANDRE WAGNER MALFITANI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 15.128.472, inscrito no CPF/MF sob nº 131.854.718-06; **JOANNA CAMET PORTELLA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 25.026.684-2 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 307.257.168-60; **RENE SANTIAGO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 19.502.311, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.488.008-90; todos com escritório na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, Castelo Branco Office Park, Edifício Jatobá, 9º andar, bairro Tamboré, no município de Barueri, Estado de São Paulo (doravante denominados "Outorgados"), como seus bastante procuradores, podendo agir em conjunto ou separadamente, com plenos poderes e autoridade para, pela Outorgante e em seu nome, incluindo filiais no Brasil e exterior, praticar todos e quaisquer dos atos a seguir relacionados:

1. Movimentar contas bancárias de titularidade da **OUTORGANTE** em qualquer instituição financeira, fazer depósitos, levantamentos, podendo abrir e encerrar contas bancárias.
2. Emitir, assinar, endossar cheques e ordens de pagamentos e quaisquer outros documentos destinados a tais fins, bem como receber todas as quantias e valores devidos, inclusive documentos relacionados à **OUTORGANTE**.

By this power of attorney, **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.**, a corporation duly organized and existing under the laws of Brazil, with headquarters at Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 9º andar, Ed. Jatobá, Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, Barueri-SP, Brazil, enrolled with the Brazilian Corporate Taxpayers' Registry (CNPJ/MF) under No. 09.296.295/0001-60, represented by its Chief Executive Officer (CEO), Mr. **JOHN PETER RODGERSON**, U.S. citizen, married, bearer of Foreigner Identity Card (RNE) No. V558442-M DELEMIG/SR/SP, enrolled with the Individual Taxpayers' Registry of the Ministry of Finance (CPF/MF) under No. 233.337.188-98 (hereinafter referred to as the "Grantor"), hereby appoints **ALEXANDRE WAGNER MALFITANI**, Brazilian citizen, married, bearer of the Identity Card (RG) No. 15.128.472, enrolled with the Individual Taxpayers' Registry of the Ministry of Finance (CPF/MF) under No. 131.854.718-06; **JOANNA CAMET PORTELLA**; Brazilian citizen, single, bearer of the Identity Card (RG) No. 25.026.684-2 SSP/SP, enrolled with the Individual Taxpayers' Registry of the Ministry of Finance (CPF/MF) under No. 307.257.168-60; **RENE SANTIAGO DOS SANTOS**, Brazilian citizen, married, bearer of the Identity Card (RG) No. 19.502.311, enrolled with the Individual Taxpayers' Registry of the Ministry of Finance (CPF/MF) under No. 125.488.008-90; with office at Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, Castelo Branco Office Park, Edifício Jatobá, 9º floor, Tamboré, in the City of Barueri, State of São Paulo (hereinafter referred to as the "Grantees"), as its attorneys-in-fact, acting jointly or individually, with full powers and authority to practice any and all actions on behalf of and for the Grantor, including its branches in Brazil and abroad, as follows, to:

1. Operate **Grantor's** bank accounts at any financial institution, make deposits and withdrawals, and open and close bank accounts.
2. Issue, sign, endorse checks and payment orders and any other document with such purposes, as well as receive any amounts owed to the **Grantor**, including any related documents.

3. Ajustar e liquidar as contas com os devedores e credores, fixando saldos, dando as respectivas quitações e assinando os respectivos recibos.
 4. Sacar, assinar, garantir, aceitar, comprar, vender e protestar títulos de créditos e quaisquer outros títulos.
 5. Representar a **OUTORGANTE** perante todas e quaisquer repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, no Brasil e no exterior, com poderes para defender e proteger os interesses da **OUTORGANTE**, podendo decidir quaisquer questões ou assuntos que possam surgir a respeito de tal representação, e seguindo todos os procedimentos necessários para a consecução de tal fim.
 6. Receber e/ou assinar todos e quaisquer formulários, petições, pedidos, requerimentos, solicitações e/ou documentos.
 7. Representar a **OUTORGANTE** em juízo de um modo geral, em qualquer instância ou Tribunal, podendo para tanto requerer o que for de direito, acordar, discordar, desistir, transigir, firmar compromissos, receber e dar quitação, podendo ainda receber citações em nome da Outorgante.
 8. Representar a **OUTORGANTE** perante Tabelionatos e cartórios em geral, para a solicitação de serviços notariais e de registro.
 9. Administrar os bens móveis e imóveis da **OUTORGANTE**, podendo para tanto celebrar os contratos necessários.
 10. Representar o **OUTORGANTE** perante quaisquer instituições financeiras, podendo contrair empréstimos e financiamentos em nome da Outorgante, bem como celebrar e assinar instrumentos e títulos de outorga de garantias de qualquer natureza, incluindo garantias reais e pessoais, tais como avais e fianças.
 11. Celebrar e denunciar todos e quaisquer contratos, seja qual for a sua natureza, necessários à consecução do objeto social da **OUTORGANTE**.
 12. Representar a **OUTORGANTE** em quaisquer operações bancárias, tais como (a) operações envolvendo derivativos, incluindo swaps, futuros, aquisição ou lançamento de opções com ou sem risco de principal, (b) operações de câmbio, (c) venda, revenda, compra e recompra
3. Adjust and liquidate accounts with debtors and creditors, fixing balances, granting discharge and signing the relevant receipts.
 4. Withdraw, sign, warrant, accept, purchase, sell and protest credit notes and any other security.
 5. Represent the **Grantor** before all and any public Federal, State and Municipal body, in Brazil and abroad, with powers to defend and protect the Grantor's interests, and decide on any issues or matters that may arise with respect to such representation, and follow all necessary procedures to achieve such purpose.
 6. Receive and/or execute any and all forms, petitions, requests, motions, applications and/or documents.
 7. Represent the **Grantor** in court, in any jurisdiction, with powers to claim whatever it is entitled to, agree, disagree, withdraw, waive, enter into agreements, receive and grant discharge, as well as receive service of process on behalf of the Grantor.
 8. Represent the **Grantor** before Notary Offices and registry offices in general to order notarial and registry services.
 9. Manage **Grantor's** assets and properties, with powers to enter into any necessary agreements.
 10. Represent the **Grantor** before any financial institution, with powers to contract any loans on behalf of the Grantor, and execute any public deeds and private instruments in connection with the granting of guarantees of any nature, including collateral and personal guarantees.
 11. Execute and rescind all and any contracts, of any nature, necessary to perform the corporate purposes of the **Grantor**.
 12. Represent the **Grantor** in any financial transaction, such as (a) transactions involving derivatives, including swaps, futures, options with or without risk of principal, (b) currency exchange transactions, (c) sale, resale, purchase and repurchase of securities or assets in the financial market,

de títulos ou ativos no mercado financeiro em geral, podendo assinar quaisquer contratos de derivativos para hedge ou investimento, swaps, futuros, lançamento ou aquisição de opções, acordos de compensação, confirmações de operações de derivativo e todos os demais documentos necessários à formalização de tais operações bancárias, sem qualquer limitação de valor envolvido ou tipo de operação.

13. Representar a **OUTORGANTE** na assinatura de todos e quaisquer documentos relacionados ao financiamento, arrendamento operacional, arrendamento financeiro, aluguel, empréstimo, alienação fiduciária (nos termos do art. 661 do Código Civil Brasileiro), cédulas de crédito bancário, nota promissória e garantias relacionados a aeronaves, motores e peças.

14. Representar a **OUTORGANTE**, sem qualquer limitação, na negociação, celebração e assinatura de todos e quaisquer contratos, garantias e/ou documentos, incluindo, mas não se limitando a, contratos financeiros, notas promissórias, contratos de antecipação de recebíveis, empréstimo, fianças e avais junto a qualquer instituição financeira e não-financeira, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco do Brasil S.A. e Embraer S.A.

15. Praticar todos os atos que sejam necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

A **OUTORGANTE**, neste ato, ratifica todos os atos praticados pelos Outorgados, dentro dos limites deste instrumento. Esta procuração é válida pelo prazo de 01 (um) ano a contar da presente data.

Barueri, 27 de agosto de 2020.

with powers to sign any derivative contracts for hedging or investment purposes, swaps, futures, options, offsetting agreements, confirmation letters and any documents deemed necessary for the completion of such financial transactions, without limitation of the amount involved or type of transaction.

13. Represent the **Grantor** with powers to execute all and any documents in connection with financing, operating lease, finance lease, rent, loan, fiduciary alienation (pursuant to article 661 of the Brazilian Civil Code), bank credit certificates, promissory notes and guarantees related to aircraft, engines and parts.

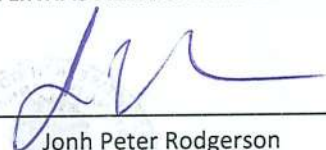
14. Represent the **Grantor**, without any limitation, in the negotiation and execution of all and any contracts, guarantees and/or documents, including, but not limiting to, finance contracts, promissory notes, anticipation of receivables, pledges, with any financial an non-financial institution, including *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES* (Brazilian Development Bank), *Banco do Brasil S.A.* and *Embraer S.A.*

15. Perform all acts necessary to maintain the validity and effectiveness of this power of attorney.

The **Grantor** hereby ratifies all acts practiced by the Grantees, within the limits hereunder. This power of attorney is effective for one (1) year as of the date hereof.

Barueri, August 27, 2020.

AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.



Jonh Peter Rodgeron
Diretor Presidente / President



CARTÓRIO
Rodrigues Cruz

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Antonio Augusto Rodrigues Cruz - Tabelião
CEP 06501-130 - Rua Pedro Procópio, 100 - Vila Izabela Rodrigues Cruz - Santana de Parnaíba/SP
Tel: (11) 4622-7700 - www.cartoriorodriguescruz.com.br - cartorio@cartoriorodriguescruz.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA COM VALOR ECONÔMICO a(s) Firma(s) de:
JOHN PETER RODGENSEN, Dou. _____
Santana de Parnaíba/SP, 31/08/2020. Em Test. _____ da verdade.
MARJORI JESSICA DE SOUZA - ESCRIVENTE.
Etiquetas: 689/37 Feito por: MARJORI Total R\$ 9,92
Selos: AB 429

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO
Rodrigues Cruz

Coleção Notarial
de Selos
Paulista

18802
SANTANA DE PARNAÍBA
de MAIOR VALOR ECONÔMICO 1

C10926AC0006429

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
RENE SANTIAGO DOS SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
 19502311 SSP/SP

CPF
 125.488.008-90

DATA NASCIMENTO
 24/07/1970

FILIAÇÃO
 GEOVA HUMBERTO DOS SANTOS
 THEREZINHA SANTIAGO DOS SANTOS

PERMISSÃO
 ACC
 CAT. HAB. **AB**

Nº REGISTRO
04675708972

VALIDADE
 27/01/2025

1ª HABILITAÇÃO
 20/09/1988

OBSERVAÇÕES
 A

ASSINATURA DO PORTADOR
René Santiago dos Santos

LOCAL
SANTANA DE PARNAIBA, SP

DATA EMISSÃO
 27/01/2020

Paulo Roberto Falcao Ribeiro Diretor Presidente Detran-SP
 ASSINATURA DO EMISSOR

95927570668
 SP000853902

SÃO PAULO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 1974165079

PROIBIDO PLASTIFICAR
 1974165079



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.296.295/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/01/2008
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 51.11-1-00 - Transporte aéreo de passageiros regular
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.16-3-01 - Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista 33.16-3-02 - Manutenção de aeronaves na pista 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes 51.12-9-01 - Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação 51.20-0-00 - Transporte aéreo de carga 52.40-1-01 - Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem 52.40-1-99 - Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem 53.20-2-01 - Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional 58.13-1-00 - Edição de revistas 58.23-9-00 - Edição integrada à impressão de revistas 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras 66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente 77.19-5-02 - Locação de aeronaves sem tripulação 77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO AV MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGUES	NÚMERO 939	COMPLEMENTO ANDAR 9 EDIF JATOBA COND CASTELO BRANCO OFFICE PARK
--	----------------------	---

CEP 06.460-040	BAIRRO/DISTRITO TAMBORE	MUNICÍPIO BARUERI	UF SP
--------------------------	-----------------------------------	-----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO TRIBUTARIO@VOEAZUL.COM.BR	TELEFONE (11) 4831-1226
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/01/2008
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/02/2021** às **12:51:19** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Consulta Pública ao Cadastro ICMS

Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp



Código de controle da consulta: f1ec1684-4f1f-43c8-a740-d730b51d980e

Estabelecimento	
IE: 206.265.026.118 CNPJ: 09.296.295/0001-60 Nome Empresarial: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. Nome Fantasia: Natureza Jurídica: Sociedade Anônima Fechada	
Endereço	
Logradouro: AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGUES Nº: 939 CEP: 06.460-040 Município: BARUERI	
Complemento: ANDAR 9 EDIF JATOBA COND CASTELO BRANCO OFFICE PARK Bairro: TAMBORE UF: SP	
Informações Complementares	
Situação Cadastral: Ativo Ocorrência Fiscal: Ativa Regime de Apuração: NORMAL - REGIME PERIÓDICO DE APURAÇÃO Atividade Econômica: Transporte aéreo de passageiros regular	
Data da Situação Cadastral: 21/08/2008 Posto Fiscal: PF-10 - BARUERI	
Informações NF-e	
Data de Credenciamento como emissor de NF-e: 03/12/2010 Indicador de Obrigatoriedade de NF-e: Obrigatoriedade Total Data de Início da Obrigatoriedade de NF-e: 01/12/2010	
Informações CT-e	
Data de Credenciamento como emissor de CT-e: 31/08/2012 Modal: Aereo Indicador de Obrigatoriedade de CT-e: Obrigatoriedade Total Data de Início da Obrigatoriedade de CT-e: 01/02/2013 Modal: Aereo Indicador de Obrigatoriedade de CT-e: Credenciado Data de Início da Obrigatoriedade de CT-e: 01/01/2030	

Voltar

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Versão: 3.92.0

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos
Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 09296295

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

Inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a) constam os seguintes débitos tributários:

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 09.296.295/0001-60 **IE:** 206265026118
Situação: Inscrito / Suspenso
CDA
 1.242.330.964
 1.272.367.847 Garantia de: 21/11/2019 até: 21/11/2022
 1.274.757.607

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 09.296.295/0002-40 **IE:** 244808413118
Situação: Inscrito / Suspenso
CDA
 1.270.048.967 Garantia de: 21/11/2019 até: 21/11/2022

Anotação SEFAZ:

O débito inscrito com anotação de garantia especificada na certidão confere efeitos de certidão negativa à certidão positiva (art. 206 do CTN) apenas durante o período de vigência da garantia.

CERTIFICO QUE A PRESENTE CERTIDÃO POSITIVA TEM EFEITO DE NEGATIVA EM RELAÇÃO AO CNPJ 09.296.295/0001-60. Conforme despacho do Sr. Procurador do Estado (PGE-EXP-2020/19274), segue situação dos débitos:

1.274.757.607 Decisão judicial (fls. 83/85) proferida em sede de Agravo de Instrumento n. 2170214-92.20206.8.26.0000, que determinou a suspensão da exigibilidade em razão de apresentação de Seguro Garantia na Ação Anulatória n. 1033652-31.2020.8.26.0053 (validade 16/06/2023).

1.272.367.847 Decisão judicial proferida em sede de Agravo de Instrumento que determinou a suspensão da exigibilidade de crédito fiscal em razão de apresentação de seguro garantia (validade 21/11/2022, fls. 600/613 dos autos judiciais 1067458-91.2019.8.26.0053).

1.242.330.964 Decisão judicial (fls. 231) que determinou a suspensão da exigibilidade de crédito fiscal em razão de apresentação de seguro garantia (validade 08/02/2021, fls. 236/252 dos autos judiciais 1001420-86.2018.8.26.0053).

1.270.048.967 Decisão judicial (fls. 196) que determinou a suspensão da execução da multa em razão de apresentação de seguro garantia (validade 31/11/2022, fls. 148/161 dos autos judiciais 1067338-48.2019.8.26.0053).

Final da Certidão

Local de emissão : DRT-14 - Osasco	Responsável :
CRDA nº 26739164	Folha 1 de 1
Data e hora da emissão 28/09/2020 13:49:01 (horário de Brasília)	
Prazo de validade da certidão: 06 (SEIS) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).	



SFPDCI202068405A



Assinado com senha por JORGE ANTONIO DIAS DA SILVA - 28/09/20 às 13:55:13.

D4Sign 4716acf0-b386-4c6a-bbd1-2f7225464b3a - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
 Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.





**ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS**

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 27125129

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:	CNPJ
AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.	09.296.295/0001-60

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.
 A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:
<http://www.sefaz.go.gov.br>.
 Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.481.224.242 **EMITIDA VIA INTERNET**

SGTI-SEFAZ: LOCAL E DATA: GOIANIA, 19 FEVEREIRO DE 2021 HORA: 12:58:22:9



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
CNPJ: 09.296.295/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:31:53 do dia 04/09/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/03/2021.

Código de controle da certidão: **EE21.7743.098D.9138**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações PGFN:

Prorrogação do vencimento das prestações de JUNHO e JULHO/2020 dos parcelamentos administrados pela PGFN. Portaria ME nº 201/2020.



Prefeitura Municipal de Barueri

Estado de São Paulo

SECRETARIA DE FINANÇAS

Departamento Técnico de Tributos Mobiliários

CERTIDÃO NEGATIVA

Nº 04606/2021i (REEMISSÃO)

Razão Social.....: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
CNPJ/CPF N°.....: 09.296.295/0001-60
Inscrição Atual.....: 5.52606-0
Logradouro.....: AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGUES
N° Atual.....: 939
Complemento.....: Andar 9° Sala
Bairro.....: SITIO TAMBORE / TAMBORE
Cidade.....: BARUERI
CEP.....: 06460040

TRIBUTOS E PERÍODOS

Imposto sobre serviços de qualquer natureza e taxas mobiliárias

CERTIFICAMOS, de ordem da Secretaria de Finanças, a pedido da parte interessada e à vista das informações, que em nome do contribuinte acima identificado, **NÃO EXISTE DÉBITO EM ABERTO** nesta Prefeitura, débito inscrito ou não em dívida ativa, com relação ao(s) tributo(s) acima indicado(s), até a presente data .

CERTIFICAMOS, outrossim, que fica ressalvado o direito da Fazenda Pública do Município na cobrança de débitos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação aos tributos e períodos indicados nesta certidão.

CERTIDÃO VÁLIDA POR TRINTA DIAS.

<p>A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Barueri na Internet, no endereço: http://www.barueri.sp.gov.br Certidão expedida gratuitamente. Aprovado pelo Decreto nº 5635, de 25/01/2005</p>	<p>Informações para Verificação de Autenticidade</p> <p>Nº de Inscrição : 5.52606-0 Código de autenticidade : 401P.2931.9072.1561107-Y Data de emissão : 09/02/2021 Hora de emissão : 11:21:52</p>
--	--

Prefeitura Municipal de Barueri | Rua Prof. João da Matta e Luz, 84 -CEP: 06401-120 - Centro - Barueri - SP - Fone: (11) 4199-

8000

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.296.295/0001-60

Razão Social: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS SA

Endereço: AV MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGUES 939 A 9 EDIF JATOBA /
TAMBORE / BARUERI / SP / 06460-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/01/2021 a 21/02/2021

Certificação Número: 2021012304033870239819

Informação obtida em 05/02/2021 18:18:52

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 09.296.295/0001-60

Certidão nº: 24771941/2020

Expedição: 30/09/2020, às 17:58:14

Validade: 28/03/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.296.295/0001-60**, **CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0101587-42.2017.5.01.0026 - TRT 01ª Região *

0001522-88.2015.5.09.0122 - TRT 09ª Região *

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

Total de processos: 2.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS



CERTIDÃO Nº: 6678848

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 04/02/2021, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A., CNPJ: 09.296.295/0001-60, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 5 de fevereiro de 2021.

PEDIDO Nº:

0005772664



Demonstrações Financeiras
Azul S.A.
2019



Azul S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Índice

Relatório da administração	2
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras.....	14
Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente.....	15
Relatório resumido do comitê de auditoria	16
Relatório dos auditores independentes	17
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	27
Demonstrações do resultado	29
Demonstrações de outros resultados abrangentes	31
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	32
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	33
Demonstrações do valor adicionado	35
Notas explicativas às demonstrações financeiras	37

Mensagem da Administração

Graças à dedicação de nossos Tripulantes, entregamos mais um ano de excelentes resultados. Com o aumento de incerteza gerado pelo alastramento do vírus Covid-19, é reconfortante notar que em 2019 fomos a companhia aérea que mais cresceu e a mais rentável do Brasil, ao mesmo tempo em que priorizamos nosso alto padrão de atendimento ao cliente.

Nossa receita expandiu 26% em 2019 alcançando R\$11,4 bilhões e nosso EBITDA foi de R\$3,6 bilhões no ano, 34% maior do que em 2018. O resultado operacional ajustado foi de R\$2,0 bilhões, representando uma margem de 17,8%, em linha com nossa projeção compartilhada com o mercado, e 2,1 pontos percentuais maior do que em 2018. O lucro líquido ajustado para o período totalizou R\$1,2 bilhão, comparado com R\$896,6 milhões no ano anterior.

Em 2019 a demanda de passageiros aumentou 24% principalmente devido à força da nossa malha, à um cenário macroeconômico mais positivo, e ao movimento de consolidação no setor aéreo brasileiro. Como resultado, nossa receita unitária (RASK) aumentou 3,4%, ao passo que crescemos 22% em termos de capacidade (ASKs) na comparação anual. Nosso custo unitário (CASK) aumentou 0,8% no acumulado do ano, excluindo o impacto da reoneração a folha, o CASK teria contraído 1,9% em 2019.

Conforme prometemos, entregamos uma expansão da nossa margem operacional, junto com uma sólida estratégia de crescimento. Continuamos a transformar nossa frota com a adição de 26 aeronaves de nova geração em nossa malha, encerrando o ano com 47 aeronaves deste tipo em operação, que representaram 42% de nossa capacidade anual. Até o final de 2022, esperamos que toda a nossa frota de aeronaves narrowbody seja de nova geração, resultando em uma redução significativa de custo e de consumo de combustível, o que coloca a eficiência de nossa frota à frente de nossos concorrentes. Além de contribuir para a redução de custos e consumo de combustível, esta transformação sustenta nosso compromisso de nos tornarmos uma companhia cada vez mais sustentável, engajada no desenvolvimento das comunidades em que atuamos e na mitigação das mudanças climáticas.

Com as novas aeronaves fortalecemos também nossa malha, estimulando o acesso de cada vez mais pessoas aos 116 destinos que atendemos, dos quais oito foram adicionados à malha este ano. Líder em 83% das nossas 249 rotas, enxergamos com satisfação o papel da Azul em conectar e promover o desenvolvimento local através dessa conexão, levando os brasileiros para onde quiserem ir e proporcionando oportunidades de crescimento para diversas regiões do Brasil até então com pouco acesso.

Outro ponto importante que contribui com as margens superiores e balanço robusto é a sinergia que existe entre as nossas unidades de negócio. O TudoAzul, nosso programa de fidelidade 100%

próprio, teve aumento no faturamento bruto de 31% em relação ao ano anterior, contando com 12 milhões membros ao final do ano. No 4T19, o faturamento do TudoAzul aumentou 41% na comparação anual.

Ao mesmo tempo, a Azul Cargo, nossa unidade de cargas, teve um ano de excelente desempenho e crescimento de receita de 45% contra 2018, impulsionado pelo aumento do volume transportado e pelo fortalecimento de nossa presença no segmento de e-commerce. Encerramos 2019 com uma participação de 23% no volume de carga transportada no Brasil, a segunda maior do país.

O trabalho dedicado de nossos Tripulantes trouxe resultados recordes para a Companhia, como o atendimento único da Azul, que foi reconhecido por nossos clientes. Além do NPS de 57 em 2019, tivemos seis nomeações pelo TripAdvisor Travelers' Choice, inclusive as de melhor companhia aérea da América Latina e estar entre as Top 10 companhias aéreas do mundo. Também conquistamos pela quarta vez o prêmio de melhor time de atendimento ao cliente da América do Sul pela Skytrax, que, pelo nono ano consecutivo, também nos nomeou melhor companhia aérea regional.

Manteremos nosso plano de expansão de margem e crescimento sustentável em todos os segmentos do negócio ao longo dos próximos anos. Estamos monitorando o impacto do Covid-19 na economia brasileira e já estamos atuando de forma tempestiva para mitigar os efeitos negativos causados pelo alastramento do vírus. Sabemos lidar com desafios gerados por fatores fora de nosso controle, e temos orgulho do desempenho de nossos Tripulantes e de nosso foco no cliente. Seguiremos comprometidos na entrega de ótimos resultados para nossos acionistas.

John Rodgeron, CEO da Azul S.A.

A Azul em 2019

- ✓ 916 voos diários para 116 destinos
- ✓ 36% das decolagens no Brasil e 24% de market share (RPK)
- ✓ Frota operacional de 142 aeronaves com idade média de 5,8 anos, composta por 59 E-Jets, 38 A320neos, 33 ATRs, 10 A330s e 2 cargueiros B737



Perspectivas Macroeconômicas

Durante 2019, a economia brasileira continuou a se recuperar, com crescimento de 1,1% para o PIB no ano. As baixas taxas de inflação permitiram a redução da taxa livre de risco do país (SELIC) para 4,5% em dezembro, o nível mais baixo da história do Brasil. A taxa média de desemprego caiu de 12,3% em 2018 para 11,5% no final de 2019, com o real se valorizando ligeiramente em 4,0%, fechando a R\$4,03 em 31 de dezembro de 2019. O preço do petróleo bruto West Texas Instrument (WTI) acumulou ganhos de 34% em relação ao ano anterior, alcançando US\$61,06 por barril ao final do ano, enquanto o preço médio ao longo do ano caiu 11,2%.

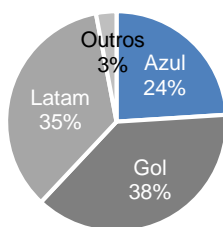
Mercado de aviação

Em 2019, o mercado de aviação brasileiro foi caracterizado pela saída do mercado da Avianca Brasil, a quarta maior companhia aérea do país, resultando em uma contração da capacidade da indústria em 1,0% em relação ao ano passado em termos de ASKs e um ligeiro crescimento da demanda de 0,8% em termos de RPKs. A taxa de ocupação média do setor totalizou 82,7%, 1,7 ponto percentual a mais em comparação com 2018.

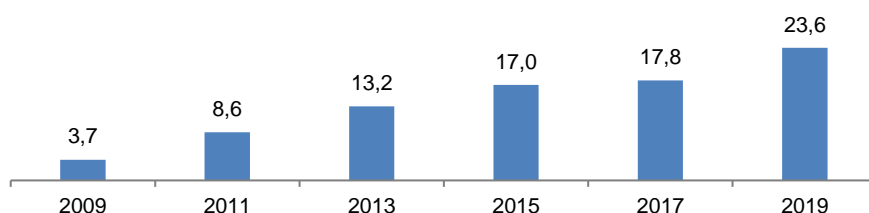
A Azul registrou um crescimento de RPK de 23,9% com um crescimento de ASK de 22,2%, resultando em uma taxa de ocupação de 83,5%, 1,2 ponto percentual maior que em 2018. Em 2019, a participação de RPK da Azul atingiu 24%.

Além da mudança na dinâmica competitiva, o setor de aviação também foi impactado pelo fim do programa de desoneração da folha de pagamento no início de 2019. Com o programa, as companhias aéreas tiveram a opção de pagar 1,5% da receita bruta ao invés de 20% de imposto sobre a folha de pagamento.

Participação da Azul no Mercado Doméstico (RPK, 2019)



Histórico da Participação da Azul no mercado doméstico em termos de RPK (%)



Desde a sua fundação, a Companhia construiu um modelo de negócios resiliente para que ele se sustente com solidez mesmo em cenários adversos. Nossa estratégia de crescimento, seguindo nosso plano de substituição de aeronaves menores, de antiga geração, por aeronaves maiores de nova geração, mais eficientes na queima de combustível, nos permite expandir as margens enquanto fazemos nossos negócios crescerem. Ao mesmo tempo, nossa malha exclusiva, na qual somos a única companhia aérea em 70% das rotas, nos oferece uma vantagem estrutural, permitindo reações rápidas a condições macroeconômicas adversas. À medida que substituímos nossa frota por aeronaves maiores e mais eficientes em termos de combustível, também esperamos continuar aumentando nossas unidades de negócios, incluindo TudoAzul, Azul Cargo e Azul Viagens.

Responsabilidade Ambiental, Social e de Governança

A tabela abaixo apresenta as principais métricas ESG da Azul, de acordo com o padrão SASB (Sustainability Accounting Standards Board) para o setor aéreo.

INDICADORES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA	2019	2018	% Δ
Meio Ambiente			
Combustível			
Combustível consumido por ASK (Kg / ASK, milhares)	1.260,6	1.325,5	-4,9%
Combustível consumido (GJ x 1000)	45.216,5	38.908,4	16,2%
Frota			
Idade média da frota operacional	5,8	5,9	-0,9%
Social			
Relações Trabalhistas			
Gênero dos funcionários: % Masculino	59,0	58,0	1,7%
% Feminino	41,0	42,0	-2,4%
% de Rotatividade mensal de funcionários	1,2	1,0	26,3%
% de funcionários cobertos por acordos de negociação coletiva	100	100	0,0%
Número e duração de greves e bloqueios (# dias)	0	0	n.a.
Voluntários	2.193	1.914	14,6%
Customer & Company Behavior			
Montante de multas e acordos legais e regulamentares associado a práticas anticoncorrenciais	0	0	n.a.
Segurança			
Número de acidentes	0	0	n.a.
Número de ações governamentais de fiscalização e segurança da aviação	0	0	n.a.
Governança			
Administração			
% de Conselheiros Independentes	82,0	82,0	0,0%
% de Participação de mulheres no conselho de administração	9,0	9,0	0,0%
Idade média dos membros do Conselho de Administração	57,1	56,1	1,8%
% de Frequência da diretoria em reuniões	87,9	99,0	-11,2%
Tamanho do Conselho de Administração	11	11	0,0%
% de Participação de mulheres em cargo de gestão	39,4	32,0	23,1%

Resultados Consolidados

As demonstrações de resultados e os dados operacionais apresentados nas tabelas a seguir devem ser lidos em conjunto com os comentários dos resultados anuais apresentados posteriormente. Os períodos anteriores foram ajustados para refletir a adoção das novas normas contábeis do IFRS 16.

Demonstrações de resultados (R\$ milhões)	2019¹	2018²	% Δ
RECEITA LÍQUIDA			
Transporte de passageiros	10.907,9	8.670,1	25,8%
Cargas e outras receitas	534,4	386,9	38,1%
Total receita líquida	11.442,3	9.057,1	26,3%
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Combustível de aviação	3.085,6	2.644,3	16,7%
Salários e benefícios	1.868,4	1.413,0	32,2%
Depreciação e amortização	1.591,4	1.284,1	23,9%
Tarifas aeroportuárias	725,0	592,1	22,4%
Prestação de serviços de tráfego	476,5	395,4	20,5%
Comerciais e publicidade	444,1	368,7	20,5%
Materiais de manutenção e reparo	281,6	238,5	18,1%
Outras despesas operacionais, líquidas	938,4	701,2	33,8%
Total custos e despesas operacionais	9.410,9	7.637,2	23,2%
Resultado operacional	2.031,4	1.419,9	43,1%
<i>Margem Operacional</i>	<i>17,8%</i>	<i>15,7%</i>	<i>+2,1 p.p.</i>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	72,1	74,5	-3,3%
Despesas financeiras	(1.329,5)	(1.094,8)	21,4%
Instrumentos financeiros derivativos	325,5	298,1	9,2%
Variações monetárias e cambiais, líquida	(391,9)	(1.306,1)	-70,0%
Resultado de transações com partes relacionadas, líquido	(17,0)	381,7	n.a.
Lucro antes do IR e contribuição social	690,6	(226,7)	n.a.
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2,2)	(11,2)	-80,1%
Imposto de renda e contribuição social diferido	135,4	(171,6)	n.a.
Lucro líquido do período	823,7	(409,5)	n.a.
<i>Margem líquida</i>	<i>7,2%</i>	<i>-4,5%</i>	<i>n.a.</i>
Diluição das ações	343,0	342,8	0,0%
Lucro diluído por ação PN	2,40	(1,19)	n.a.
Lucro diluído por ADS	1,79	(0,92)	n.a.
Lucro ajustado por ação PN ³	3,54	2,62	35,5%
Lucro ajustado por ADS ³	2,63	2,03	29,9%

¹ 2019 ajustado por itens não recorrentes de R\$3,2 bilhões, principalmente devido ao impairment associado ao subarrendamento dos E1s.

² 2018 ajustado por itens não recorrentes relacionados com a perda na venda de aeronaves de R\$226,3 milhões.

³ Uma ADS equivale a três ações preferenciais.

A tabela abaixo apresenta a composição de nossas receitas e despesas operacionais em uma base por ASK nos períodos indicados:

R\$ centavos	2019 ¹	2018 ²	% Δ
Receita líquida por ASK			
Transporte de passageiros	30,41	29,54	3,0%
Cargas e outras receitas	1,49	1,32	13,0%
Receita Líquida (RASK)	31,90	30,86	3,4%
Custos e despesas Operacionais por ASK			
Combustível de aviação	8,60	9,01	-4,5%
Salários e benefícios	5,21	4,81	8,2%
Depreciação e amortização	4,44	4,37	1,4%
Tarifas aeroportuárias	2,02	2,02	0,2%
Prestação de serviços de tráfego	1,33	1,35	-1,4%
Comerciais e publicidade	1,24	1,26	-1,4%
Materiais de manutenção e reparo	0,78	0,81	-3,4%
Outras despesas operacionais, líquidas	2,62	2,39	9,5%
Total custos e despesas operacionais (CASK)	26,24	26,02	0,8%
Resultado Operacional por ASK (RASK - CASK)	5,66	4,84	17,1%

¹ 2019 ajustado por itens não recorrentes de R\$3,2 bilhões, principalmente devido ao impairment associado ao subarrendamento dos E1s.

² 2018 ajustado por itens não recorrentes relacionados com a perda na venda de aeronaves de R\$226,3 milhões.

Dados Operacionais	2019 ¹	2018 ²	% Δ
ASKs (milhões)	35.868	29.353	22,2%
RPK (milhões)	29.941	24.156	23,9%
Taxa de ocupação (%)	83,5%	82,3%	+1,2 p.p.
Tarifa média (R\$)	394,2	375,0	5,1%
Passageiros pagantes (milhares)	27.674	23.122	19,7%
Horas-bloco	495.362	433.945	14,2%
Número de decolagens	295.354	262.312	12,6%
Etapa média (Km)	1.050	1.006	4,3%
Yield por passageiro/quilômetro (centavos)	36,43	35,89	1,5%
Receita operacional por ASK - RASK (centavos)	31,90	30,86	3,4%
Receita de passageiros por ASK - PRASK (centavos)	30,41	29,54	3,0%
Custo por ASK - CASK (centavos) ¹	26,24	26,02	0,8%
Custo por ASK, excluindo combustível (centavos) ¹	17,63	17,01	3,7%

¹ 2019 ajustado por itens não recorrentes de R\$3,2 bilhões, principalmente devido ao impairment associado ao subarrendamento dos E1s.

² 2018 ajustado por itens não recorrentes relacionados com a perda na venda de aeronaves de R\$226,3 milhões.

Receita:

A receita líquida cresceu 26,3%, ou R\$2,4 bilhões, que passou de R\$9,1 bilhões em 2018 para R\$11,4 bilhões em 2019, devido ao (i) aumento de 25,8% na receita de transporte de passageiros e (ii) crescimento de 38,1% em cargas e outras receitas.

O aumento de R\$2,2 bilhões, ou 25,8%, na receita de transporte de passageiros em 2019 quando comparado com 2018 deve-se principalmente (i) ao aumento de 23,9% nos RPKs, reflexo do aumento de 22,2% nos ASKs e (ii) ao aumento de 3,0% no PRASK devido às altas taxas de ocupação, yields e receitas auxiliares às vendas de passagens.

O aumento de R\$147,5 milhões, ou 38,1%, em cargas e outras receitas deve-se principalmente ao aumento de 45% na receita proveniente do transporte de cargas.

Custos e Despesas Operacionais:

Os custos e despesas operacionais, excluindo o impacto não recorrente de R\$3,2 bilhões devido principalmente ao impairment relacionado com a transformação da nossa frota (conforme apresentamos no Anexo A), aumentaram 23,2%, ou R\$1,8 bilhão, passando de R\$7,6 bilhões em 2018 para R\$9,4 bilhões em 2019, devido principalmente:

- Aumento de 16,7%, ou R\$441,3 milhões, nos custos com combustível em 2019 comparado com 2018, principalmente devido (i) ao aumento de 14,2% nas horas bloco e (ii) ao aumento de 0,4% no preço do combustível por litro, parcialmente compensado pela introdução de aeronaves mais eficientes em nossa frota. Em termos de ASK, combustível de aviação reduziu 4,5%.
- Despesa com salários e benefícios aumentou 32,2%, ou R\$455,4 milhões, em 2019 comparado com 2018, principalmente devido (i) ao aumento no número de tripulantes de 11.807 em 2018 para 13.189 em 2019, relacionado principalmente com o aumento de 22% na capacidade e (ii) à reoneração da folha de pagamento em 20% desde janeiro de 2019. Em termos de ASK, a despesa com salários e benefícios aumentou 8,2%.
- Depreciação e amortização aumentaram em 23,9%, ou R\$307,2 milhões, devido principalmente à adição líquida de 23 aeronaves na frota durante 2019 e ao aumento da capitalização dos eventos de manutenção pesada. Em termos de ASK, depreciação e amortização aumentaram 1,4%.
- O custo com tarifas aeroportuárias aumentou 22,4%, ou R\$132,9 milhões em 2019 comparado com 2018, principalmente devido ao aumento de 22,2% nos ASKs. Em termos de ASK, os custos com tarifas aeroportuárias aumentou 0,2%.
- Materiais de manutenção e reparo aumentaram em 18,1%, ou R\$43,1 milhões em 2019 comparado com 2018, principalmente devido ao maior número de aeronaves em nossa frota,

resultando em um aumento nos eventos de manutenção realizados e aumento nas taxas de reparo. Em termos de AKS, os custos com materiais de manutenção e reparo reduziram 3,4%.

- Outras despesas excluindo a perda não recorrente de R\$226,3 milhões relacionada com a venda de seis E-jets no 2T18, aumentaram 33,8%, ou R\$237,2 milhões em 2019 comparado com 2018, principalmente devido (i) ao aumento nas despesas relacionadas com treinamento e acomodação relacionadas com o nosso crescimento, (ii) ao aumento de despesas de TI, e (iii) ao aumento da quantidade de contingências de voo. Quando analisado por ASK, as outras despesas operacionais aumentaram em 9,5%.

Disponibilidades e Endividamento

A Azul encerrou o ano com R\$4,3 bilhões em caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulantes e não circulantes e contas a receber, 5,7% acima da liquidez total de R\$4,0 bilhões registrada em 2018, representando 37,3% da receita dos últimos doze meses. A Companhia não possui caixa restrito e, além disso, conta com depósitos em garantia e reservas de manutenção no valor total de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2019, que não estão incluídos em sua posição de caixa.

Liquidez (R\$ milhões)	2019	2018	% Δ
Caixa ¹	3.107,6	2.974,3	4,5%
Contas a receber	1.165,9	1.069,1	9,1%
Liquidez Total	4.273,5	4.043,4	5,7%
<i>Liquidez como % da Receita Líquida</i>	<i>37,3%</i>	<i>44,6%</i>	<i>-7,3 p.p.</i>

¹ Inclui caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira circulante e não circulante.

A dívida bruta total, considerando as operações de swap realizadas no período, aumentou 35,7% para R\$15,0 bilhões comparado com 31 de dezembro de 2018, principalmente devido à adição líquida de 23 aeronaves novas na frota durante o período.

A alavancagem da Azul, mensurada pela relação da dívida líquida dividida pelo EBITDA, foi de 3,3x. Excluindo o recebimento de 13 aeronaves no 4T19, que não geraram plenamente EBITDA no trimestre completo, a alavancagem teria sido de 2,7x. Em 31 de dezembro de 2019, o prazo médio da dívida da Azul, excluindo passivos de arrendamento de aeronaves, era de 3,4 anos com custo médio de 5,0%, sendo 4,8% para a porção em reais e 5,5% para a dívida em dólares. Considerando as operações de hedge, 100% da dívida não relacionada a aeronaves era denominada em reais no final do trimestre.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)¹	2019	2018	% Δ
Arrendamento de aeronaves	11.118,4	7.805,0	42,5%
Arrendamento financeiro	988,3	1.114,7	-11,3%
Subarrendamento de aeronaves a receber	(279,5)	(361,7)	-22,7%
Outros empréstimos e financiamentos de aeronaves	1.060,5	292,9	262,1%
Outros empréstimos, financiamentos e debêntures	2.457,6	2.463,2	-0,2%
Hedge cambial	(321,7)	(240,4)	33,8%
<i>% da dívida não relacionada à aeronave em moeda local</i>	100%	100%	+0,0 p.p.
Dívida bruta	15.023,5	11.073,7	35,7%
<i>Curto prazo</i>	<i>1.970,7</i>	<i>1.323,1</i>	<i>48,9%</i>
<i>Longo prazo</i>	<i>13.052,9</i>	<i>9.750,7</i>	<i>33,9%</i>

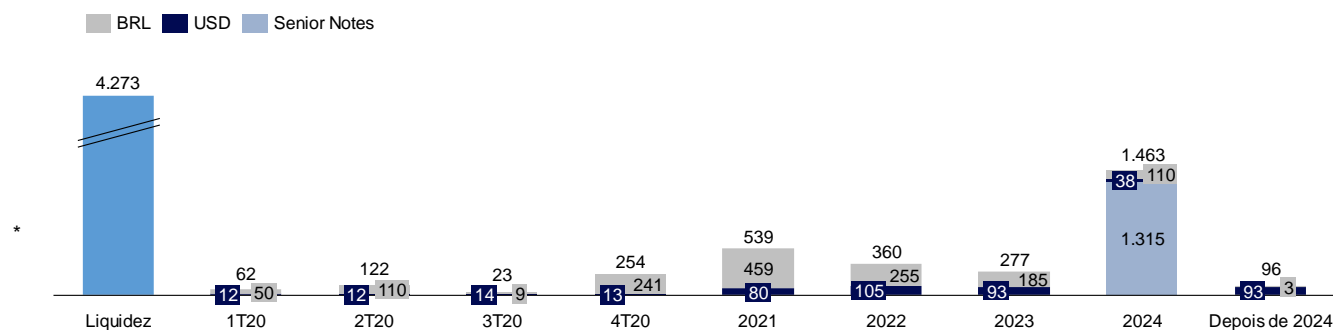
¹ Considera a dívida ajustada pelo efeito do hedge.

Os principais índices financeiros da Azul, bem como o seu cronograma de amortização da dívida, são apresentados abaixo:

Principais Indicadores de Dívida (R\$ milhões)	2019	2018	% Δ
Caixa ¹	3.107,6	2.974,3	4,5%
Dívida bruta	15.023,5	11.073,7	35,7%
Dívida líquida	11.915,9	8.099,4	47,1%
Dívida líquida / EBITDA (últimos 12 meses)	3,3	3,0	9,8%

¹ Inclui caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira circulante e não circulante.

Cronograma de Amortização da Dívida* (R\$ milhões)



Considera o efeito das operações de hedge cambial.

Frota

Em 31 de dezembro de 2019, a Azul possuía uma frota operacional de 142 aeronaves, com idade média de 5,8 anos. A frota contratual da Companhia totalizou 166 aeronaves, das quais 19 estavam sob arrendamento financeiro e 147 sob arrendamento operacional. As 24 aeronaves não incluídas em nossa frota operacional consistem em 15 aeronaves subarrendadas para a TAP, seis aeronaves em processo de saída da frota e três aeronaves da família A320neo em processo de incorporação na frota.

Frota Contratual

Aeronave	Número de assentos	2019	2018	% Δ
A330	242-271	8	7	14,3%
A330neo	298	2	-	n.a.
A320neo	174	41	20	105,0%
E195-E2	136	4	-	n.a.
E-Jets	106-118	70	72	-2,8%
ATRs	70	39	42	-7,1%
B737 Cargueiro	-	2	2	0,0%
Total¹		166	143	16,1%
<i>Aeronave em arrendamento operacional</i>		<i>147</i>	<i>123</i>	<i>19,5%</i>

¹ Inclui aeronaves subarrendadas para a TAP.

Frota Operacional

Aeronave	Número de assentos	2019	2018	% Δ
A330	242-271	8	7	14,3%
A330neo	298	2	-	n.a.
A320neo	174	38	20	90,0%
E195-E2	136	4	-	n.a.
E-Jets	106-118	55	63	-12,7%
ATRs	70	33	33	0,0%
B737 Cargueiro	-	2	2	0,0%
Total		142	125	13,6%

Anexo A

Reconciliação dos eventos não-recorrentes

Nossos resultados em IFRS incluem o impacto de despesas consideradas não recorrentes, que se considerados, acreditamos que possam dificultar a comparação de nossos resultados de 2019 com períodos anteriores, bem como com períodos e projeções futuras. Durante 2019, reconhecemos R\$3,2 bilhões em eventos não recorrentes que considera o impairment relacionado com a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável esperado de nossos E1s, a baixa de imobilizado e peças de reposição, perdas com venda de aeronaves, despesas de entrega de aeronave e taxas contratuais devido rescisão antecipada.

A tabela abaixo fornece uma reconciliação de nossos valores reportados em IFRS com os valores ajustados excluindo eventos não-recorrentes. Para mais informações sobre o impairment, consulte a nota explicativa 1 em nossas demonstrações financeiras.

Ajustes não-recorrentes de 2019 (R\$ milhões)	Reportado	Ajuste	Ajustado
Custos e despesas operacionais	12.637,7	(3.226,8)	9.410,9
Combustível de aviação	3.085,6	-	3.085,6
Salários e benefícios	1.868,4	-	1.868,4
Depreciação e amortização	3.670,9	(2.079,5)	1.591,4
Tarifas aeroportuárias	725,0	-	725,0
Prestação de serviços de tráfego	476,5	-	476,5
Comerciais e publicidade	444,1	-	444,1
Materiais de manutenção e reparo	354,1	(72,5)	281,6
Outras despesas operacionais, líquidas	2.013,2	(1.074,8)	938,4
Resultado operacional	(1.195,4)	3.226,8	2.031,4
EBITDA	2.475,5	1.147,3	3.622,8
Lucro líquido do período	(2.403,1)	3.226,8	823,7
Lucro básico por ação PN (R\$)	(7,01)	9,41	2,40
Lucro diluído por ação PN (R\$)	(5,21)	7,00	1,79

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 09 de março de 2020.

John Peter Rodgerson
Diretor Presidente

Alexandre Wagner Malfitani
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relação com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 09 de março de 2020.

John Peter Rodgerson
Diretor Presidente

Alexandre Wagner Malfitani
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relação com Investidores

**Relatório Resumido do Comitê de Auditoria
(estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)**

A totalidade dos membros do Comitê de Auditoria, considerando os documentos apresentados e as informações e esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia e pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. no decorrer do exercício, manifestou-se favoravelmente ao Relatório da Administração e às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (inclusive notas explicativas) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas de parecer a ser emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., recomendando ao Conselho de Administração a sua aprovação.

São Paulo, 09 de março de 2020.

Geraldo de Almeida Peralta
Membro do Comitê de auditoria

Sergio Eraldo de Salles Pinto
Membro do Comitê de auditoria

Gelson Pizzirani
Membro do Comitê de auditoria



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Azul S.A.
Barueri – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Azul S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3.19, em decorrência da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos e IFRS 16 - *Leases*, os valores correspondentes referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no Pronunciamento Técnico NBC TG 23 (R1) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Receita de passageiros

As receitas de passageiros são reconhecidas após a efetiva prestação do serviço de transporte, sendo os trechos vendidos e não voados reconhecidos no passivo circulante como transportes a executar e apropriados ao resultado do exercício quando utilizados. O reconhecimento de certas receitas leva em consideração estimativas com razoável grau de julgamento profissional por parte da administração, tais como a expectativa de expiração de bilhetes não utilizados, sendo estas premissas avaliadas pela administração com base em dados históricos. Adicionalmente, o processo de venda de bilhetes e reconhecimento da receita de passageiros é extremamente dependente dos sistemas de tecnologia da informação.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido aos aspectos citados acima e à magnitude dos montantes relacionados para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros (i) a análise da adequação de lançamentos manuais incluídos nas contas de receita; (ii) confronto de uma amostra de voos com relatórios emitidos pela agência reguladora de aviação; (iii) acompanhamento do embarque de passageiros e verificação do reconhecimento da respectiva receita, (iv) análise da movimentação dos saldos de receita considerando nossa expectativa e indicadores de mercado; (v) análise da adequação do reconhecimento da receita sobre os créditos expirados; e (vi) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas 3.16 e 26 foram apropriadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receitas de passageiros da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Bonds Conversíveis em ações da TAP

Em 14 de março de 2016, a Companhia adquiriu dívidas conversíveis de série A emitidas pela Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. ("TAP") no montante de €90 milhões ("Bonds TAP"). Os Bonds TAP são conversíveis, no total ou em parte, e a opção de conversão em novas ações da TAP possui direito a benefícios econômicos preferenciais ("Ações TAP"). Após a conversão total, as Ações TAP representarão 6,0% do capital total e votante da TAP, com o direito de receber dividendos ou outras distribuições correspondentes a 41,25% dos lucros distribuíveis da TAP, conforme divulgado na nota explicativa 12(h)(ii). O valor justo desta opção foi reconhecido em aplicações financeiras no ativo não circulante, conforme mencionado na nota explicativa 12(h)(ii), tendo contrapartida na linha de "resultado de transações com partes relacionadas, líquido" na demonstração do resultado.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores e à estimativa e julgamento necessários, exercidos pela administração no cálculo do valor justo desta opção.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros (i) a revisão das premissas para o cálculo de valor justo da aplicação financeira no ativo não circulante, incluindo o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão do cálculo de valor justo; (ii) a avaliação da adequação dos registros contábeis relacionados à operação; e (iii) a avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas na nota explicativa 12(h)(ii).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas de mensuração do valor justo da aplicação financeira no ativo não circulante para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas na nota explicativa 12(h)(ii), no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reservas de manutenção

Segundo os termos dos contratos com os arrendadores das aeronaves, anteriormente definidos como operacionais, a Companhia está comprometida em efetuar manutenção ou a reembolsar o arrendador com base na condição efetiva da fuselagem, motores e peças com vida útil limitada.

A recuperabilidade destes depósitos é avaliada pela administração a partir da comparação dos valores que se espera que sejam reembolsados quando da próxima manutenção. Valores determinados como não recuperáveis são reconhecidos como despesas no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2019, conforme nota explicativa 13, o saldo de reservas de manutenção totalizava R\$1.498.898 mil.

Considerando a magnitude dos montantes envolvidos, além do grau de julgamento aplicado na determinação das estimativas de custos de manutenção a incorrer e da necessidade de acompanhamento por parte da administração da recuperabilidade destes depósitos, consideramos esse um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros (i) o envio de carta de confirmação junto aos arrendadores que contempla o saldo da reserva de manutenção para cada contrato; (ii) seleção de uma amostra de contratos e conferência dos seus respectivos termos; (iii) análise de recuperabilidade da reserva de manutenção, elaborada pela administração, que considera a recuperabilidade de cada depósito para cada item, aeronave e arrendador; (iv) a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas 3.11 e 13, foram apropriadas baseado nas normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas de mensuração da reserva de manutenção para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Arrendamentos

Conforme divulgado nas notas explicativas 3.7.1, 3.19 e 15 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos e IFRS 16 – *Leases* emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, com base na abordagem retrospectiva completa. Consequentemente, os períodos anteriores foram reapresentados, e o efeito cumulativo da adoção inicial em 01 de janeiro de 2017 foi registrado na conta de prejuízos acumulados no patrimônio líquido. Essa adoção resultou no reconhecimento nos balanços patrimoniais de abertura em 1º de janeiro de 2017, entre outros impactos, de ativo por direito de uso, passivo de arrendamento e prejuízo acumulado, conforme apresentado nas notas explicativas 3.19 e 15.

Consideramos a adoção do CPC 06 (R2) e IFRS16, como um assunto significativo para a nossa auditoria pois envolveu valores significativos, abrangência dos impactos nas contas contábeis e alto grau de julgamento por parte da administração da Companhia na determinação da taxa de desconto nos contratos de arrendamento, que é uma estimativa chave utilizada para estimar o ativo por direito de uso e o passivo de arrendamento. Mudanças nestas estimativas podem ter impactos significativos nos valores reconhecidos pela Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros (i) entendimento e revisão das premissas, controles, política contábil e metodologia definida para adoção do novo pronunciamento; (ii) execução de procedimentos para averiguar a integridade da relação de arrendamentos incluídos pela Companhia; (iii) seleção de uma amostra de transações e obtenção dos contratos e dados necessários para recalcular o direito de uso e passivo de arrendamento de tais operações; (iv) recálculo da taxa de desconto utilizada pela Companhia; (v) a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas 3.7.1, 3.19 e 15, foram apropriadas baseado nas normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração, bem como as respectivas divulgações, relativas à adoção do CPC 06 (R2) e IFRS16 no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável de ativos - aeronaves Embraer E195

Conforme divulgado na nota explicativa 1, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou uma perda de R\$ 2.032.307 mil correspondente à redução ao valor recuperável de aeronaves Embraer E195, que serão substituídas por aeronaves mais modernas, e que estão sendo objeto de subarrendamento para outras empresas aéreas, além de provisão para contratos onerosos no valor de R\$ 797.591 mil. A metodologia e modelagem utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos foram baseadas no fluxo de caixa descontado de cada aeronave, estimativa para a qual foram utilizadas premissas pela administração que envolvem alto grau de julgamento, principalmente quanto à geração e ao consumo de fluxos de caixa futuros e taxa de desconto.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dado o uso de julgamento pela administração na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela administração, a avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram os fluxos de caixa das aeronaves, incluindo a revisão de contratos de subarrendamento e os custos previstos. Nossos procedimentos também incluíram o envolvimento de especialistas em avaliação, para nos auxiliar na revisão da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados no cálculo da redução ao valor recuperável desses ativos, incluindo taxa de desconto, os controles e procedimentos da administração na estimativa dos fluxos de caixa. Analisamos também a exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste nos cálculos aritméticos e matemáticos decorrentes de certas inconsistências nos cálculos, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das mencionadas aeronaves, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 1, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Marcio D. Berstecher
Contador CRC-1SP259735/O-2

Azul S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de			31 de dezembro de		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
		(reapresentado)	(reapresentado)		(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	7.961	11.250	11.791	1.647.880	1.169.136	762.319
Aplicações financeiras (Nota 7)	20	13.858	9.636	62.009	517.423	1.036.148
Aplicações financeiras vinculadas				-	-	8.808
Contas a receber (Nota 8)	78	35	22	1.165.866	1.069.056	914.428
Subarrendamento de aeronaves a receber (Nota 9)	-	-	-	75.052	73.671	57.768
Estoques (Nota 10)	--	-	-	260.865	200.145	150.393
Ativo disponível para venda (Nota 15)		-	-	51.850	-	-
Depósitos em garantia e reservas de manutenção (Nota 13)	-	-	-	258.212	144.192	130.112
Tributos a recuperar	1.310	3.407	1.128	139.668	283.841	112.891
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 25)		-	-	168.148	6.654	10.345
Despesas antecipadas (Nota 11)	151	283	204	139.403	115.453	82.656
Outros ativos circulantes	13.324	12.516	24	169.778	110.623	198.807
Total do ativo circulante	22.844	41.349	22.805	4.138.731	3.690.194	3.464.675
Não circulante						
Aplicações financeiras (Nota 25)	1.236.828	1.287.781	835.957	1.397.699	1.287.781	835.957
Subarrendamento de aeronaves a receber (Nota 9)	-	-	-	204.452	288.067	308.824
Depósitos em garantia e reservas de manutenção (Nota 13)	-	-	-	1.393.321	1.402.528	1.129.015
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 25)	-	-	-	657.776	588.726	410.477
Despesas antecipadas (Nota 11)	-	-	-	22.216	21.683	4.472
Tributos a recuperar	-	-	-	244.601	-	-
Outros ativos não circulantes	3.617	3.617	16.963	497.567	397.398	169.816
Investimentos (Nota 14)	813.065	792.343	808.192			
Direito de uso – arrendamentos (Nota 15)	-	-	-	7.087.412	4.926.326	4.377.725
Direito de uso – manutenção (Nota 15)	-	-	-	497.391	632.900	374.384
Imobilizado (Nota 15)	-	-	-	1.968.840	1.842.239	1.880.771
Intangível (Nota 16)	-	-	-	1.087.484	1.016.556	961.000
Total do ativo não circulante	2.053.510	2.083.741	1.661.112	15.058.759	12.404.204	10.452.441
Total do ativo	2.076.354	2.125.090	1.683.917	19.197.490	16.094.398	13.917.116

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de			31 de dezembro de		
	2019	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	-	-	-	481.227	158.813	419.198
Passivo de arrendamento (Nota 19)	-	-	-	1.585.233	1.237.909	914.600
Fornecedores (Nota 20)	43	41	674	1.376.850	1.287.661	971.750
Fornecedores – risco sacado (Nota 20)	-	-	-	249.727	162.778	-
Transportes a executar (Nota 21)	-	-	-	2.094.254	1.672.452	1.287.434
Salários, provisões e encargos sociais	736	295	397	357.571	244.008	246.336
Prêmios de seguros a pagar	-	-	-	49.938	34.999	24.411
Tributos a recolher	537	14.626	3.946	49.060	56.999	44.418
Programa de parcelamento fiscal	-	-	-	13.480	9.749	9.772
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 25)	-	-	-	81.196	180.975	48.522
Provisões (Nota 22)	-	-	-	323.441	36.083	-
Outros passivos circulantes	26.822	-	-	200.043	193.492	151.696
Total do passivo circulante	28.138	14.962	5.017	6.862.020	5.275.918	4.118.137
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	-	-	-	3.036.929	2.597.313	2.159.241
Passivo de arrendamento (Nota 19)	-	-	-	10.521.388	7.681.837	6.428.893
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 25)	-	-	-	228.994	260.019	378.415
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17)	242.516	269.601	109.450	242.516	293.211	142.102
Programa de parcelamento fiscal	-	-	-	119.300	95.705	105.431
Provisões (Nota 22)	-	-	-	1.489.911	713.941	553.155
Provisão para perda com investimento (Nota 14)	5.324.874	2.959.176	1.920.179			
Outros passivos não circulantes	-	31.389	40.242	215.606	326.492	422.713
Total do passivo não circulante	5.567.390	3.260.166	2.069.871	15.854.644	11.968.518	10.189.950
Patrimônio líquido						
Capital social (Nota 23)	2.243.215	2.209.415	2.163.377	2.243.215	2.209.415	2.163.377
Reserva de capital	1.928.830	1.918.373	1.898.926	1.928.830	1.918.373	1.898.926
Ações em tesouraria (Nota 23)	(15.565)	(10.550)	(2.745)	(15.565)	(10.550)	(2.745)
Outros resultados abrangentes (Nota 23)	(159.261)	(153.969)	(14.688)	(159.261)	(153.969)	(14.688)
Prejuízo acumulado	(7.516.393)	(5.113.307)	(4.435.841)	(7.516.393)	(5.113.307)	(4.435.841)
	(3.519.174)	(1.150.038)	(390.971)	(3.519.174)	(1.150.038)	(390.971)
Total do passivo e patrimônio líquido	2.076.354	2.125.090	1.683.917	19.197.490	16.094.398	13.917.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Controladora		
	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
		(reapresentado)	(reapresentado)
Receita líquida			
Transporte de passageiros	-	-	-
Cargas e outras receitas	-	-	-
Receita líquida	-	-	-
Custos dos serviços prestados	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-
Despesas operacionais			
Comerciais	-	-	-
Administrativas	(19.612)	(11.926)	(10.789)
	(19.612)	(11.926)	(10.789)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 14)	(2.354.301)	(896.770)	276.502
Lucro (prejuízo) operacional	(2.373.913)	(908.696)	265.713
Resultado financeiro, líquido (Nota 28)			
Receitas financeiras	764	2.142	5.505
Despesas financeiras	(2.417)	(4.944)	(2.622)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Variações monetárias e cambiais, líquida	9.213	43.688	49.965
	7.560	40.886	52.848
Resultado de transações com partes relacionadas, líquido	(61.688)	403.454	185.658
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.428.041)	(464.356)	504.219
Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 17)	(2.130)	(11.224)	(6.192)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 17)	27.085	(160.151)	(73.514)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.403.086)	(635.731)	424.513
Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária - R\$ (Nota 24)	(0,09)	(0,03)	0,02
Lucro (prejuízo) diluído por ação ordinária R\$ (Nota 24)	(0,09)	(0,03)	0,02
Lucro (prejuízo) básico por ação preferencial - R\$ (Nota 24)	(7,05)	(1,88)	1,35
Lucro (prejuízo) diluído por ação preferencial R\$ (Nota 24)	(7,05)	(1,88)	1,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Consolidado		
	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)
Receita líquida			
Transporte de passageiros	10.907.889	8.670.132	6.695.340
Cargas e outras receitas	534.428	386.932	1.009.491
Receita líquida (Nota 26)	11.442.317	9.057.064	7.704.831
Custos dos serviços prestados (Nota 27)	(11.366.825)	(6.791.645)	(5.520.945)
Lucro bruto	75.492	2.265.419	2.183.886
Despesas operacionais			
Comerciais (Nota 27)	(471.312)	(386.874)	(327.927)
Administrativas (Nota 27)	(799.580)	(684.921)	(613.167)
	(1.270.892)	(1.071.795)	(941.094)
Lucro (prejuízo) operacional	(1.195.400)	1.193.624	1.242.792
Resultado financeiro, líquido (Nota 28)			
Receitas financeiras	72.071	74.522	128.272
Despesas financeiras	(1.329.524)	(1.094.828)	(1.078.598)
Instrumentos financeiros derivativos	325.452	298.094	(90.171)
Variações monetárias e cambiais, líquida	(391.905)	(1.306.063)	34.859
	(1.323.906)	(2.028.275)	(1.005.638)
Resultado de transações com partes relacionadas, líquido	(16.959)	381.725	176.975
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.536.265)	(452.926)	414.129
Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 17)	(2.228)	(11.224)	2.875
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 17)	135.407	(171.581)	7.509
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.403.086)	(635.731)	424.513
Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária - R\$ (Nota 24)	(0,09)	(0,03)	0,02
Lucro (prejuízo) diluído por ação ordinária R\$ (Nota 24)	(0,09)	(0,03)	0,02
Lucro (prejuízo) básico por ação preferencial - R\$ (Nota 24)	(7,05)	(1,88)	1,35
Lucro (prejuízo) diluído por ação preferencial R\$ (Nota 24)	(7,05)	(1,88)	1,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado		
	Exercício findo em		
	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
		(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.403.086)	(635.731)	424.513
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes:			
<i>Hedges</i> de fluxo de caixa	(5.292)	(139.281)	31.309
Total dos resultados abrangentes	(2.408.378)	(775.012)	455.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ações em Tesouraria	Reserva de hedge de fluxo de caixa	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	1.488.601	1.290.966	-	(33.785)	(1.743.795)	1.001.987
Impacto da adoção do IFRS 16 (Nota 3)	-	-	-	(12.212)	(3.116.559)	(3.128.771)
Em 01 de janeiro de 2017	1.488.601	1.290.966	-	(45.997)	(4.860.354)	(2.126.784)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	424.513	424.513
Outros resultados abrangentes	-	-	-	31.309	-	31.309
Total resultados abrangentes	-	-	-	31.309	424.513	455.822
Aumento de capital	661.500	646.479	-	-	-	1.307.979
Emissão de ações devido exercício de opção de compra de ações (Nota 23)	13.276	4.623	-	-	-	17.899
Custo na emissão de ação	-	(71.283)	-	-	-	(71.283)
Ações em tesouraria, líquida (Nota 23)	-	-	(2.745)	-	-	(2.745)
Remuneração com base em ações (Nota 30)	-	28.141	-	-	-	28.141
Em 31 de dezembro de 2017	2.163.377	1.898.926	(2.745)	(14.688)	(4.435.841)	(390.971)
Impacto da adoção do CPC 48 (IFRS 9) (*)	-	-	-	-	(416)	(416)
Impacto da adoção do CPC 47 (IFRS 15) (**)	-	-	-	-	(41.319)	(41.319)
Em 01 de janeiro de 2018	2.163.377	1.898.926	(2.745)	(14.688)	(4.477.576)	(432.706)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(635.731)	(635.731)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(139.281)	-	(139.281)
Total resultados abrangentes	-	-	-	(139.281)	(635.731)	(775.012)
Emissão de ações devido exercício de opção de compra de ações (Nota 23)	46.038	1.596	-	-	-	47.634
Ações em tesouraria, líquida (Nota 23)	-	-	(7.805)	-	-	(7.805)
Remuneração com base em ações (Nota 30)	-	17.851	-	-	-	17.851
Em 31 de dezembro de 2018	2.209.415	1.918.373	(10.550)	(153.969)	(5.113.307)	(1.150.038)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(2.403.086)	(2.403.086)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(5.292)	-	(5.292)
Total resultados abrangentes	-	-	-	(5.292)	(2.403.086)	(2.408.378)
Emissão de ações devido exercício de opção de compra de ações (Nota 23)	33.800	3.967	-	-	-	37.767
Ações em tesouraria, líquida (Nota 23)	-	-	(5.015)	-	-	(5.015)
Remuneração com base em ações (Nota 30)	-	6.490	-	-	-	6.490
Em 31 de dezembro de 2019	2.243.215	1.928.830	(15.565)	(159.261)	(7.516.393)	(3.519.174)

(*) A Companhia aplicou, pela primeira vez, o CPC 48 (IFRS 9) no exercício de 2018, optando por não apresentar informações comparativas retrospectivamente demonstrando os resultados com a adoção.

(**) A Companhia aplicou, pela primeira vez, o CPC 47 (IFRS 15) no exercício de 2018, usando o método de adoção retrospectivo modificado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	Exercício findo em 31 de dezembro de			Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.403.086)	(635.731)	424.513	(2.403.086)	(635.731)	424.513
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do resultado						
Depreciação e amortização e <i>impairment</i>	-	-	-	3.670.884	1.284.050	1.063.378
Resultado não realizado com instrumentos financeiros derivativos	61.356	(403.459)	(154.361)	(367.753)	(298.799)	(9.287)
Remuneração baseada em ações (Ganho) e perda sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira	(15.671)	(49.978)	(40.511)	448.901	1.243.882	(37.991)
Receitas e despesas de juros sobre ativos e passivos	(212)	(867)	(43.369)	1.082.256	866.895	776.470
Partes relacionadas	-	(7.510)	16.977	(3.241)	76.949	(73.241)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(27.085)	160.151	73.514	(135.407)	171.581	(7.509)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	1.993	5.168	1.586
Provisão para perdas nos estoques	-	-	-	17.791	3.259	(6.218)
Provisões	-	(450)	-	897.831	70.439	78.469
Perda (lucro) na venda de imobilizado e reconhecimento de contratos de arrendamento	-	-	-	106.914	246.069	(33.168)
Resultado de equivalência patrimonial	2.354.301	896.770	(276.502)	-	-	-
Variação de ativos e passivos operacionais	(43)	(13)	(22)	(98.803)	(160.427)	(242.739)
Contas a receber	(43)	(13)	(22)	66.899	4.854	46.859
Subarrendamento de aeronaves a receber				(78.511)	(53.011)	(37.073)
Estoques				(49.431)	(65.030)	(168.940)
Depósitos em garantia e reservas de manutenção	132	(79)	(169)	(24.483)	(50.475)	(9.979)
Despesas antecipadas	2.097	(2.279)	(31)	(15.718)	(170.950)	(68.403)
Tributos a recuperar		(38)	2	(103.233)	(210.302)	(101.696)
Outros ativos				(2.412)	(373.831)	(157.353)
Obrigações com operações de derivativos	2	(633)	666	87.636	245.785	(95.097)
Fornecedores				86.949	162.778	-
Fornecedores – Risco sacado	441	(102)	(174)	113.563	(2.328)	59.862
Salários, provisões e encargos sociais				14.939	10.588	147
Prêmios de seguros a pagar	(14.567)	10.680	2.008	(8.417)	12.581	(20.412)
Tributos a recolher				27.326	(8.722)	116.316
Programa de recuperação fiscal				421.802	322.410	338.074
Transportes a executar				(93.718)	(62.653)	(81.624)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas				(112.578)	(42.680)	52.332
Outros passivos				(969.061)	(845.297)	(821.173)
Juros pagos						
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(2.434)	-	-	(2.434)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(42.146)	(34.251)	2.541	2.594.637	1.764.903	1.014.244
Fluxos de caixa das atividades de investimento						
Aplicações financeiras						
Aplicação	(10.110)	(48.914)	(9.311)	(1.355.455)	(2.843.002)	(3.673.743)
Resgate	24.160	45.559	-	1.816.862	3.387.015	3.044.183
Empréstimo concedido a terceiros	-	-	-	(51.028)	-	-
Aplicação financeira não circulante	-	-	-	(96.161)	-	1.122
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	-	5.635	120.925
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	-	-	-	59.381	363.157	177.316
Aquisição de bens do ativo intangível	-	-	-	(132.454)	(100.204)	(56.148)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-	-	-	(1.427.965)	(1.086.442)	(695.032)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	14.050	(3.355)	(9.311)	(1.186.820)	(273.841)	(1.081.377)

Azul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	Exercício findo em					
	31 de dezembro de			31 de dezembro de		
	2018	2017	2019	2018	2017	
	(reapresentado)	(reapresentado)		(reapresentado)	(reapresentado)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Debêntures						
Captações	-		-	700.000	200.000	
Pagamentos	-		(64.345)	(168.098)	(1.153.230)	
Empréstimos						
Captações	-		592.312	98.940	1.710.650	
Pagamentos	-		(109.959)	(747.231)	(942.288)	
Pagamento de arrendamentos	-		(1.372.701)	(1.082.239)	(795.010)	
Caixa recebido na operação de <i>sale and leaseback</i>	-		16.276	11.889	39.461	
Aumento de capital, devido ao exercício de opção de compra de ações	37.767	47.634	37.767	47.634	17.899	
Ações em tesouraria	(12.853)	(12.179)	(12.853)	(12.179)	(2.745)	
Recuperação de ações preferenciais						
Recuperação de ações preferenciais					(44.655)	
Aumento de capital, líquido dos custos na emissão de ações					1.213.373	
Investimento						
Investimento						
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de financiamento	24.914	35.455	(913.503)	(1.151.284)	243.455	
Ganho ou (perda) de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(107)	1.610	(15.570)	67.039	36.833	
Aumento (redução), líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.289)	(541)	478.744	406.817	213.155	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.250	11.791	1.169.136	762.319	549.164	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.961	11.250	1.647.880	1.169.136	762.319	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		
	Exercício findo em		
	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
		(reapresentado)	(reapresentado)
Receita			-
Passageiro	-	-	-
Cargas e outras receitas	-	-	-
Provisão/Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	-
Insumos adquiridos de terceiros			
Combustível de aviação	-	-	--
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.894)	(3.594)	(2.114)
Seguros de aeronaves	-	-	-
Valor adicionado bruto	(7.894)	(3.594)	(2.114)
Retenções			
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	-	-	-
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(7.894)	(3.594)	(2.114)
Valor adicionado recebido em transferências	(2.415.225)	(491.174)	467.665
Resultado de equivalência patrimonial	(2.354.301)	(896.770)	276.502
Receitas financeiras	764	2.142	5.505
Resultado de transações com partes relacionadas, líquido	(61.688)	403.454	185.658
Valor adicionado total a distribuir	(2.423.119)	(494.768)	465.551
Distribuição do valor adicionado	(2.423.119)	(494.768)	465.551
Pessoal	9.515	6.873	6.791
Remuneração direta	5.363	4.050	3.641
Benefícios	3.838	2.691	2.885
F.G.T.S.	314	132	265
Impostos, taxas e contribuições	(22.752)	172.834	81.590
Federais	(23.573)	172.142	80.883
Estaduais	-	-	-
Municipais	821	692	707
Remuneração de capital de terceiros	(6.796)	(38.744)	(47.343)
Juros	(6.796)	(38.744)	(47.343)
Aluguéis	-	-	-
Remuneração de capital próprio	(2.403.086)	(635.731)	424.513
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.403.086)	(635.731)	424.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Consolidado		
	Exercício findo em		
	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
		(reapresentado)	(reapresentado)
Receita			
Passageiro	11.198.585	9.029.960	6.939.241
Cargas e outras receitas	604.297	430.725	1.100.564
Provisão/Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.993)	(5.167)	306
	11.800.889	9.455.518	8.040.111
Insumos adquiridos de terceiros			
Combustível de aviação	(3.085.603)	(2.644.261)	(1.848.195)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.827.356)	(2.480.035)	(2.143.106)
Seguros de aeronaves	(33.404)	(23.827)	(21.631)
	(6.946.363)	(5.148.123)	(4.012.932)
Valor adicionado bruto	4.854.526	4.307.395	4.027.179
Retenções			
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(3.670.884)	(1.284.050)	(1.063.378)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.183.642	3.023.345	2.963.800
Valor adicionado recebido em transferências	55.112	456.247	305.247
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-
Receitas financeiras	72.071	74.522	128.272
Resultado de transações com partes relacionadas, líquido	(16.959)	381.725	176.975
Valor adicionado total a distribuir	1.238.754	3.479.592	3.269.048
Distribuição do valor adicionado	1.238.754	3.479.592	3.269.048
Pessoal	1.661.116	1.413.725	1.301.856
Remuneração direta	1.258.832	1.082.028	962.501
Benefícios	296.247	242.498	259.208
F.G.T.S.	106.037	89.199	80.147
Impostos, taxas e contribuições	475.256	558.597	393.107
Federais	442.087	533.121	369.329
Estaduais	19.852	12.597	8.927
Municipais	13.317	12.879	14.851
Remuneração de capital de terceiros	1.505.468	2.143.001	1.149.571
Juros	1.395.977	2.102.797	1.133.910
Aluguéis	109.491	40.204	15.662
Remuneração de capital próprio	(2.403.086)	(635.731)	424.513
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.403.086)	(635.731)	424.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Azul S.A. ("Azul") é uma sociedade anônima com sede na Avenida Marcos Penteados de Uilhoa Rodrigues, 939 na cidade de Barueri, estado de São Paulo, Brasil. A Azul foi constituída em 3 de janeiro de 2008, tendo como objeto social, primordialmente, a participação direta no capital de empresas dedicadas à atividade de transporte de passageiros e de carga. A Azul e suas controladas são, em conjunto, chamadas de "Companhia".

Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("ALAB"), uma subsidiária a qual a Companhia detém 100% do capital, foi constituída em 3 de janeiro de 2008, e tem como principal objeto a operação de transporte de passageiros e de carga aérea no Brasil desde o início de suas operações em 15 de dezembro de 2008. Canela Investments LLC ("Canela"), uma subsidiária com sede no estado de Delaware, Estados Unidos da América, a qual a Companhia detém 100% do capital, foi constituída em 28 de fevereiro de 2008 e tem o propósito específico de adquirir aeronaves no exterior para arrendamento à ALAB.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras individuais apresentadas a seguir:

Controladas/coligadas	Atividade principal	País	% Participação	
			31 de dezembro de 2019	2018
Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (ALAB)	Operações aéreas	Brasil	100,0%	100,0%
Azul Finance LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Azul Finance 2 LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Blue Sabiá LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
ATS Viagens e Turismo Ltda. (a)	Serviço de turismo	Brasil	99,9%	99,9%
Azul SOL LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Azul Investments LLP (a)	Captação de recursos	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Fundo Garoupa (b)	Fundo de investimento exclusivo	Brasil	100,0%	100,0%
Fundo Safira (a)	Fundo de investimento exclusivo	Brasil	100,0%	100,0%
Canela Investments LLC (Canela) (a) (c)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Canela 336 LLC (d) (h)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	-	100,0%
Canela 407 LLC (d)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Canela 429 LLC (d)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Canela Turbo Three LLC (d)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Daraland S.A. (a)	Holding	Uruguai	100,0%	100,0%
Encenta S.A. (Azul Uruguai) (e)	Operações aéreas	Uruguai	100,0%	100,0%
TudoAzul S.A.	Programa de fidelidade	Brasil	100,0%	100,0%
Cruzeiro Participações S.A(a) (f)	Participação em outras sociedades	Brasil	99,9%	99,9%
Global AzulAirProjects, SGPS, S.A. (Global) (g)	Participação em outras sociedades	China	45,45%	-

(a) Investimento realizado indiretamente através da ALAB.

(b) Investimento realizado 4% diretamente e 96% indiretamente através da ALAB.

(c) Investimento transferido da Azul para a ALAB em 1 de dezembro de 2017.

(d) Investimento da ALAB realizado indiretamente através da Canela.

(e) Investimento realizado indiretamente através de Daraland.

(f) Subsidiária constituída em 06 de fevereiro de 2018.

(g) As ações detidas pela HACAIL foram transferidas para a Global em 01 de julho de 2019.

(h) Subsidiária encerrada em 15 de agosto de 2019.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo atribuído aos acionistas de R\$3.519.174 (31 de dezembro de 2018 – R\$1.150.038 - reapresentado) e de capital circulante líquido negativo de R\$2.723.289 (31 de dezembro de 2018 – R\$1.519.560 - reapresentado). As alterações nessas posições são decorrentes principalmente da:

- i) Adoção de maneira retrospectiva completa do CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento, equivalente ao IFRS 16 – Leases, com um impacto de R\$4.313.738 em 31 de dezembro de 2018 no patrimônio líquido.
- ii) Redução ao valor recuperável de 53 aeronaves Embraer E195 e ativos associados, em decorrência da aceleração de transformação de frota da Companhia, com um impacto negativo de R\$2.873.157 no resultado em 2019.

A Administração avalia de forma constante a rentabilidade de suas operações e sua posição patrimonial, atuando de forma sólida e tempestiva para garantir a perpetuidade de suas operações e com isso conclui, que a Companhia reúne condições para a continuidade de suas operações e cumprimento de suas obrigações, de acordo com seus vencimentos.

A avaliação da Administração considera o plano de negócios da Companhia que inclui futuras ações planejadas pela Administração, assim como outras premissas relevantes macroeconômicas e do setor de aviação, como por exemplo a estimativa de preços de combustível de aviação e a estimativa de taxa de câmbio do dólar norte-americano. Entre os fatores está o plano de transformação, aceleração e crescimento da frota, com a substituição de aeronaves de antiga geração por equipamentos maiores de nova geração, e mais eficientes em termos de consumo de combustível. A Companhia acredita que a aceleração da transformação de sua frota irá gerar um fluxo de caixa operacional incremental entre 2020 e 2027, conforme fato relevante divulgado ao mercado em 28 de janeiro de 2020.

De acordo com a avaliação da Administração, os ativos circulantes consolidados e a previsão orçamentária de fluxos de caixa a serem gerados pela operação serão suficientes para atender as necessidades da Companhia de capital de giro e investimentos, no futuro próximo. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que não existem incertezas materiais relacionadas à habilidade da Companhia continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas baseadas nessa premissa.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aceleração da transformação da frota

Em 2019, a Administração aprovou o plano de substituição do Embraer E195, incluindo o subarrendamento de 53 aeronaves E195, seguindo a estratégia da Azul de acelerar a substituição de toda a frota doméstica de jatos E195 por aeronaves E2 maiores e de próxima geração, com menor consumo de combustível devido à nova tecnologia do motor. Essa alteração no uso pretendido da aeronave desencadeou uma revisão de *impairment*.

Um ativo não financeiro é sujeito a *impairment* se seu valor contábil exceder seu valor recuperável.

De acordo com o IFRS 16, a Azul capitaliza o direito de uso das aeronaves anteriormente mantidas sob arrendamentos operacionais e deprecia o ativo de forma linear ao longo da vida do contrato de arrendamento subjacente ou da vida útil econômica do componente, dos dois o menor.

A Azul aplicou a abordagem de transição retrospectiva completa em 1º de janeiro de 2019, segundo a qual as informações comparativas de períodos anteriores foram reapresentadas. Na transição, a Azul reconheceu um ativo de direito de uso que representa seu direito de usar o ativo subjacente e um passivo de arrendamento correspondente que foram mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento reconhecidos à taxa de câmbio e à taxa de desconto históricas. O passivo de arrendamento mercantil é atualizado a cada fechamento contábil para refletir a taxa de câmbio atual, enquanto o valor contábil do direito de uso permanece em taxas históricas, de acordo com a IAS 21 - Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio.

O valor recuperável é o valor mais alto entre valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. O valor em uso das aeronaves E195, peças e equipamentos relacionados afetados pelo plano de aceleração foi determinado usando projeções de fluxo de caixa do plano de substituição do E195 aprovado pela diretoria, cobrindo um período de sete anos. As principais premissas utilizadas na análise incluíram:

- Receita de contratos de sublocação
- Custos de entrega e manutenção
- Valor residual para aeronaves próprias e sob arrendamento financeiro no final dos contratos de sublocação
- Taxa de câmbio R\$4,0041/US\$1
- Taxa de desconto antes de impostos de 10,6%

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo menos custo de venda da frota E195 foi determinado com base em avaliações de terceiros e considerando circunstâncias específicas da frota, como idade da aeronave, requisitos e condições de manutenção, sendo assim classificado como nível 3 na hierarquia do valor justo.

Como resultado da análise de *impairment*, a Companhia registrou um *impairment* dos ativos não circulante e ativos de direito de uso de R\$2.032.207 em 2019 na rubrica “Depreciação, amortização e *impairment*”. Adicionalmente, de acordo com o IAS 36, um *impairment* não é totalmente alocado se os ativos não tiverem valor contábil suficiente para absorver a carga na sua totalidade. Consequentemente, para essa porção não absorvida uma provisão adicional de contrato oneroso no valor de R\$797.591 foi reconhecida na rubrica “Outras despesas” na demonstração do resultado com contrapartida na rubrica “Provisões” no balanço patrimonial.

Adicionalmente, outros ativos e passivos foram ajustados para refletir o impacto do plano de transformação acelerada da frota, incluindo: i) R\$91.826 baixa de pré-pagamentos e reservas de manutenção que não se espera serem recuperáveis; ii) provisão de R\$27.999 para peças de estoque; iii) reversão de R\$76.466 de ganhos acumulados de *sale and leaseback*, uma vez que o valor contábil das aeronaves foi reduzido ao seu valor recuperável.

O impacto total do *impairment* considerando as provisões e baixas contábeis relacionadas foi de R\$54.211 por aeronave.

Aquisição TwoFlex

Em fevereiro de 2020, a Azul Linhas Aéreas Brasileiras, subsidiária da Azul S.A., anunciou a assinatura do contrato de compra para adquirir a empresa aérea regional Two Taxi Aéreo (“TwoFlex”) por R\$123 milhões.

A TwoFlex oferece serviço regular de passageiros e cargas para 39 destinos no Brasil, dos quais apenas sete estão sendo atendidos pela Azul. A empresa também conta com 14 horários diários de partidas e chegadas na pista auxiliar de Congonhas, o principal terminal doméstico do país. Sua frota é composta por 17 aeronaves Cessna Caravan próprias e um turboélice regional monomotor com capacidade para nove passageiros.

A transação permanece sujeita a aprovações regulatórias.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram aprovadas para emissão pelos membros da diretoria, em 09 de março de 2020.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essas demonstrações financeiras foram preparadas sob a responsabilidade de nossa Administração, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional adotada pela Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas fornecem informação financeira comparativa em relação aos períodos anteriores. Adicionalmente, a Companhia apresenta balanço patrimonial adicional no início do período anterior, quando há uma aplicação retrospectiva de uma política contábil, uma reapresentação retrospectiva ou uma reclassificação nas demonstrações financeiras.

Nas demonstrações financeiras individuais, as informações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos e interpretações emitidos IASB, IFRS *Interpretations Committee* e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019.

3. Políticas contábeis

3.1. Base para consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Azul e de suas controladas em 31 de dezembro de 2019. O controle é obtido quando a Azul está exposta aos riscos ou, detêm os direitos sobre a investida. Especificamente, a Azul controla uma investida, se:

- Tem poder sobre a investida, isto é, possui direitos que lhe dão a capacidade atual de controlar as atividades relevantes da investida;
- Está exposta, ou possui os direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e;
- Possui capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar os seus negócios.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reavalia se controla ou não uma investida quando fatos e circunstâncias indicam que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma subsidiária começa quando os ativos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida durante o exercício estão incluídos na demonstração do resultado a partir da data em que a Companhia ganha controle e cessa na data em que a Companhia perde o controle da subsidiária.

Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contábeis, em conformidade com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos de partes relacionadas, patrimônio, receitas, despesas e fluxos de caixa referentes a transações entre as partes relacionadas são eliminados integralmente no processo de consolidação.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia inclui instrumentos financeiros com vencimentos inferiores a três meses, como equivalentes de caixa.

3.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

3.3.1. Ativos financeiros não derivativos — reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial

Ativos financeiros não derivativos, exceto contas a receber, são mensurados no reconhecimento inicial pelo seu valor justo, acrescido (no caso de ativo que não seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado) dos custos da transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição.

Contas a receber que não contêm um componente significativo de financiamento são mensurados no reconhecimento inicial pelo preço da transação.

Classificação de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa dos mesmos.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros poder ser mensurados em três categorias:

- (i) ao custo amortizado;
- (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- (iii) ao valor justo por meio do resultado

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Avaliação do modelo de negócios

A avaliação do modelo de negócios requer a classificação do ativo em um dos modelos de negócios definidos pelo CPC 48 (IFRS 9). Os modelos de negócios refletem como a Companhia administra os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa com base em cenários que a Companhia espera razoavelmente que ocorram. Para realizar a avaliação do modelo de negócios, a Companhia agrupou ativos financeiros em carteiras de ativos administrados em conjunto.

<u>Objetivo</u>	<u>Mensuração</u>
Receber os pagamentos contratuais ao longo da vida do instrumento	Ao custo amortizado
Receber fluxos de caixa contratual e vendê-los	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Manter para negociação ou mensurados ao valor justo	Ao valor justo por meio do resultado

Avaliação das características do fluxo de caixa contratual

A avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais é exigida a fim de determinar se os fluxos de caixa contratuais consistem exclusivamente em “SPPI”- pagamentos de principal ou juros sobre o montante principal proeminente

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando os fluxos de caixa dos ativos consistem exclusivamente de SPPI - posteriormente será mensurado seguindo o resultado da avaliação do modelo de negócios. No entanto, quando os fluxos de caixa dos ativos não consistem apenas de SPPI, deverá ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado, independente do modelo de negócios.

Mensuração subsequente dos ativos financeiros da Companhia

Os critérios de mensuração subsequente dos ativos financeiros são apresentados a seguir:

- Ao custo amortizado – Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros a custo amortizado incluem: investimentos restritos, clientes e outras receitas que não sejam cartão de crédito, contas a receber de partes relacionadas, depósito em garantia e reserva de manutenção;

- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: recebíveis de cartão de crédito; e

- Ao valor justo por meio do resultado – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem: instrumentos financeiros, investimentos de curto prazo e os *Bonds* conversíveis da TAP classificados como aplicações financeiras no ativo não circulante.

3.3.2. Passivos financeiros não derivativos — reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros não derivativos, são mensurados inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um passivo financeiro.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Todos os passivos financeiros não derivativos da Companhia na data do balanço são mensurados pelo custo amortizado e consistem de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, exceto aqueles designados como objeto de hedge (hedge de valor justo) (Nota 25).

3.3.3. Instrumentos financeiros e contabilidade de hedge – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros relativos a contratos de opção de câmbio e NDFs para proteção de câmbio, swap de *heating oil* para proteção de risco de preço de combustível e Swaps de taxa de juros para proteção contra o risco de variação das taxas de juros. Os instrumentos financeiros que não fazem parte de uma relação de *hedge accounting* são inicialmente reconhecidos ao valor justo e remensurados a cada data de reporte pelo seu valor justo. A contabilização subsequente do valor justo de instrumentos designados para *hedge accounting* dependerá da natureza do item sendo protegido e o tipo de contabilidade de hedge designada. Instrumentos financeiros são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo do instrumento for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de instrumentos não designados para *hedge accounting* durante o exercício são lançados diretamente no resultado do período. A contabilização de instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* é tratada no próximo tópico.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contabilidade de Hedge

As classificações a seguir são utilizadas para fins de contabilidade de hedge:

- Hedge de valor justo - hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido;
- Hedge de fluxo de caixa - hedge de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No início de uma relação de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge na qual pretende aplicar a contabilidade de hedge, bem como o objetivo da Companhia e estratégia de gestão de risco para o hedge. Essa documentação inclui: identificação do instrumento de hedge, identificação do item de hedge ou transação sendo coberta, a natureza do risco a ser coberto e dos riscos excluídos e análise da eficácia do hedge demonstrando que há relação econômica entre item protegido e instrumento de hedge, que o efeito do risco de crédito não influencia as alterações do valor justo decorrentes da relação de hedge e como é determinado o índice de hedge para avaliar a eficácia prospectivamente incluindo possíveis fontes de inefetividade, que pode ser tanto qualitativa (desde que os termos do item protegido sejam idênticos aos do instrumento de hedge – valor nominal, vencimentos, indexadores) como quantitativa.

Para hedge que atende os critérios de contabilidade de hedge são contabilizados como segue:

Hedge de valor justo

O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* (para instrumento de *hedge* derivativo) ou do componente cambial da sua quantia escriturada deve ser reconhecido no resultado ou em outros resultados abrangentes, se o instrumento de hedge protege instrumento patrimonial para qual a Companhia escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes. O ganho ou a perda resultante do item protegido deve ajustar seu valor contábil (para item reconhecido no balanço) a ser reconhecido no resultado.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item objeto de *hedge* numa relação de *hedge*, a variação do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto é reconhecida como um ativo financeiro quando ela for positiva ou como um passivo financeiro quando ela for negativa, com o reconhecimento de um correspondente ganho ou perda na demonstração do resultado. O saldo acumulado no balanço patrimonial decorrente das variações sucessivas do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto será transferido para o saldo do item objeto de *hedge* no momento do reconhecimento inicial (reconhecimento do saldo das contas a pagar ou das contas a receber).

A Companhia possui swaps de taxa de juros para proteção contra a exposição à mudança no valor justo de alguns de seus financiamentos de aeronaves (Nota 25).

Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e, caso a proteção deixe de atender ao índice de *hedge*, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar “reequilibrar” o índice de *hedge* para atender os critérios de qualificação.

Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de *hedge* (inclusive decorrentes do “reequilíbrio” do índice de *hedge*) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de *hedge* ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de *hedge* somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia utiliza contratos de swap para oferecer proteção contra a sua exposição ao risco de incremento nas taxas de juros pós-fixadas relacionadas às suas transações de arrendamento financeiro e opções de câmbio para proteção do pagamento de dívida denominada em moeda estrangeira.

Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos financeiros não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazos ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- Quando um instrumento financeiro for mantido como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o instrumento financeiro é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.
- Os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal são classificados de forma consistente com os fluxos de caixa do contrato principal.
- Os instrumentos financeiros designados como tal e que são efetivamente instrumentos de *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*. O instrumento financeiro é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

3.3.4. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; ou
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo de 'repassé' e; (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações mantidos.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou a máxima contraprestação que puder ser exigida, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro da mesma contraparte com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

3.3.5. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido apresentado nas demonstrações de resultado se houver direito legal de compensar os montantes reconhecidos e intenção em liquidar numa base líquida, ativos e passivos simultaneamente.

3.3.6. Imparidade de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas de acordo com as exigências do CPC 48 (IFRS 9).

Contas a receber de clientes

A Companhia utiliza a abordagem simplificada permitida pelo IFRS 9 para estimar a provisão para perdas em contas a receber de clientes.

Na abordagem simplificada, a Companhia estima perdas de crédito esperado dos valores a receber na data do balanço (com prazo contratual inferior à 12 meses em todos os casos) uma vez que eles resultam de transações com clientes e não têm componente de financiamento significativo.

A Companhia considera recebíveis de cartão de crédito como baixo risco de inadimplência, tendo em vista que não possui histórico de perdas de crédito sobre tais recebíveis e espera-se que não tenha, portanto, não há reconhecimento de provisão para perda esperada.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A fim de estimar perdas de crédito decorrentes de contas a receber e ativos contratuais a Companhia segregava tais ativos em carteiras de recebíveis para aqueles que possuem características semelhantes de risco de crédito. Para cada carteira a Companhia mede a taxa histórica de perdas (líquidas de recuperações) de recebíveis inadimplentes ao longo de um período histórico relevante, considerando inadimplentes aqueles com atraso superior a 90 dias. A taxa histórica de perda para a carteira é ajustada posteriormente a fim de incorporar uma estimativa do impacto das condições econômicas futuras sob essas taxas históricas.

A estimativa do impacto das condições econômicas futuras é baseada na correlação observável com indicadores macroeconômicos. A Companhia revisa tempestivamente o período histórico em que as perdas são mensuradas e o indicador macroeconômico relevante a ser utilizado, e como correlacionar com a experiência de inadimplências.

Outros ativos financeiros

Para outros ativos financeiros a Companhia avalia individualmente para cada contraparte, se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Esta determinação baseia-se em informações disponíveis da contraparte. Caso haja classificação do risco de crédito da contraparte por agência de rating disponível, tal informação é levada em consideração.

Para ativos financeiros que não possuam aumento significativo no risco de crédito, uma estimativa de perdas de crédito esperada é feita com base em eventos de inadimplência de um instrumento financeiro mensurável dos próximos 12 meses após a data do balanço, enquanto que para os ativos com um aumento significativo no risco de crédito a estimativa é feita com base nas perdas resultantes de eventos de inadimplência mensuráveis ao longo da vida do ativo.

Uma provisão para perda é reconhecida quando a Companhia estima que haverá o risco de perdas de crédito durante o período. Na mensuração da provisão, a Companhia considera pelo menos três cenários (padrão, otimista e pessimista) e para cada um, é feita uma estimativa dos fluxos de caixa (incluindo os fluxos de caixa de garantia). Os fluxos de caixa estimados resultantes de cada cenário são descontados a valor presente na data do balanço e são ponderadas pela probabilidade que se baseia em julgamento para cada cenário.

3.3.7. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados organizados é determinado com base na cotação de mercado no fechamento na data do balanço, não sendo considerado custos da transação.

O valor justo dos instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado usando técnicas de precificação. Estas técnicas podem incluir o uso de transações de mercado recentes, as referências ao valor justo corrente de outros instrumentos similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos contendo maiores detalhes de como são calculados está descrita na nota 25.

3.4. Estoques

Os estoques são compostos por peças de manutenção de aeronaves, comissaria e uniformes. Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável, dos dois, o menor, líquido da provisão para perda de estoques.

3.5. Impostos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido, e refletem a melhor avaliação da administração sobre os ativos e passivos tributários mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar as autoridades fiscais. No Brasil o imposto de renda é determinado sobre cada entidade jurídica, ou seja, não de forma consolidada. As provisões para imposto de renda e contribuição social correntes são mensuradas considerando a compensação de prejuízos fiscais, até o limite de 30% do lucro tributável anual. Os rendimentos das subsidiárias estrangeiras estão sujeitos a tributação de acordo com as taxas e as legislações fiscais vigentes. No Brasil, esses rendimentos são tributados de acordo com a Lei 12.973/14.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são mensurados através das alíquotas aplicáveis no ano em que os bens serão realizados ou os passivos liquidados, com base nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os montantes apresentados nas demonstrações financeiras, que resultarão em valores tributáveis ou dedutíveis no futuro.

O saldo contábil do imposto de renda diferido ativo é apresentado líquido se houver um direito legal ou contratual para compensar ativos tributários contra passivos tributários e os impostos diferidos estão relacionados à mesma Companhia tributável e são revisados na data da demonstração financeira e baixados na medida em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte dos impostos diferidos sejam utilizados.

Os impostos diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada demonstração financeira e são reconhecidos na medida em que é provável que o lucro tributável futuro permita que os ativos diferidos sejam recuperados.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de câmbio são registradas na demonstração do resultado. As alterações do valor justo dos instrumentos de hedge são registradas pelo tratamento contábil descrito na nota 3.3.3 "Instrumentos financeiros e contabilidade de hedge".

3.7. Ativo imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada a seguir:

	<u>Vida útil estimada</u>
Aeronaves	12 anos
Móveis e utensílios	5 anos
Equipamento de aeronave	12 anos
Equipamentos de informática e periféricos	5 anos
Ferramentas	5 anos
Manutenções pesadas - motores	3 a 8 anos
Manutenções pesadas – <i>checks</i> estruturais	2 a 10 anos
Motores	12 anos
Edificações e benfeitorias	10 anos
Simulador de voo	20 anos
Veículos	5 anos

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item do ativo imobilizado e de qualquer parte significativa reconhecida inicialmente é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre os proventos líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado em “Outras despesas operacionais, líquidas”.

3.7.1 Contratos de arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento (exceto reavaliação cambial). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento reconhecidos à taxa de câmbio e à taxa de desconto na data de início do arrendamento, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos de restauração a serem incorridos pelo arrendatário ao final do contrato, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo e o valor residual conforme a política de ativo imobilizado.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. O total de despesas relacionadas aos passivos de arrendamento de baixo valor durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não foi material.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa de juros implícita no arrendamento e, quando não é prontamente determinada, a taxa incremental nominal sobre empréstimos da Companhia na data do início do arrendamento é utilizada.

Na determinação da taxa de desconto a Companhia utilizou como base, em cada um dos anos onde ativos foram incorporados ao balanço, o custo de captação de operações realizadas no mercado americano e brasileiro. Para operações captadas no mercado brasileiro, a Companhia converteu o custo para o equivalente de uma operação em dólar ajustando este pelo risco país e diferencial de taxa de juros entre Brasil e Estados Unidos. Assim, entendemos que os efeitos inflacionários são irrelevantes, especialmente considerando que 99,4% dos arrendamentos da Companhia são determinados em dólares americanos.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. O total de despesas relacionadas ao arrendamento de ativos de baixo valor durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não foi material.

3.7.2 Transações de *Sale and Leaseback*

Se a Companhia transfere o ativo a outra entidade e efetua o *leaseback* desse ativo do comprador, a Companhia aplica os requisitos para determinar quando a obrigação de performance estará satisfeita com base no CPC 47 (IFRS 15), para determinar se a transferência do ativo deve ser contabilizada como venda desse ativo ou trata-se de um mero financiamento com o ativo em garantia.

Se a transferência do ativo satisfaz aos requisitos do CPC 47 (IFRS 15) para ser contabilizada como venda do ativo, a Companhia mensura o ativo de direito de uso resultante do *leaseback* proporcionalmente ao valor contábil anterior do ativo referente ao direito de uso retido pela Companhia. Consequentemente, reconhecemos somente o valor de qualquer ganho ou perda referente aos direitos transferidos ao comprador.

Se a transferência do ativo não satisfaz aos requisitos do CPC 47 (IFRS 15) para ser contabilizado como venda do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido e reconhece o passivo financeiro equivalente aos rendimentos da transferência de acordo com os requisitos do CPC 48 (IFRS 9).

3.7.3 Transações de subarrendamento

Quando o ativo subjacente é novamente arrendado pela Companhia a um terceiro, e o arrendamento original permanece vigente, a Companhia avalia se trata de um subarrendamento financeiro ou operacional analisando a extensão em que o arrendamento transfere os riscos e benefícios inerentes ao direito de uso.

Independente da classificação do subarrendamento, a contabilização do passivo de arrendamento do arrendamento original permanece inalterada.

- Subarrendamento financeiro: a Companhia desreconhece o direito de uso e reconhece o subarrendamento a receber. A diferença entre o valor contábil líquido de depreciação do direito de uso e o valor presente do subarrendamento a receber é reconhecida imediatamente no resultado na rubrica “Custos dos serviços prestados”.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Subarrendamento operacional: a Companhia continua reconhecendo o direito de uso que segue sendo depreciado de acordo com a política da Companhia. A receita de subarrendamento é reconhecida ao longo do contrato de subarrendamento na rubrica “Cargas e outras receitas”.

3.7.4 Decomponentização de aeronaves e direito de uso e capitalização de eventos de manutenção pesada e *checks* estruturais

No momento do reconhecimento inicial da aeronave ou do direito de uso, a Companhia distribui o custo da aeronave entre quatro componentes principais: casco, motores, manutenções pesadas e *checks* estruturais. A vida útil dos eventos de manutenção e *checks* estruturais é determinada de acordo com o período estimado até o próximo evento ou vida útil remanescente dos motores/aeronave, dos dois, o menor.

A Companhia possui contratos de manutenção de motores que suportam toda a atividade significativa de sua manutenção. Adicionalmente, a Companhia, também possui contratos do tipo “*power-by-the-hour*”, no qual os valores devidos aos prestadores de manutenção são calculados com base nas horas voadas, no momento do evento da manutenção.

Os eventos de manutenção pesada e *checks* estruturais subsequentes, que incrementam a vida útil dos ativos, são capitalizados e reconhecidos como ativo imobilizado ou complemento ao direito de uso dos ativos, de acordo com o ativo subjacente. Subsequentemente são depreciados durante o período de uso respectivo ou até ao término do arrendamento. Reparos e demais manutenções de rotina são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

3.7.5 Capitalização de obrigações contratuais com condições de devolução das aeronaves

Os custos resultantes dos eventos de manutenção que serão realizados imediatamente antes da devolução da aeronave aos arrendadores (definidos como eventos de restauração para efeitos da IFRS 16), são reconhecidos como provisões a partir do início do contrato, desde que possam ser estimados de forma razoável, por contrapartida do direito de uso das aeronaves, o qual é depreciado linearmente ao longo do contrato de arrendamento.

3.7.6 Adiantamentos para aquisição de aeronaves

No imobilizado são registrados os pré-pagamentos para aquisição de aeronaves, incluindo juros e encargos financeiros incorridos durante a fase de fabricação das aeronaves e benfeitorias em bens de terceiros.

A Companhia recebe créditos de fabricantes quando da aquisição de certas aeronaves e motores, que podem ser utilizados para pagamento de serviços de manutenção. Esses créditos são registrados como redução do custo de aquisição das aeronaves e motores relacionados, em contrapartida de um débito em outras contas a receber e, em seguida, registrada como despesa ou ativo, quando os créditos são utilizados para a aquisição adicional de bens ou serviços.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8. Combinação de negócios

Na contabilização da combinação de negócios, é utilizado o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, com base no valor justo na data da aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos. Os ativos adquiridos e passivos assumidos são mensurados pelo valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura é mensurado como o excesso da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos pelo valor justo. Se a contraprestação for inferior ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração de resultados. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo menos quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para os anos de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não concluiu nenhuma transação de combinação de negócios.

Para a combinação de negócios de Companhias sob controle comum, é utilizado o Método Predecessor. Os ativos e passivos da companhia adquirida foram transferidos pelos seus valores contábeis. Essas transações intragrupo não têm impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas do valor recuperável. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica estimada e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social quando houver indicativo de “*impairment*”. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível (Nota 16).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, e reconhecidos na demonstração do resultado.

Na aquisição da TudoAzul (antiga TRIP), a Companhia identificou direitos de operações em aeroportos e classificou como vida útil indefinida. O valor justo sobre os direitos de operação dos aeroportos da Pampulha, Santos Dumont e Fernando de Noronha foram reconhecidos a valor justo na data de aquisição. O valor justo destes direitos foi avaliado com base nos fluxos de caixa futuros descontados estimados. Esses direitos são considerados como tendo vida útil indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requisitos de autorizações necessárias para operar no Brasil e limitada disponibilidade de slots nos aeroportos mais importantes em termos de volume de tráfego.

3.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente é realizada uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou em operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade.

Se houver, tais evidências são identificadas através do teste de “*impairment*” anual. Para avaliar um ativo é necessário que se estime o valor recuperável do mesmo. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil (“*impairment*”).

A perda por “*impairment*” anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver havido uma mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo, desde que tenha sido reconhecida a última perda por “*impairment*”. A reversão é limitada, de modo que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, como também não exceda o valor contábil determinado anteriormente, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por “*impairment*” tenha sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

A Companhia opera uma única unidade geradora de caixa.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor justo menos o custo de venda, é determinado sempre que possível, com base em um contrato de venda firme realizado em condições normais de mercado entre as partes conhecidas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há compromisso de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou o preço da transação mais recente de ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A determinação de “*impairment*” do ágio registrado no balanço é realizada através da avaliação do valor recuperável da Companhia.

Quando o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor quando comparado com o saldo contábil, uma perda por ajuste a valor recuperável é reconhecida no período. As perdas por ajustes a valor recuperável não podem ser revertidas em períodos futuros.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.11. Depósitos em garantia e reservas de manutenção

a) Depósitos em garantia para contratos de arrendamento

Os depósitos em garantia são representados por valores depositados pela Companhia para os arrendadores das aeronaves, conforme exigido no início do contrato, como garantia pelo cumprimento do contrato de arrendamento. Os depósitos em garantia são realizados em dólares norte-americanos sem incidência de juros e são reembolsáveis ao término dos contratos.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva de manutenção de aeronaves e motores

Determinados contratos de arrendamento preveem o pagamento de reservas de manutenção para os arrendadores de aeronaves a serem mantidos como garantia antes do desempenho das principais atividades de manutenção. Os depósitos de reserva de manutenção são reembolsáveis após a conclusão do evento de manutenção em um valor igual ou menor que (1) o valor da reserva de manutenção detida pelo locatário, associado ao evento de manutenção específico ou (2) os custos relacionados ao evento específico de manutenção. Substancialmente, todos esses pagamentos de reserva de manutenção são calculados com base em uma medida de utilização, como horários ou ciclos de voo, e são usados exclusivamente para garantir o arrendador a manutenção.

No início da locação ou na data da demonstração financeira, avaliamos se os pagamentos de reserva de manutenção exigidos pelos contratos de arrendamento mercantil serão recuperados por meio do desempenho de manutenção nos ativos arrendados.

Os depósitos de manutenção considerados recuperáveis são refletidos em depósitos em garantia e reservas de manutenção nas demonstrações financeiras. Avaliamos a recuperabilidade dos valores atualmente em depósito com os arrendadores, comparando-os com os valores que devem ser reembolsados no momento do próximo evento de manutenção, e os valores não recuperáveis são considerados custos de manutenção. As reservas de manutenção de aeronaves são classificadas como circulante ou não circulante, dependendo das datas em que se espera que a manutenção relacionada seja realizada (valores comparativos, anteriormente apresentados como não circulantes na sua totalidade, foram reclassificados para melhorar a comparabilidade entre os períodos apresentados).

3.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando se espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se a Companhia identifica um contrato oneroso, contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato, a obrigação presente de acordo com o contrato é reconhecida e mensurada como provisão. Porém, antes de ser estabelecida uma provisão separada para um contrato oneroso, a Companhia avalia e reconhece qualquer perda decorrente de desvalorização que tenha ocorrido nos ativos relativos a esse contrato de acordo com o CPC 01 (R1) – Recuperação ao valor recuperável de ativos (IAS 36 – *Impairment*).

3.13. Ações em tesouraria

Os instrumentos de capital próprio adquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos pelo custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos de patrimônio próprio da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, se a ação é reemitida, é reconhecida no prêmio de emissão.

3.14. Benefícios a empregados

i) Bônus a executivos

É constituída provisão para pagamento de bônus dos executivos, condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas e registrada como Salários e benefícios.

ii) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos planos de remuneração com base em ações, a serem liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações e ações restritas.

O custo de transações com executivos, liquidadas com instrumentos patrimoniais e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza de precificação de opções *Black-Scholes*. Maiores detalhes estão demonstrados na Nota 30.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de “*vesting*”).

A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data base até a data de “*vesting*” reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Administração do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “Salários e benefícios” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de “*vesting*”, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição de mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “Salários e benefícios” correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do plano de remuneração em ações, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um plano de remuneração em ações é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não-aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fosse uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior.

O custo de transações liquidadas em dinheiro é mensurado inicialmente pelo valor justo na data da outorga. Esse valor justo é contabilizado como despesa durante o período até a data de vencimento, com o reconhecimento de um passivo correspondente. O passivo é reavaliado ao valor justo na data do balanço até a data de liquidação, com as mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período e reconhecido na rubrica “Salários e benefícios”.

3.15 Fornecedores – risco sacado

A Companhia promoveu uma negociação junto aos fornecedores com o objetivo de aumentar os prazos de pagamentos. Dessa forma a Companhia assinou um convênio junto a instituições financeiras que permite a antecipação do contas a receber de seus fornecedores. Considerando que a antecipação desse recebimento junto às instituições financeiras é uma opção dos fornecedores, esta modalidade não implica na ocorrência de despesas financeiras para a Companhia, não requer a participação obrigatória dos fornecedores, como também, a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial.

3.16. Receita

Receitas de passageiros são reconhecidas após efetiva prestação do serviço de transporte. Receitas de serviços relacionados ao transporte de passageiros são reconhecidas quando o respectivo transporte é realizado, sendo classificadas como receita de transporte de passageiros. Tais receitas incluem excesso de bagagem, encargos administrativos, upgrades e outras despesas relacionadas a viagens.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os trechos vendidos e não voados, correspondentes aos transportes a executar e serviços relacionados, são demonstrados no passivo circulante na rubrica “Transportes a executar”. Os bilhetes expiram no prazo de um ano. A Companhia reconhece receita de bilhetes e serviços relacionados ao transporte de passageiros a partir da data do voo e passagens com expectativa de expiração (*breakage*). A Companhia estima os valores de reembolsos e remarcações, líquido dos bilhetes expirados, uma vez que a data do voo já ocorreu. Estas estimativas são baseadas em dados históricos e experiência de eventos passados.

O CPC 47 (IFRS 15) exige a divulgação de informações quantitativas e qualitativas sobre alocação de preço de transação alocado às performances satisfeitas ou ou parcialmente satisfeito. A Companhia aplica o expediente prático para não divulgar informações, pois as obrigações de desempenho fazem parte de contratos com duração prevista de um ano ou menos.

3.17. Programa TudoAzul

No programa “TudoAzul”, os clientes acumulam pontos com base no valor gasto em passagens aéreas. A quantidade de pontos ganhos depende do status no programa de fidelidade, mercado, voo, dia da semana, compra antecipada, classe da reserva e outros fatores do TudoAzul, incluindo campanhas promocionais. Através de dados histórico, a Companhia estima os pontos que expirarão sem ser utilizados e reconhece e receita correspondente na emissão do ponto (*breakage*). Os pontos em geral expiram em dois anos após a data de emissão, independentemente de atividade na conta do membro do programa.

Após a venda de um bilhete, a Companhia reconhece uma parcela das vendas de passagens como receita quando o serviço de transporte ocorre e difere a parcela correspondente aos pontos do Programa TudoAzul, em conformidade com o CPC 47 (IFRS 15).

A Companhia determina o preço estimado de venda do transporte aéreo e os pontos, considerando que cada elemento tivesse sido vendido em uma base separada, sendo, portanto, baseado no preço de venda individual relativo (“*stand alone selling price*”).

A Companhia também vende pontos do programa de fidelidade a clientes e parceiros, incluindo cartões de crédito *co-branded*, instituições financeiras e varejo. A receita relacionada é diferida e reconhecida como receita de transporte de passageiros quando os pontos são resgatados e o serviço de transporte relacionado ocorre, com base no preço médio ponderado dos pontos vendidos.

As vendas de pontos do programa de fidelidade são compostas por dois componentes, transporte e marketing. Consequentemente, reconhecemos o componente de marketing em “outras receitas” com base nos termos contratuais.

Os pontos concedidos ou vendidos e não utilizados são registrados na rubrica “Transportes a executar”. A Companhia reconhece a receita de pontos vendidos e concedidos que nunca serão resgatados pelos membros do programa. A Companhia estima esses valores anualmente com base nas informações disponíveis mais recentes sobre os padrões de resgate e vencimento.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.18. Informações por segmento

O CPC 22 (IFRS 8) requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

As operações da Companhia consistem na prestação de serviços de transporte aéreo no território brasileiro. A Companhia efetua a alocação de recursos com a finalidade de melhorar o desempenho dos resultados consolidados. Os principais ativos geradores de receitas da Companhia são suas aeronaves, que são registradas no Brasil. As outras receitas são originadas basicamente por operações de cargas e outros serviços circunstanciais que são reconhecidas no resultado do exercício quando os serviços são prestados.

Com base na forma como a Companhia administra os seus negócios e da maneira em que as decisões de alocação de recursos são feitas, existe apenas um segmento operacional para fins de reporte financeiro.

3.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

CPC 06 (R2) – (IFRS 16)

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substituiu o IAS 17 - Operações de arrendamento, IFRIC 4 - Determinação se um contrato contém um arrendamento, SIC 15 - Arrendamentos operacionais (Incentivos) e SIC 27 - Avaliação da substância das transações na forma legal de um arrendamento.

O IFRS 16 é efetivo para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019.

Transição para o IFRS 16

O arrendatário pode aplicar o IFRS 16 de maneira retrospectiva completa ou de maneira retrospectiva modificada. A Companhia adotou a abordagem retrospectiva completa como método de transição em 1 de janeiro de 2019, e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável. Como resultado, os períodos comparativos foram reapresentados.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pelo pronunciamento técnico para contratos de arrendamento de curto prazo, que possuam 12 meses ou menos e para contratos dos quais o ativo subjacente seja de baixo valor. A Companhia possui contratos de certos equipamentos como computadores pessoais, impressoras e máquinas de fotocópia bem como equipamentos de comunicação que são considerados como de baixo valor.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O efeito da adoção do IFRS 16 é como segue:

a) Controladora

Balço patrimonial	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017			01 de janeiro de 2017		
	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado
Ativo									
<u>Não circulante</u>									
Investimentos	2.146.905	(1.354.562)	792.343	2.112.593	(1.304.401)	808.192	-	-	-
<u>Passivo Não Circulante</u>									
Provisão para perda com investimentos	-	2.959.176	2.959.176	-	1.920.179	1.920.179	313.994	3.128.770	3.442.764
<u>Patrimônio líquido</u>									
Outros resultados abrangentes	(117.324)	(36.645)	(153.969)	(11.192)	(3.496)	(14.688)	(33.785)	(12.212)	(45.997)
Prejuízo acumulado	(836.214)	(4.277.093)	(5.113.307)	(1.214.756)	(3.221.085)	(4.435.841)	(1.743.795)	(3.116.559)	(4.860.354)
Demonstração do resultado									
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018									
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017									
	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado
Resultado de equivalência patrimonial	159.238	(1.056.008)	(896.770)	381.028	(104.526)	276.502			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	420.277	(1.056.008)	(635.731)	529.039	(104.526)	424.513			
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação ordinária - R\$	0,02	(0,05)	(0,03)	0,02	(0,00)	0,02			
Lucro (prejuízo) líquido diluído por ação ordinária - R\$	0,02	(0,05)	(0,03)	0,02	(0,00)	0,02			
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação preferenciais - R\$	1,24	(3,13)	(1,88)	1,68	(0,33)	1,35			
Lucro (prejuízo) líquido diluído por ação preferenciais - R\$	1,23	(3,13)	(1,88)	1,64	(0,33)	1,32			
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	420.277	(1.056.008)	(635.731)	529.039	(104.526)	424.513			
Resultado de equivalência patrimonial	(159.238)	1.056.008	896.770	(381.028)	104.526	(276.502)			
Valor adicionado recebido em transferências									
Resultado de equivalência patrimonial	159.238	(1.056.008)	(896.770)	381.028	(104.526)	276.502			
Remuneração de capital próprio									
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	420.277	(1.056.008)	(635.731)	529.039	(104.526)	424.513			

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

Balço patrimonial	Consolidado					
	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Subarrendamento de aeronaves a receber (e)	-	73.671	73.671	-	57.768	57.768
Despesas antecipadas (g)	163.829	(48.376)	115.453	109.784	(27.128)	82.656
Outros ativos circulantes (h)	111.714	(1.091)	110.623	199.225	(418)	198.807
Não circulante						
Subarrendamento de aeronaves a receber (e)	-	288.067	288.067	-	308.824	308.824
Outros ativos não circulantes (g), (h)	520.723	(123.325)	397.398	215.707	(45.891)	169.816
Direito de uso – arrendamento (a), (b), (g), (j)	-	4.926.326	4.926.326	-	4.377.725	4.377.725
Direito de uso – manutenção (d), (g)	-	632.900	632.900	-	374.384	374.384
Imobilizado (b)	3.289.219	(1.446.980)	1.842.239	3.325.535	(1.444.764)	1.880.771
Passivo						
Passivo Circulante						
Empréstimos e financiamentos (c)	335.051	(176.238)	158.813	568.234	(149.036)	419.198
Passivo de arrendamento (a), (c)	-	1.237.909	1.237.909	-	914.600	914.600
Fornecedores (e)	1.166.291	121.370	1.287.661	953.534	18.216	971.750
Provisões (j)	-	36.083	36.083	-	-	-
Passivo Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (c)	3.370.971	(773.658)	2.597.313	2.921.653	(762.412)	2.159.241
Passivo de arrendamento (a), (c)	-	7.681.837	7.681.837	-	6.428.893	6.428.893
Imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	443.894	(150.683)	293.211	326.911	(184.809)	142.102
Provisões (j), (e)	80.984	632.957	713.941	73.198	479.957	553.155
Outros passivos não circulantes (e), (h)	321.139	5.353	326.492	343.041	79.672	422.713
Patrimônio líquido						
Outros resultados abrangentes (i)	(117.324)	(36.645)	(153.969)	(11.192)	(3.496)	(14.688)
Prejuízo acumulado	(836.214)	(4.277.093)	(5.113.307)	(1.214.756)	(3.221.085)	(4.435.841)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balança patrimonial	Consolidado		
	01 de janeiro de 2017		
	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Subarrendamento de aeronaves a receber (e)	-	52.278	52.278
Despesas antecipadas (g)	97.501	(23.997)	73.504
Não circulante			
Subarrendamento de aeronaves a receber (e)	-	361.173	361.173
Direito de uso – arrendamento (a), (b), (g), (j)	-	4.063.048	4.063.048
Direito de uso – manutenção (d), (g)	-	115.259	115.259
Imobilizado (b)	3.439.980	(1.318.328)	2.121.652
Passivo			
Passivo Circulante			
Empréstimos e financiamentos (c)	985.238	(151.825)	833.413
Passivo de arrendamento (a), (c)	-	790.819	790.819
Fornecedores (e)	1.034.317	19.789	1.054.106
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos (c)	3.049.257	(850.129)	2.199.128
Passivo de arrendamento (a), (c)	-	6.242.168	6.242.168
Imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	181.462	(96.904)	84.558
Provisões (j), (e)	76.353	402.644	478.997
Outros passivos não circulantes (e), (h)	377.924	21.642	399.566
Patrimônio líquido			
Outros resultados abrangentes (i)	(33.785)	(12.212)	(45.997)
Prejuízo acumulado	(1.743.795)	(3.116.559)	(4.860.354)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado	Consolidado					
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018			Exercício findo em 31 de dezembro de 2017		
	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado
Receita Operacional						
Carga e outras receitas (f)	483.225	(96.293)	386.932	1.094.157	(84.666)	1.009.491
Despesa Operacional						
Materiais de manutenção e reparo (d)	(504.477)	254.372	(250.105)	(568.144)	83.988	(484.156)
Depreciação e amortização (a), (j)	(324.902)	(959.148)	(1.284.050)	(299.793)	(763.585)	(1.063.378)
Outras despesas operacionais, líquida (h)	(875.148)	(6.268)	(881.416)	(572.497)	(4.078)	(576.575)
Outras despesas operacionais, líquida - Arrendamentos mercantis de aeronaves e outros (a)	(1.509.947)	1.475.513	(34.434)	(1.181.731)	1.146.112	(35.619)
Resultado Financeiro						
Receita financeira (e)	41.393	33.129	74.522	94.805	33.467	128.272
Despesas financeiras (a), (j)	(410.207)	(684.621)	(1.094.828)	(524.033)	(554.565)	(1.078.598)
Variações monetárias e cambiais, líquida (a), (e), (j)	(194.706)	(1.111.357)	(1.306.063)	57.871	(23.012)	34.859
Resultado de transações com partes relacionadas, líquido (e)	342.083	39.642	381.725	194.351	(17.376)	176.975
Imposto de renda e contribuição social diferido						
Imposto de renda e contribuição social diferido	(170.604)	(977)	(171.581)	(71.680)	79.189	7.509
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	420.277	(1.056.008)	(635.731)	529.039	(104.526)	424.513
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação ordinária - R\$	0,02	(0,05)	(0,03)	0,02	(0,00)	0,02
Lucro (prejuízo) líquido diluído por ação ordinária - R\$	0,02	(0,05)	(0,03)	0,02	(0,00)	0,02
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação preferenciais - R\$	1,24	(3,13)	(1,88)	1,68	(0,33)	1,35
Lucro (prejuízo) líquido diluído por ação preferenciais - R\$	1,23	(3,13)	(1,88)	1,64	(0,33)	1,32

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxos de caixa	Consolidado					
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018			Exercício findo em 31 de dezembro de 2017		
	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16		Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	
Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	420.277	(1.056.008)	(635.731)	529.039	(104.526)	424.513
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do resultado						
Depreciação e amortização	324.902	959.148	1.284.050	299.793	763.585	1.063.378
(Ganho) e perda sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira	90.141	1.153.741	1.243.882	(62.236)	24.245	(37.991)
Receitas e despesas de juros sobre ativos e passivos	182.274	684.621	866.895	222.127	554.343	776.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos	170.604	977	171.581	71.680	(79.189)	(7.509)
Varição de ativos e passivos operacionais						
Subarrendamento de aeronaves a receber	-	4.854	4.854	-	46.859	46.859
Despesas antecipadas	(71.723)	21.248	(50.475)	(20.017)	10.038	(9.979)
Outros ativos	(288.409)	78.107	(210.302)	(141.108)	39.412	(101.696)
Fornecedores	142.631	103.154	245.785	(93.524)	(1.573)	(95.097)
Outros passivos	31.639	(74.319)	(42.680)	(5.689)	58.021	52.332
Juros pagos	(214.671)	(630.626)	(845.297)	(301.943)	(519.230)	(821.173)
Fluxos de caixa das atividades de investimento						
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(754.637)	(331.805)	(1.086.442)	(589.497)	(105.535)	(695.032)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Captação de empréstimos	-	-	-	1.750.111	(39.461)	1.710.650
Pagamento de empréstimos	(530.472)	(216.759)	(747.231)	(889.066)	(53.222)	(942.288)
Pagamento de arrendamentos	(385.906)	(696.333)	(1.082.239)	(201.246)	(593.764)	(795.010)

Demonstração do valor adicionado	Consolidado					
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018			Exercício findo em 31 de dezembro de 2017		
	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16		Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	
Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	
Receitas						
Cargas e outras	527.018	(96.293)	430.725	1.185.230	(84.666)	1.100.564
Insumos adquiridos de terceiros						
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.728.140)	248.105	(2.480.035)	(2.223.016)	79.910	(2.143.106)
Retenções						
Depreciação, amortização e impairment	(324.901)	(959.149)	(1.284.050)	(299.793)	(763.585)	(1.063.378)
Valor adicionado recebido em transferências						
Receitas financeiras	41.393	33.129	74.522	94.805	33.467	128.272
Resultado de transações com partes relacionadas, líquido	342.083	39.642	381.725	194.351	(17.376)	176.975
Impostos, taxas e contribuições						
Federais	532.144	977	533.121	448.518	(79.189)	369.329
Remuneração de capital de terceiros						
Juros	306.819	1.795.978	2.102.797	556.333	577.577	1.133.910
Aluguéis	1.515.717	(1.475.513)	40.204	1.161.774	(1.146.112)	15.662
Remuneração de capital próprio						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	420.277	(1.056.008)	(635.731)	529.039	(104.526)	424.513

- a) A aplicação do IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como operacionais, de acordo com o IAS 17, resultou no reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento. Consequentemente, as despesas de arrendamento de aeronaves e outros diminuíram, compensadas por um aumento nas despesas de depreciação e amortização, despesas financeiras e despesas de variações monetárias e cambiais.
- b) Aeronaves sob arrendamento financeiro, reconhecidas anteriormente no Imobilizado, passam a ser apresentadas como ativo de direito de uso.
- c) O saldo passivo de arrendamentos financeiros, anteriormente reconhecidos como empréstimos e financiamentos, passam a ser apresentados como passivo de arrendamento.
- d) As despesas com manutenção pesada e *checks* estruturais relacionadas às aeronaves sob arrendamento operacional eram reconhecidas anteriormente em despesas de Materiais de manutenção e reparo. Com a aplicação do IFRS 16, essas despesas são capitalizadas e depreciadas.
- e) A Companhia, como arrendadora, classificou seus contratos de sublocação como arrendamentos financeiros e operacionais, dependendo da extensão em que o arrendamento transfere os riscos e benefícios inerentes ao ativo ou direito de uso do usuário. Para subarrendamentos classificados como financeiros, os ativos arrendados foram desreconhecidos e um recebimento de sublocações registrado. A provisão para contrato oneroso de 7 aeronaves subarrendadas para a TAP, exigida anteriormente pelo IAS 17 (Nota 12) foi ajustada para refletir apenas os custos não evitáveis relacionados ao arrendamento. A receita registrada para arrendamentos financeiros consiste apenas em receita financeira e o saldo a receber é ajustado a cada período contábil para alteração nas taxas de câmbio.
- f) Para subarrendamentos classificados como operacionais, a Companhia continua a reconhecer o direito de uso, que continua a ser depreciado de acordo com a política da Companhia. A receita de subarrendamento é reconhecida na rubrica "Cargas e outras receitas".
- g) Despesas antecipadas de manutenção passam a ser reconhecidas no ativo na rubrica "Direito de uso – manutenção de aeronaves arrendadas".
- h) A Companhia possuía perdas diferidas das operações de *sale and leaseback* que, na transição, foram baixadas e reconhecidas como perda no momento da transação e as despesas de amortização correspondentes anteriormente reconhecidas pelo IAS 17 foram revertidas.
- i) Ativos tributários diferidos reconhecidos até a extensão que a realização é provável.
- j) Os custos resultantes dos eventos de manutenção que serão realizados imediatamente antes da devolução das aeronaves aos arrendadores (definidos como eventos de restauração para efeitos de IFRS 16), são reconhecidos como provisões a partir do início do contrato, desde que possam ser estimados de forma razoável, por contrapartida do direito de uso das aeronaves, o qual é depreciado linearmente ao longo do contrato de arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento de aeronaves da Companhia são predominantemente denominados em dólares norte-americanos. Embora o risco de fluxo de caixa em moeda estrangeira da Companhia para pagamentos de arrendamento permaneça inalterado, a adoção do IFRS 16 resultou em passivos de arrendamento reconhecidos em moeda estrangeira reconhecidos no balanço decorrente das flutuações da taxa de câmbio.

CPC 48 – Instrumentos financeiros - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados - Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período anual coberto nas demonstrações financeiras, a entidade deve determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento.

A entidade deve também apurar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido.

As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o período.

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

As alterações esclarecem que a entidade deve aplicar o CPC 48 a investimentos de longo prazo em uma coligada ou *joint venture* para a qual o método da equivalência patrimonial não se aplique, mas que, em substância, faça parte do Investimento líquido na coligada ou *joint venture* (investimento de longo prazo).

Este esclarecimento é relevante porque sugere que o modelo de perdas de crédito esperadas do CPC 48 seja aplicável a estes investimentos de longo prazo.

As alterações esclarecem ainda que, ao aplicar o CPC 48, a entidade não deve considerar os prejuízos da coligada ou *joint venture*, ou as perdas por redução ao valor recuperável do investimento líquido, reconhecidos como ajustes ao investimento líquido na coligada ou *joint venture* que decorrem da aplicação do CPC 18 (R2).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda e avalia se a Interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Após a adoção da Interpretação, a Companhia conclui, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Companhia concluiu que não há impactos ou necessidades de divulgações adicionais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia decorrentes da aplicação da norma.

Melhorias anuais – Ciclo 2015 – 2017

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios

As alterações esclarecem que, quando a entidade obtém o controle de um negócio que seja uma operação conjunta, ela deve aplicar os requisitos para uma combinação de negócios em estágios, inclusive a reavaliação de participações anteriormente detidas nos ativos e passivos da operação conjunta ao valor justo. Ao fazê-lo, a adquirente reavalia toda a participação anteriormente detida na operação conjunta.

A entidade aplica essas alterações às combinações de negócios para as quais a data de aquisição ocorre a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não houve transação em que tivesse sido obtido o controle em um negócio que fosse uma operação conjunta.

CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto

Uma entidade que participe, mas não possua o controle conjunto de uma operação conjunta, poderá obter o controle conjunto da operação conjunta cuja atividade constitua um negócio, conforme definição do CPC 15 (R1). As alterações esclarecem que as participações anteriormente detidas nesta operação conjunta não são remensuradas.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A entidade aplica essas alterações às operações cujo controle tenha sido obtido a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não houve transação em que tivesse sido obtido controle conjunto.

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados.

A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos

As alterações esclarecem que a entidade deve tratar como parte dos empréstimos em geral qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas.

A entidade aplica estas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a entidade aplica essas alterações pela primeira vez. A entidade aplica estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Como a prática atual da Companhia está alinhada a essas alterações, não houve nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.20. Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2019

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios no IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações na IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado – IBOR (*Interbank Offered Rate*), que será finalizada em períodos futuros, poderá haver incertezas nas avaliações das estruturas de *hedge accounting*. As alterações normativas visam minimizar eventuais impactos nessas estruturas no cenário atual de pré-substituição de taxas. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

CPC 11 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. Essa norma não se aplica a Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado, em períodos futuros.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração emitiu os seguintes julgamentos, estimativas e premissas que têm o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Estimativas e premissas

As premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas abaixo:

Breakage

É reconhecida antecipadamente a receita de passagens emitidas a qual espera que não ocorram a utilização com base em dados históricos e experiência nas operações. Estimar a quebra esperada requer que a administração faça julgamento, informando dentre outras coisas, na medida em que utiliza como base histórica. Frequentemente, os dados históricos são reavaliados e as respectivas melhorias feitas.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco ou sete anos e não incluem atividades de reorganização que ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

É mensurado o custo de transações liquidadas com ações para executivos baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga ou em cada data de balanço, quando aplicável. A Companhia deve estimar a quantidade investida esperada, considerando o desempenho e não as condições de mercado. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos, e correspondentes premissas.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 30.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É reconhecida provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 22).

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

Programa TudoAzul – programa de vantagens

Conforme descrito na nota 3.17, a Companhia contabiliza os pontos gerados pelo programa TudoAzul baseado no método da receita diferida. Por esse método, os pontos adquiridos são identificados como um componente das vendas em que foram gerados e uma receita diferida é reconhecida baseado no preço de venda individual relativo. A receita diferida, com exceção do *breakage* sobre os pontos, permanece reconhecida até o momento em que os clientes resgatam seus pontos, ou quando eles expiram.

Provisão para devolução de aeronaves e motores

Para aeronaves sob arrendamento operacional, a Companhia está contratualmente obrigada a devolver o equipamento em um nível pré-definido de capacidade operacional.

A provisão para devolução de aeronave é estimada com base nos gastos incorridos na reconfiguração das aeronaves (interior e exterior), de licenças, certificações técnicas, pinturas, entre outros, de acordo com as cláusulas contratuais de retorno.

A provisão para devolução dos motores é estimada com base em avaliação e condições contratuais mínimas nas quais o equipamento deve ser devolvido ao arrendador, considerando não só os custos históricos incorridos, mas também as condições do equipamento no momento da avaliação.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Determinação da vida útil e dos componentes significativos do ativo imobilizado e direito de uso

Os componentes significativos das aeronaves que devem ser segregados são os motores suas respectivas manutenções pesadas programadas e checks estruturais. Esses componentes são depreciados de acordo com a vida útil, definida no plano de renovação da frota e no cronograma de manutenção.

Taxa de desconto utilizada para o cálculo inicial do arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa de juros implícita no arrendamento e, quando esta não pode ser prontamente determinada, é utilizada a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data do início do arrendamento.

A taxa incremental é calculada com base na taxa de juros livre de risco para um prazo e um ambiente econômico semelhante ao arrendamento, na data de início do arrendamento, ajustada pelo spread de risco da Companhia e pelas garantias específicas do arrendamento.

5. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações, bem como financiar a aquisição de aeronaves. Os saldos de contas a receber de clientes e outras contas a receber, resultam diretamente de suas operações. A Companhia também mantém investimentos disponíveis para negociação e contrata transações com derivativos, tais como termo de moeda, opções e *swaps*.

A Administração da Companhia supervisiona o monitoramento de mercado, crédito e riscos de liquidez.

Todas as atividades com instrumentos financeiros para gestão de risco são realizadas por especialistas com habilidade, experiência e supervisão adequada. É política da Companhia não operar transações de derivativos para fins especulativos.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nos preços de mercado. O risco de mercado é composto por três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço, tais como o risco de preço de ações e preço de commodities.

Instrumentos financeiros expostos ao risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para negociação e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 24 de julho de 2019, a Companhia realizou uma operação estruturada de derivativos para a realização de hedge no montante de US\$28 milhões referente à liberação de uma nova tranche junto à Opic. A estrutura contratada foi um *full swap* de principal e juros de todos os fluxos da operação a uma taxa de R\$3,7731 contemplando também venda de opções de moeda a R\$4,7500 para juros e principal. Esta operação foi designada como hedge econômico.

A tabela abaixo mostra os efeitos de nossos *hedges* designados para *hedge accounting* em nossos empréstimos e financiamentos:

	31 de dezembro de 2019		
	Valor contábil	Valor intrínseco do <i>hedge</i>	Consolidado pós estratégia de <i>Hedge</i>
Em moeda estrangeira - US\$			
Compra de aeronaves e motores	896.232	(10.971)	885.261
Capital de giro	1.727.882	(303.507)	1.424.375
Denominado em moeda nacional - R\$			
Compra de aeronaves e motores (FINAME)	164.280	(3.309)	160.971
Capital de giro	37.355	-	37.355
Total em R\$	2.825.749	(317.787)	2.507.962

O quadro a seguir demonstra o endividamento relacionado a capital de giro denominado em moeda estrangeira, designado como *hedge accounting*, considerando os efeitos dos instrumentos financeiros (trocando a exposição para moeda nacional) contratados pela Companhia:

Risco	Relação de Proteção	Item Protegido (<i>hedged</i>)	Instrumento de <i>hedge</i>	Principal - item protegido	Principal - instrumento de <i>hedge</i>	31 de dezembro de 2019		
						Valor Contábil - item protegido	Valor intrínseco do <i>hedge</i>	Efeito líquido
1) Senior Notes Azul LLP								
Cambial	<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	Principal de <i>Senior Notes</i> Azul LLP denominado em moeda estrangeira	Opção de moeda estrangeira com limite de baixa de 3,2865 e alta 4,7500	US\$ 400 milhões	US\$ 400 milhões	1.605.914	(282.760)	1.323.154
2) Captação no exterior								
Taxa de Juros e Variação Cambial	<i>Hedge</i> de Valor Justo	Operação denominada em moeda estrangeira acrescido de Libor3M e spread	Swap de taxa de juros (recebe Libor3M + spread e paga 108% do CDI)	US\$30 milhões	98.940	121.968	(20.747)	101.221
Total						1.727.882	(303.507)	1.424.375

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro a seguir demonstra o endividamento relacionado a aeronaves, designado como *hedge accounting*, considerando os efeitos dos instrumentos financeiros (moeda e taxa de juros) contratados pela Companhia:

Risco	Relação de Proteção	Item Protegido (hedged)	Instrumento de hedge	Principal - item protegido	Principal - instrumento de hedge	31 de dezembro de 2019		
						Valor Contábil - item protegido	Valor intrínseco do hedge	Efeito líquido
Compra de aeronaves e motores								
Taxa de Juros e Variação Cambial	Hedge de fluxo de caixa	Operação denominada em moeda estrangeira acrescido de 6,02% pré-fixados	Opção de moeda estrangeira com limite de baixa de 3,8070 e cap a 4,75	US\$79 milhões	US\$79 milhões	594.586	(10.971)	583.615
Taxa de Juros e Variação Cambial	Hedge de valor justo	Operação denominada em moeda nacional acrescido de juros pré-fixados em 6%	Swap de taxa de juros (pré-fixado 6% para 58% e 61% do CDI)	R\$76.200	R\$76.200	44.249	(3.309)	40.940
Total						638.835	(14.280)	624.555

a.1) Risco da taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

O risco de taxa de juros é gerenciado através de monitoramento das projeções futuras das taxas que incidem sobre seus empréstimos e financiamentos e debêntures, bem como sobre as suas operações de arrendamento mercantil operacional. Para mitigar esse risco, são utilizados instrumentos financeiros que visam minimizar eventuais impactos negativos de variações de taxas de juros.

Sensibilidade à taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no resultado antes da tributação, o qual é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis.

Para análise de sensibilidade, foi adotado:

- LIBOR atrelado à dívida: média ponderada de 5,34% ao ano.
- CDI atrelado à dívida: média ponderada de 4,74% ao ano;

Estimamos o impacto do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 decorrente da variação de 25% e 50% sobre as taxas médias ponderadas, conforme demonstrado a seguir:

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	25%	-25%	50%	-50%
Despesa de juros	29.430	(29.430)	58.860	(58.860)

a.2) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente aos empréstimos, financiamentos e arrendamentos, líquido de investimentos em dólares norte-americano e também às receitas e despesas operacionais originadas em dólares norte-americano.

A Companhia também está exposta a mudanças na taxa de câmbio do Euro através do seu investimento nos *Bonds* Conversíveis da TAP (Nota 24).

O risco cambial é administrado por meio de instrumentos financeiros que possuem cobertura em seu fluxo de caixa líquido, projetados para o período de doze meses.

A Companhia monitora constantemente a exposição líquida em moeda estrangeira e, quando for apropriado, realiza operações de *hedge* para proteger o fluxo de caixa não operacional, projetando para um período máximo de até 12 meses, para minimizar sua exposição. Adicionalmente, a Companhia pode celebrar instrumentos financeiros com prazo superior a 12 meses para proteger-se contra riscos cambiais e / ou de taxa de juros relacionados a “Empréstimos e financiamentos”.

A exposição cambial está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Exposição em dólares norte americanos		Exposição em euro	
	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2018	
	2019	(reapresentado)	2019	2018
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulantes	289.297	356.174	-	-
Depósitos em garantia e reservas de manutenção	1.613.221	1.513.963	-	-
Subarrendamento de aeronaves a receber	279.504	361.738	-	-
Aplicação financeira não circulante	160.871	-	1.236.828	1.287.781
Instrumentos financeiros	121.968	116.564	-	-
Outros ativos	244.355	122.456	-	-
Total ativo	2.709.216	2.470.895	1.236.828	1.287.781
Passivo				
Fornecedores	(424.411)	(455.777)	-	-
Empréstimos e financiamentos circulante e não circulante	(2.624.114)	(1.756.989)	-	-
Passivo de arrendamento	(12.034.392)	(8.948.314)	-	-
Outros passivos	(688.134)	(44.925)	-	-
Total passivo	(15.771.051)	(11.206.005)	-	-
Derivativos (NDF) – “Notional”	2.940.333	2.186.356	-	-
Exposição líquida	(10.121.502)	(6.548.754)	1.236.828	1.287.781

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos denominados em dólares no montante de R\$2.158.933 foram *hedgeados* para reais, gerando um ganho não realizado de R\$314.500 e resultando em uma exposição líquida em dólares norte-americanos sobre Empréstimos e Financiamentos de R\$465.181.

Sensibilidade à taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia usou a taxa de câmbio de fechamento de R\$4,0307/US\$ e R\$4,5305/EUR. A seguir está demonstrada a análise de sensibilidade considerando a variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente:

Exposição em US\$	25%	-25%	50%	-50%
	R\$5,0384/US\$	R\$3,0230/US\$	R\$6,0461/US\$	R\$2,0154/US\$
Efeito na variação cambial	(2.530.398)	2.530.398	(5.060.797)	5.060.797

Exposição em EUR	25%	-25%	50%	-50%
	R\$5,6631/EUR	R\$3,3979/EUR	R\$6,7958/EUR	R\$2,2653/EUR
Efeito na variação cambial	309.207	(309.207)	618.414	(618.414)

a.3) *Riscos relacionados a variações nos preços de combustível da aviação*

A volatilidade dos preços do combustível de aviação é um dos riscos financeiros mais significativos para as companhias aéreas. A gestão do risco do preço do combustível da Companhia tem o objetivo de equilibrar sua exposição no mercado, de modo que não seja nem excessivamente afetados por um aumento repentino nos preços nem incapaz de se beneficiar de uma queda substancial dos preços dos combustíveis.

A Companhia administra o risco relacionado com a volatilidade dos preços do combustível, através de contratos de preço fixo diretamente com a distribuidora, ou contratos de instrumentos financeiros negociados diretamente com os bancos. A Companhia pode usar contratos de instrumentos financeiros de combustível ou subprodutos.

Sensibilidade ao preço do combustível

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do *hedge* de combustível para uma possível mudança substancial no mercado, mantendo todas as outras variáveis constantes.

A análise considera uma mudança nos preços do combustível, em reais, em relação à média do mercado para o período e projeta o impacto sobre os instrumentos financeiros, resultante de uma variação de 25% e 50% no preço do combustível de aviação, utilizando a taxa de câmbio de fechamento de R\$4,0307/US\$1,00, sendo:

	25%	-25%	50%	-50%
Variação no preço do combustível em reais				
Impacto no <i>hedge</i> de combustível	379.673	(261.317)	700.031	(582.002)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.4) *Riscos relacionados a mudanças no valor justo da TAP*

Os *Bonds* TAP contêm uma opção de conversão em ações da TAP. Adicionalmente, a Global AzulAirProjects detém 35,6% dos direitos econômicos na Atlantic Gateway, que detém 6,1% de interesse econômico pós-diluição na TAP. Sendo assim, a Companhia está exposta a mudanças no valor justo da TAP.

A aquisição dos *Bonds* TAP e a participação na Global AzulAirProjects faz parte da estratégia comercial da Companhia para criação de sinergias entre a Companhia e a TAP, e por ter a opção de se tornar um acionista direto da TAP, caso o preço de mercado da TAP seja economicamente interessante para converter a dívida em capital.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras, principalmente representados nas rubricas de: contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, incluindo depósitos bancários.

O risco de crédito do “contas a receber” é composto por valores a vencer das maiores administradoras de cartões de crédito e vendas parceladas. É prática avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição.

Os instrumentos financeiros são realizados com contrapartes que possuem rating mínimo “A” na avaliação feita pelas agências *S&P*, *Moodys* ou *Fitch*, ou, na sua grande maioria, são contratados em bolsa de valores de mercadorias e futuros, o que mitiga substancialmente o risco de crédito. Os *Bonds* Conversíveis da TAP são garantidos por certos ativos intangíveis.

Adicionalmente, a Companhia, no âmbito da proposta não vinculante de aquisição de certos ativos da Oceanair Linhas Aéreas S/A (“Avianca Brasil”), concedeu empréstimos no valor total agregado e não atualizado de R\$52 milhões à Avianca Brasil, os quais possuem garantias contratuais de fiança e alienação fiduciária de equipamentos. Tais empréstimos estão registrados na rubrica “Outros ativos circulantes” devem ser pagos com prioridade nos termos da lei e do plano de recuperação judicial da Avianca Brasil. Durante o segundo trimestre de 2019, houve leilão para alienação de unidades produtivas isoladas, nos termos do plano de recuperação judicial da Avianca, cujo produto serviria prioritariamente para pagamento dos empréstimos. Até o momento, a alienação judicial das unidades produtivas isoladas não foi concluída, inclusive em vista da decisão da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para redistribuição de slots. A Companhia continua monitorando a evolução do processo de recuperação judicial da Avianca Brasil e seus desdobramentos para verificar a recuperabilidade dos empréstimos por tal via, bem como tem adotado todas as medidas executórias cabíveis para cobrança dos referidos valores da devedora e dos garantidores.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez assume duas formas distintas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro está relacionado aos preços vigentes de mercado e varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que são negociados. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas.

Como forma de gestão do risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa da Companhia estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deve ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento.

Cronograma dos passivos financeiros detidos pela Companhia a seguir:

31 de dezembro de 2019	Imediato	Até 6 meses	7 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	42.619	162.269	276.339	3.003.090	33.839	3.518.156
Passivo de arrendamento	271.524	598.472	715.237	8.081.759	2.439.629	12.106.621
Fornecedores	975.465	277.388	123.997	-	-	1.376.850
Fornecedores – risco sacado	249.727	-	-	-	-	249.727
Passivos de transações com derivativos	2.135	46.987	32.074	228.994	-	310.190
	1.541.470	1.085.116	1.147.647	11.313.843	2.473.468	17.561.544

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital financiado. Caso a opção por capital próprio seja feita, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas.

A utilização de recursos financiados será sempre uma opção a ser considerada, principalmente quando a Administração entender que este custo será menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios. Por ser uma indústria de capital intensivo, com investimentos consideráveis em ativos de alto valor agregado, é natural que empresas do setor de aviação apresentem um grau de alavancagem elevado.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que é definido como endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos (inclui as debêntures) e passivos de arrendamentos menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, subarrendamento de aeronaves a receber e aplicações financeiras vinculadas circulante e não circulante.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estrutura do capital é formada pelo endividamento líquido, definido como o total de empréstimos e financiamentos (incluindo as debêntures), líquido de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos financeiros e pelo capital que é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido.

De acordo com o IFRS 16, na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem efetuados pelo prazo do contrato. Durante o quarto trimestre de 2019, a Companhia recebeu 13 aeronaves sob arrendamento operacional, aumentando o 'Passivo de arrendamento' no montante de R\$2.124.722. Embora o passivo seja reconhecido no balanço patrimonial a partir da data de entrega, essas aeronaves não geraram quase nenhum resultado operacional durante o trimestre, pois as aeronaves precisam passar por certificações e testes antes de ingressar na frota operacional da Companhia.

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado à dívida líquida como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
		(reapresentado)
Patrimônio líquido	(3.519.174)	(1.150.038)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(1.647.880)	(1.169.136)
Aplicações financeiras (Nota 7)	(62.009)	(517.423)
Aplicação financeira não circulantes (Nota 25)	(1.397.699)	(1.287.781)
Subarrendamento de aeronaves a receber (Nota 9)	(279.504)	(361.738)
Depósitos em garantia e reservas de manutenção (Nota 13) (*)	(1.651.533)	(1.546.720)
Empréstimos e financiamentos (*) (Nota 18)	3.518.156	2.756.126
Passivo de arrendamento (*) (Nota 19)	12.106.621	8.919.746
Dívida líquida	10.586.152	6.793.074
Capital total	7.066.978	5.643.036

(*) Circulante e não circulante

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e depósitos bancários	5.926	10.545	308.958	370.262
Equivalentes de caixa				
Certificado de depósito bancário – CDB	2.029	67	1.317.388	480.052
Fundos de investimentos	6	638	21.534	318.822
	7.961	11.250	1.647.880	1.169.136

O montante total reconhecido como caixa e depósitos bancários refere-se a contas correntes com as principais instituições financeiras brasileiras.

Os CDBs são indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) e são resgatáveis a qualquer momento.

Os fundos de investimento são compostos por CDBs e operações compromissadas, denominados em reais e junto a instituições financeiras.

Equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

7. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão descritas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Outras aplicações financeiras circulantes	14	14	21.243	16.039
Fundo de investimento	6	13.844	40.766	501.384
	20	13.858	62.009	517.423

Os fundos de investimento são representados por títulos governamentais, notas bancárias, CDBs, denominados em reais e junto a instituições financeiras, e debentures emitidas por empresas com classificação de risco B e BB+ ou superior. Os títulos governamentais brasileiros compreendem Letras do Tesouro Nacional (“LTN”), Letras Financeiras do Tesouro (“LFT”) e Notas do Tesouro Nacional (“NTN”).

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Contas a receber de clientes	1.142.704	1.039.373
Contas a receber de outros	37.878	42.406
	1.180.582	1.081.779
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.716)	(12.723)
	1.165.866	1.069.056

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa são:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	12.723	6.925
Adições	5.532	7.505
Reversões	(3.539)	(1.707)
Saldo no final do exercício	14.716	12.723

Os vencimentos do contas a receber são:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Não vencidos	1.151.963	1.025.211
Vencidos até 90 dias	13.903	43.845
Vencidos acima de 91 dias	14.716	12.723
	1.180.582	1.081.779

As vendas realizadas através de cartão de crédito são recebíveis junto às administradoras em parcelas de até doze meses. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das parcelas a receber com prazo superior a 60 dias é de R\$495.707 (31 de dezembro de 2018 - R\$691.839). Em 31 de dezembro de 2019, o prazo médio de recebimento era de 31 dias (31 de dezembro de 2018 – 37 dias).

A Companhia realiza antecipação de recebíveis das operadoras de cartões de crédito, a fim de obter recursos destinados ao capital de giro. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia antecipou recebíveis de cartão de crédito com o valor bruto de R\$3.247.722 (31 de dezembro de 2018 - R\$2.553.188). Como esses recebíveis são de empresas de cartões de crédito e apresentam baixo risco, foram transferidos sem risco para a Companhia em caso de inadimplência dos clientes. Sendo assim, o contas a receber foi desreconhecido na íntegra e os descontos relacionados a custos de juros, no montante de R\$6.449, foram reconhecidos na demonstração do resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (31 de dezembro de 2018 - R\$10.414).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Subarrendamento de aeronaves a receber

A Companhia celebrou transações de subarrendamento de 15 aeronaves com a TAP e os montantes a receber têm o seguinte vencimento:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
		(reapresentado)
2019	-	102.660
2020	98.152	102.660
2021	86.657	91.908
2022	47.136	48.897
2023	44.154	42.446
Após 2023	64.742	62.237
Arrendamento à receber (bruto)	340.841	450.808
Receita financeira não incorrida	(61.337)	(89.070)
Arrendamento à receber (líquido)	279.504	361.738
Circulante	75.052	73.671
Não circulante	204.452	288.067

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não havia valores vencidos referente aos subarrendamentos de aeronaves a receber.

10. Estoques

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Peças e materiais de manutenção	288.824	206.729
Comissaria e uniformes	5.768	9.351
Provisão para perda nos estoques (*)	(33.727)	(15.935)
	260.865	200.145

(*) Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$27.999 refere-se a provisão relacionada a aceleração da transformação da frota (Nota 1).

11. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
		(reapresentado)
Prêmios de seguros	47.506	33.385
Gastos com arrendamentos de aeronaves e motores	39.989	28.234
Comissão fiança	16.332	20.682
Outros gastos antecipados	57.792	54.835
	161.619	137.136
Circulante	139.403	115.453
Não circulante	22.216	21.683

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As pessoas chave da Administração incluem os conselheiros, diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração e os encargos pagos ou a pagar por serviços estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Salários e encargos	22.187	16.275
Bônus a executivos	7.255	7.263
Plano de remuneração baseada em ações	29.129	21.508
	58.571	45.046

b) Garantias e avais concedidos pela controladora

A Companhia concedeu garantias em aluguel de imóveis para alguns de seus executivos e o total envolvido não é significativo.

c) Contrato de manutenção

A ALAB celebrou contratos de manutenção de aeronaves com a TAP Manutenção e Engenharia Brasil S/A (“TAP ME”). A TAP ME pertence ao mesmo grupo econômico da TAP.

O valor total dos serviços adquiridos pela Companhia nos termos do contrato de manutenção durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$17.552 (31 de dezembro de 2018 - R\$83.831).

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo a pagar para a TAP ME era de R\$97 (31 de dezembro de 2018 - R\$5.663) e está registrado na rubrica “Fornecedores”.

d) Contrato de *Codeshare*

A Companhia firmou contratos de *codeshare* com a United (um acionista) e com a TAP. O contrato de *codeshare* prevê o transporte de passageiros cujas passagens tenham sido emitidas por uma das companhias e o serviço for realizado pela outra.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Transações com a Aigle Azur

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia registrou na rubrica “Despesas antecipadas” e “Contas a receber”, o montante de R\$11.794 (31 de dezembro de 2018 – R\$13.330), líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$5.055 (31 de dezembro de 2018 – R\$0).

f) Contrato de mútuo

Em 02 de setembro de 2016, a Companhia assinou um contrato de mútuo com um acionista. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do mútuo é de R\$12.789 (31 de dezembro de 2018 - R\$12.042). Os juros correspondem a LIBOR mais taxa de 2,3% ao ano. O prazo do contrato foi prorrogado e será totalmente pago em 2020.

g) Transações com a Breeze

Em dezembro de 2019, a Companhia assinou uma carta de intenção para o subarrendamento de até 28 aeronaves para a Breeze Aviation Group, uma companhia aérea fundada pelo sócio controlador da Azul com sede nos Estados Unidos. A transação foi aprovada pelos acionistas da Azul em Assembleia Geral Extraordinária no dia 2 de março de 2020. Em 2019 não houve fluxos financeiros relacionados à transação.

h) Transações com a TAP

i. Subarrendamento de aeronaves a receber

Em março de 2016, a Companhia subarrendou quinze aeronaves à sua parte relacionada TAP. Sete dos quinze contratos de arrendamento foram executados em um momento em que o preço do aluguel no mercado de aeronaves era menor do que quando os contratos de arrendamento originais foram executados. Embora a Companhia acredite que as taxas desses sete contratos representassem taxas de mercado aproximadas no momento da sua execução, a Companhia receberá da TAP um valor inferior ao valor que a Companhia deve pagar nos arrendamentos correspondentes.

Conforme mencionado na Nota 3, de acordo com o IFRS 16 um arrendador intermediário registra o arrendamento principal e o subarrendamento como dois contratos separados. O arrendador intermediário é requerido a classificar o subarrendamento como financeiro ou operacional por referência do direito de uso do arrendamento principal (e não por referência ao ativo subjacente como era o caso sob o IAS 17).

Por conta dessa mudança, a Companhia reavaliou a classificação de seus contratos de subarrendamento como arrendamentos financeiros, baseado nos termos e condições remanescentes do arrendamento principal e do subarrendamento na data da adoção inicial, dessa forma desreconhecendo a provisão de contrato oneroso.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia recebeu da TAP o montante de R\$126.149 (31 de dezembro de 2018 – R\$112.046) e pagou aos arrendadores o montante de R\$140.588 (31 de dezembro de 2018 – R\$129.958), referente aos quinze subarrendamentos.

ii. Bonds TAP

Em 14 de março de 2016, a Companhia adquiriu dívidas conversíveis de série A emitidas pela TAP ("*Bonds TAP*") no montante de €90 milhões. Os *Bonds TAP* são conversíveis, no total ou em parte e a opção de conversão em novas ações da TAP possui direito a benefícios econômicos preferenciais ("*Ações TAP*"). Após a conversão total, as *Ações TAP* representarão 6,0% do capital total e votante da TAP, com o direito de receber dividendos ou outras distribuições correspondentes a 41,25% dos lucros distribuíveis da TAP.

A opção pode ser exercida a partir de julho de 2016. Os *Bonds TAP* têm vencimento de 10 anos a partir de sua emissão, com juros anuais de 3,75% até 20 de setembro de 2016 e à taxa de 7,5% nos anos seguintes. Os juros provisionados serão pagos na data de vencimento ou até o resgate antecipado dos títulos, o que ocorrer primeiro.

A TAP tem o direito de resgatar antecipadamente os *Bonds TAP* se ainda não tiverem sido convertidos e (i) antes da ocorrência de um IPO ou (ii) em até 4 anos da emissão dos *Bonds TAP*, desde que a TAP esteja em conformidade com certos *covenants* financeiros. Os *Bonds TAP* serão resgatados pelo valor do principal, juntamente com os juros acumulados não pagos.

Os *Bonds TAP*, bem como a opção de convertê-los em ações TAP, foram classificados como um único ativo financeiro registrado pelo valor justo por meio do resultado no montante de R\$61.675 sob a rubrica "Resultado de transações com partes relacionadas, líquido", classificado no balanço patrimonial em "Aplicações financeiras não circulante".

iii. Outros investimentos

Em 14 de março de 2019, adquirimos uma participação econômica pós-diluição de 6,1% na *TAP da Hainan Airlines Civil Aviation Investment Limited* ("*HACAIL*") por US\$25 milhões equivalente a R\$96.161. A participação atual representa 20,0% e 35,6% dos direitos de voto e direitos econômicos da *Atlantic Gateway*, respectivamente. Como se trata de um investimento sem influência significativa, sem controle e sem um representante da Companhia no Conselho de administração da TAP o investimento será reconhecido como Valor Justo "Fair Value".

Em 01 de julho de 2019 a *HACAIL* transferiu as ações detidas pela *Atlantic Gateway* para a *Global AzulAirProjects, SGPS, S.A.*

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O investimento é reconhecido a valor justo no balanço patrimonial em "Aplicações financeiras não circulante". Em 31 de dezembro de 2019, o ganho resultante da transação, no valor de R\$64.710, foi reconhecido integralmente no resultado sob a rubrica "Resultado de transações com partes relacionadas, líquido".

13. Depósitos em garantia e reservas de manutenção

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Depósitos em garantia	152.635	225.230
Reserva de manutenção	1.498.898	1.321.490
	1.651.533	1.546.720
Circulante	258.212	144.192
Não circulante	1.393.321	1.402.528

Os depósitos em garantia e reservas de manutenção são denominados em dólares norte-americanos e atualizados de acordo com flutuações cambiais. Os depósitos em garantia referem-se a contratos de arrendamento de aeronaves e são reembolsáveis para a Companhia na devolução das aeronaves ao final do contrato de arrendamento. As reservas de manutenção são pagas para alguns contratos de arrendamento como garantia para a execução de determinados eventos de manutenção. Tais reservas são reembolsáveis na execução dos eventos de manutenção, respeitadas determinadas condições.

A Companhia entende que os depósitos referentes às reservas de manutenção registrados são recuperáveis pois são menores ou iguais ao custo estimado do evento de manutenção relacionado. A Companhia reconheceu baixas da reserva de manutenção na rubrica "Materiais de manutenção e reparo" na demonstração de resultados consolidados, referente aos depósitos que provavelmente não serão reembolsados dado que o último evento de manutenção antes do retorno da aeronave já foi realizado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia substituiu depósitos em garantia e reserva de manutenção por garantias bancárias e foi reembolsada nos montantes de R\$100.136 e R\$76.931, respectivamente (31 de dezembro de 2018 - R\$18.125 e R\$106.875, respectivamente).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentações do saldo da reserva de manutenção e depósito em garantia a seguir:

	Consolidado		
	Reserva de manutenção	Depósito em garantia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.078.135	180.992	1.259.127
Adições	317.698	39.593	357.291
Baixas	(31.132)	(968)	(32.100)
Reembolsos	(236.987)	(23.175)	(260.162)
Variações cambiais	193.776	28.788	222.564
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.321.490	225.230	1.546.720
Adições	343.727	37.614	381.341
Baixas	(8.417)	-	(8.417)
Reembolsos	(210.356)	(113.137)	(323.493)
Variações cambiais	52.454	2.928	55.382
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.498.898	152.635	1.651.533
Circulante	258.212	-	258.212
Não circulante	1.240.686	152.635	1.393.321

14. Investimentos

a) Informações sobre investimentos, controladora

	Ações possuídas pela Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Lucro líquido/ (prejuízo)
	Ordinárias	No capital social Integralizado (%)	No capital votante (%)		
Em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)					
ALAB	260.809.600	100	100	(2.959.176)	(875.072)
TudoAzul	80.542.264	100	100	(14.443)	7.681
Em 31 de dezembro de 2019					
ALAB	260.809.600	100	100	(5.324.874)	(2.375.023)
TudoAzul	80.542.264	100	100	23.333	(8.890)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação dos investimentos e provisão para perdas com investimentos (Controladora)

	ALAB	TudoAzul (antiga TRIP) (**)	Total dos investimentos (***)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	(1.920.179)	808.192	(1.111.987)
Resultado de equivalência patrimonial	(875.072)	7.681	(867.391)
Resultado de equivalência patrimonial - ajustado (*)	-	(23.530)	(23.530)
Lucro não realizado	(5.849)	-	(5.849)
Impacto da adoção de novas normas	(3.266.316)	-	(3.266.316)
Reserva com base em ações da controlada	19.357	-	19.357
Capitalização de reserva de capital	3.584	-	3.584
Hedge de fluxo de caixa	(139.281)	-	(139.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	(2.959.176)	792.343	(2.166.833)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.375.023)	(8.890)	(2.383.913)
Resultado de equivalência patrimonial - ajustado (*)	-	29.612	29.612
Reserva com base em ações da controlada	7.537	-	7.537
Capitalização de reserva de capital	7.080	-	7.080
Hedge de fluxo de caixa	(5.292)	-	(5.292)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(5.324.874)	813.065	(4.511.809)

(*) Refere-se à amortização do valor justo decorrente da aquisição da TudoAzul (antiga TRIP), bem como valores reembolsáveis pelos antigos acionistas, referente a eventos anteriores à aquisição.

(**) Inclui o ágio por expectativa de rentabilidade futura originado da aquisição do TudoAzul (antiga TRIP) em 2012, no montante de R\$753.502, o qual representa a contraprestação transferida, menos o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, líquidos.

(***) Saldo líquido da perda com investimento nas controladas.

15. Imobilizado e Direito de uso de ativos

O imobilizado e o direito de uso de ativos são compostos, principalmente, por aeronaves, motores, equipamentos de aeronaves.

Como resultado da análise anual de *impairment*, a Companhia registrou um *impairment* dos ativos não circulante e ativos de direito de uso de R\$2.032.207 em 2019 na rubrica “Depreciação, amortização e *impairment*” (Nota 1).

Adicionalmente, uma aeronave foi classificada como mantida para venda, pois seu valor contábil será recuperado principalmente por meio da venda e não pelo uso contínuo. A aeronave está disponível para venda imediata em sua condição atual e a venda é altamente provável. O valor justo menos custos com a venda da aeronave foi estimado como inferior ao valor contábil e foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de R\$16.325. O valor recuperável estimado foi transferido para a rubrica “Ativo disponível para venda” no balanço patrimonial.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.1 Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou transação de “*sale and leaseback*” de um motor próprio. O ganho relacionado à operação de “*sale and leaseback*” no montante de R\$6.260 cujo retroarrendamento resultou em arrendamento operacional, foi reconhecido na rubrica na rubrica “Outras despesas operacionais, liquidas”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a venda de uma aeronave própria. A perda relacionada à venda no montante de R\$15.854 foi reconhecida na rubrica “Custos dos serviços prestados”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou transação de “*sale and leaseback*” de um motor próprio. A perda relacionada à operação no montante de R\$6.570 foi reconhecido na rubrica “Custos dos serviços prestados”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a venda de sete aeronaves próprias. A perda relacionada à venda no montante de R\$144.251 foi reconhecida na rubrica “Custos dos serviços prestados”.

a) Composição:

	Consolidado			31 de dezembro de 2018 (reapresentado)
	31 de dezembro de 2019			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Edificações e benfeitorias	296.728	(78.131)	218.597	93.285
Equipamentos e instalações	176.814	(106.235)	70.579	49.243
Veículos	3.614	(1.535)	2.079	2.207
Móveis e utensílios	20.683	(15.119)	5.564	5.029
Equipamentos de aeronaves	1.856.138	(941.533)	914.605	1.039.473
Aeronaves e motores	850.391	(349.392)	500.999	459.056
Pagamentos antecipados para aquisição de aeronaves	84.578	-	84.578	112.923
Imobilizado em andamento	171.839	-	171.839	81.023
	3.460.785	(1.491.945)	1.968.840	1.842.239

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) As movimentações no custo e na depreciação acumulada são:

	Consolidado				
	Custo				
	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	Aquisições	Baixas	Transferências	31 de dezembro de 2019
Edificações e benfeitorias	146.315	124.181	(3.118)	29.350	296.728
Equipamentos e instalações	130.655	48.101	(2.091)	149	176.814
Veículos	3.238	376	-	-	3.614
Móveis e utensílios	18.797	1.891	(5)	-	20.683
Equipamentos de aeronaves	1.378.352	566.152	(72.835)	(15.531)	1.856.138
Aeronaves e motores	629.473	146.527	(149.910)	224.301	850.391
Pagamentos antecipados para aquisição de aeronaves	112.923	55.649	(45.081)	(38.913)	84.578
Imobilizado em andamento	81.023	319.275	-	(228.459)	171.839
	2.500.776	1.262.152	(273.040)	(29.103)	3.460.785

	Consolidado					
	Depreciação acumulada					
	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	Depreciações	Baixas	Transferência	Impairment	31 de dezembro de 2019
Edificações e benfeitorias	(53.030)	(25.157)	186	-	(130)	(78.131)
Equipamentos e instalações	(81.412)	(17.265)	687	-	(8.245)	(106.235)
Veículos	(1.031)	(504)	-	-	-	(1.535)
Móveis e utensílios	(13.768)	(1.356)	5	-	-	(15.119)
Equipamentos de aeronaves	(338.879)	(143.550)	42.249	-	(501.353)	(941.533)
Aeronaves e motores	(170.417)	(33.822)	32.295	-	(177.448)	(349.392)
	(658.537)	(221.654)	75.422	-	(687.176)	(1.491.945)

15.2 Direito de uso – arrendamento de aeronaves e outros

a) Composição

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Aeronaves sob arrendamento operacionais	10.901.791	(4.619.858)	6.281.933	3.617.062
Aeronaves sob arrendamento financeiro	1.169.636	(916.173)	253.463	924.272
Motores e simuladores	484.597	(235.495)	249.102	143.829
Imóveis	114.167	(64.042)	50.125	54.150
Veículos	10.238	(7.127)	3.111	2.521
Equipamentos	20.088	(15.584)	4.502	12.994
Transporte	12.065	(12.065)	-	-
Restauração de aeronaves e motores	423.194	(178.020)	245.176	171.498
	13.135.776	(6.048.364)	7.087.412	4.926.326

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) As movimentações no custo e na depreciação acumulada são:

	Consolidado				
	Custo				
	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	Aquisições	Baixas	Transferências	31 de dezembro de 2019
Aeronaves sob arrendamento operacionais	6.943.314	4.002.981	(42.570)	(1.934)	10.901.791
Aeronaves sob arrendamento financeiro	1.289.161	28.455	(75.623)	(72.357)	1.169.636
Motores e simuladores	336.731	147.866	-	-	484.597
Imóveis	105.754	8.413	-	-	114.167
Veículos	7.999	2.239	-	-	10.238
Equipamentos	20.767	171	(850)	-	20.088
Transporte	-	12.065	-	-	12.065
Restauração de aeronave e motores	283.542	139.652	-	-	423.194
	8.987.268	4.341.842	(119.043)	(74.291)	13.135.776

	Consolidado					
	Depreciação acumulada					
	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	Depreciações	Baixas	Impairment	Transferências	31 de dezembro de 2019
Aeronaves sob arrendamento operacionais	(3.326.252)	(875.170)	42.570	(461.006)	-	(4.619.858)
Aeronaves sob arrendamento financeiro	(364.891)	(52.848)	10.019	(536.341)	27.888	(916.173)
Motores e Simuladores	(192.902)	(38.723)	-	(3.870)	-	(235.495)
Imóveis	(51.604)	(12.438)	-	-	-	(64.042)
Veículos	(5.478)	(1.649)	-	-	-	(7.127)
Equipamentos	(7.773)	(8.427)	616	-	-	(15.584)
Transporte	-	(12.065)	-	-	-	(12.065)
Restauração de aeronave e motores	(112.043)	(33.503)	-	(32.474)	-	(178.020)
	(4.060.943)	(1.034.823)	53.205	(1.033.691)	27.888	(6.048.364)

15.3 Direito de uso – manutenção de aeronaves próprias e arrendadas

a) Composição

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018 (reapresentado)
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Checks estruturais	201.712	(153.522)	48.190	73.977
Checks estruturais em andamento	23.662	-	23.662	-
Manutenção de motores	1.149.551	(724.012)	425.539	558.923
	1.374.925	(877.534)	497.391	632.900

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) As movimentações no custo e na depreciação acumulada são:

	Consolidado				
	Custo				
	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	Aquisições	Baixas	Transferências	31 de dezembro de 2019
Checks estruturais	143.866	63.493	(9.971)	4.324	201.712
Checks estruturais em andamento	-	45.527	(10.546)	(11.319)	23.662
Manutenção de motores	779.651	425.482	(67.585)	12.003	1.149.551
	923.517	534.502	(88.102)	5.008	1.374.925

	Consolidado					
	Depreciação acumulada					
	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	Depreciações	Baixas	Transferências Impairment	31 de dezembro de 2019	
Checks estruturais	(69.889)	(49.313)	3.101	-	(37.421)	(153.522)
Manutenção de motores	(220.728)	(255.043)	42.003	-	(290.244)	(724.012)
	(290.617)	(304.356)	45.104	-	(327.665)	(877.534)

16. Intangível

a) Composição

	Consolidado			
	31 de dezembro de			
	2019		2018	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i)	753.502	-	753.502	753.502
Licença de operação em aeroportos (ii)	82.196	-	82.196	82.196
Software	489.904	(238.118)	251.786	180.858
	1.325.602	(238.118)	1.087.484	1.016.556

b) As movimentações no custo e na amortização acumulada são como segue:

	Consolidado				
	Custo				
	31 de dezembro de 2018	Aquisições	Baixas	Transferência	31 de dezembro de 2019
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i)	753.502	-	-	-	753.502
Licença de operação em aeroportos (ii)	82.196	-	-	-	82.196
Software	357.457	132.447	-	-	489.904
	1.193.155	132.447	-	-	1.325.602

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	Amortização Acumulada				
	31 de dezembro de 2018	Amortização do ano	Baixas	Transferência	31 de dezembro de 2019
Software	(176.599)	(61.519)	-	-	(238.118)
	(176.599)	(61.519)	-	-	(238.118)

- (i) O ágio por expectativa de rentabilidade futura contabilizado é originado da aquisição do TudoAzul (antiga TRIP) em 2012. O montante de R\$753.502 representa a contraprestação transferida, menos o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, líquidos.
- (ii) Como parte da alocação do preço de compra da aquisição da TudoAzul (antiga TRIP), a Companhia reconheceu o valor das licenças de exploração de determinados aeroportos e tem vida útil indefinida.

Teste de perda por redução do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura e licenças de operação em aeroportos

A Companhia realizou testes anuais de perda ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2019, definindo que o método mais adequado para estimar o valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC), a qual é alocada ao intangível, é a metodologia de fluxo de caixa descontado, resultando no valor em uso.

Para determinar o valor contábil da UGC, a Companhia combina os ativos intangíveis de sua UGC, pois o benefício econômico é gerado pela combinação de ambos.

As premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável do ágio e outros ativos intangíveis são consistentes com os planos operacionais e as projeções internas da Companhia, elaboradas para um período de cinco anos. Após este período, presume-se uma taxa de perpetuidade de crescimento das projeções operacionais. As premissas e projeções são revisadas e aprovadas pela administração. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso da UGC foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia aprovado em 12 de dezembro de 2019.

As seguintes premissas foram consideradas:

- Frota e capacidade: plano de frota operacional, utilização e capacidade das aeronaves em cada trecho;
- Receita de Passageiros: receita histórica por assento quilômetro voado com crescimento alinhado ao plano de negócios da Companhia;
- Custos Operacionais: indicadores de performance específicos por linha de custo, alinhados ao plano de negócios da Companhia, assim como variáveis macroeconômicas (vide variáveis citadas abaixo);
- Necessidades de investimento: alinhadas ao plano de negócios da Companhia.

A Companhia também considerou variáveis de mercado, como o PIB – Produto Interno Bruto (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: *Bloomberg*) e taxas de juros (fonte: *Bloomberg*).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade considerando variações no Resultado Operacional ("EBIT") e a taxa de desconto nominal

	Variações		
	1,0%	0,0%	-1,0%
Taxa de desconto antes dos impostos	9,8%	8,8%	7,8%
EBIT	-9,5%	-10,5%	-11,5%

O resultado do teste de *impairment*, que incluiu uma análise de sensibilidade das principais variáveis, demonstrou que o valor recuperável estimado é maior que o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa e, portanto, não foi identificado nenhum ajuste do valor recuperável em 31 de dezembro de 2019.

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

	Consolidado		
	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.536.265)	(452.926)	414.129
Taxas de tributos aplicáveis aos lucros	34%	34%	34%
Impostos calculados às alíquotas nominais	862.330	153.995	(140.804)
Efeitos fiscais			
Lucros auferidos no exterior	(3.020)	(21.867)	(13.496)
Variação cambial sobre investimento no exterior	(7.321)	24.917	27.064
Benefício constituído (não constituído) sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	(880.375)	(400.187)	56.598
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social utilizados no PERT (*)	84.712	-	83.143
Diferenças permanentes	76.958	65.971	(8.006)
Outros	(105)	(5.634)	5.885
	133.179	(182.805)	10.384
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.228)	(11.224)	2.875
Imposto de renda e contribuição social diferidos	135.407	(171.581)	7.509
	133.179	(182.805)	10.384

(*) Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT").

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018 (reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Diferenças temporárias		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21.819	27.524
Receita diferida Programa TudoAzul	(148.963)	(132.740)
Arrendamento de aeronaves	1.312.552	1.371.421
Depreciação de aeronaves e motores	(48.899)	(33.973)
Variação cambial	(16.498)	(13.397)
Ganho diferido referente a venda de aeronaves	19.747	37.628
Hedge de fluxo de caixa	53.977	52.349
Valor justo dos <i>Bonds</i> TAP	(243.288)	(274.520)
Valor justo dos Outros investimentos (Nota 25)	(21.963)	-
Outras provisões	116.810	-
Instrumentos financeiros	(201.738)	(73.735)
<i>Impairment</i>	989.242	-
Valor justo de aeronaves	-	(397)
Valor justo da licença de operação em aeroportos	-	(27.947)
Combinação de negócios	-	(2.707)
Outros	73.497	61.993
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo / (passivo), líquido	1.906.297	991.500
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo / (passivo) Líquidos sobre ajustes temporários contabilizados	(259.785)	(311.391)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo reconhecidos sobre prejuízos fiscais	17.270	18.180
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo / (passivo), líquido contabilizado	(242.516)	(293.211)

A Companhia compensa ativos e passivos tributários se, e somente se, tiver um direito legal de compensar ativos e passivos tributários correntes e ativos e passivos tributários diferidos relacionados com tributos sobre a renda arrecadados pela mesma autoridade fiscal.

Os ativos tributários diferidos de diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que a sua realização seja provável. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reconheceu os valores a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ativos e passivos de diferenças temporárias, no montante de R\$259.785.

A Companhia possui prejuízos fiscais que estão disponíveis indefinidamente para compensação com lucros tributáveis futuros, como segue:

	31 de dezembro de	
	2019	2018 (reapresentado)
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social – líquido	1.971.779	1.829.244
Prejuízos fiscais de imposto de renda (25%)	492.945	457.311
Bases negativas de contribuição social (9%)	177.460	164.632

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos fiscais diferidos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no valor de R\$670.405, não foram reconhecidos em decorrência de não haver evidência de recuperação no futuro próximo, exceto para R\$17.270.

18. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018 (reapresentado)
Empréstimos	2.825.749	2.025.607
Debêntures	692.407	730.519
	3.518.156	2.756.126
Circulante	481.227	158.813
Não circulante	3.036.929	2.597.313

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

18.1. Empréstimos

Garantias	Encargos financeiros	Vencimento final	Consolidado		Valor intrínseco do hedge (*)		
			31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	
Em moeda estrangeira - US\$							
Compra de aeronaves e motores	Alienação fiduciária	LIBOR + "spread" entre 2,55% e 3,60% a.a. / taxa fixa entre 4,00% e 6,07% / US Treasury + 3,25% a.a.	03/2029	896.232	100.042	(10.971)	-
Capital de giro(a) (*)	Garantia de recebíveis da Azul/Sem garantia	LIBOR + taxa fixa de 0,88% a.a. / taxa fixa de 5,90% a.a.	10/2024	1.727.882	1.656.947	(303.507)	(266.404)
Denominado em moeda nacional - R\$							
Compra de aeronaves e motores (FINAME) (**)	Investimentos e alienação fiduciária de aeronave	Taxa fixa entre 6,00% e 6,50 a.a./ SELIC +5,46% a.a.	05/2025	164.280	192.861	(3.309)	-
Capital de giro	Carta fiança	Taxa fixa de 5,0% a.a./125% a 126% do CDI	07/2021	37.355	73.376	-	-
Arrendamento financeiro	Alienação fiduciária	CDI + "spread" entre 3,97% a.a e ,4,91% a.a.	11/2019	-	2.381	-	-
Total em R\$				2.825.749	2.025.607	(317.787)	(266.404)
Passivo circulante				233.487	119.676	-	-
Passivo não circulante				2.592.262	1.905.931	(317.787)	(266.404)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) O efeito dos *hedges* designados para *hedge accounting*, estão detalhados na Nota 25. A posição de endividamento considerando os efeitos do *hedge* está detalhada na Nota 5

(**) FINAME são linhas de crédito especial do BNDES (Banco de desenvolvimento brasileiro)

a) Senior Notes

Em outubro de 2017, a Companhia precificou uma oferta no valor de US\$400 milhões de *Senior Notes*, sem garantias, com vencimento em 26 de outubro de 2024 e com taxa de juros de 5,875% por ano. Os juros serão pagos semestralmente nos dias 26 de abril e 26 de outubro de cada ano, a partir de 26 de abril de 2018.

Em 14 de dezembro de 2017, o montante total referente às *Senior Notes* foi trocado de Dólares para Reais por meio de instrumentos financeiros Swap e Opções de câmbio para proteger despesas de juros e Opções de câmbio para proteger o montante principal.

Como resultado da implementação dessa estrutura de *hedge*, em 01 de abril de 2018, a *Senior Notes* está protegida contra flutuações cambiais, até uma taxa de câmbio de R\$4,7500 por US\$1,00, acima deste patamar estará exposta apenas a diferença entre a taxa de câmbio efetiva R\$4,7500. Além disso, a Companhia se beneficiará de qualquer vantagem em relação à desvalorização do real caso a taxa de câmbio seja inferior a R\$3,2865 por US\$1,00. As opções foram financiadas, gerando um custo total de *hedge* de 99,3% do CDI.

O resultado do *hedge* registrado na rubrica “Instrumentos financeiros” ativo e passivo e a posição da dívida consolidada incluindo o efeito do *hedge* é detalhado na nota 5.

Os detalhes dessa transação são os seguintes

Estrutura da opção	Pagamento de juros		Pagamento do principal
	Abril/2018 até Abril/2019	Outubro/2019 até Outubro/2024	Outubro/2024
Prazo	US\$12 milhões	US\$12 milhões	US\$400 milhões
<i>Notional</i>			
Opção de venda (compra)	-	3,2865	N/A
Opção de compra (compra)	N/A	N/A	3,2865
Opção de compra (venda)	-	4,7500	4,7500

	<u>Senior Notes</u>	<u>Swap</u>
Moeda	US\$	R\$
Montante	US\$400 milhões	R\$1.314.600
Taxas	Fixa	Pós fixada
Taxas de juros	5,875%	99,3% do CDI

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Os montantes não circulantes têm o seguinte vencimento:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018 (reapresentado)
2020	-	191.437
2021	202.798	59.875
2022	270.899	49.560
2023	258.422	37.016
Após 2023	1.860.143	1.568.043
	2.592.262	1.905.931

c) Em garantia dos empréstimos, foram oferecidos os seguintes ativos

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018 (reapresentado)
Imobilizado e direito de uso de arrendamento (valor líquido) em garantia	7.285.497	5.144.219

d) Linha de financiamento disponível

O saldo ainda não utilizado de linha de financiamento disponível para saque em 31 de dezembro de 2019 é de R\$198.714. Este valor está disponível para saque exclusivamente para financiar os custos de manutenção dos motores dos jatos Embraer E195.

18.2. Debêntures

	Garantias	Juros	Vencimento	Consolidado	
				31 de dezembro de	
			2019	2018	
Oitava emissão	Recebíveis de cartão de crédito	CDI + 1.50% p.a.	01/2019	-	40.758
Nona emissão	Recebíveis de cartão de crédito	122% do CDI	12/2021	495.548	493.990
Décima emissão	Recebíveis de cartão de crédito	117% do CDI	12/2023	196.859	195.771
Total				692.407	730.519
Circulante				247.740	39.137
Não circulante				444.667	691.382

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes classificados como não circulantes apresentam os seguintes vencimentos.

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
2020	-	296.338
2021	336.580	296.777
2022	89.044	49.131
2023	19.043	49.136
	444.667	691.382

18.3 Cláusulas restritivas “covenants”

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos no valor total de R\$1.366.842 sujeitos a cláusulas e restrições contratuais relacionadas ao nível de endividamento da Companhia e à cobertura dos pagamentos de dívidas.

Cláusula restritiva relativa a:	Indicadores para a mensuração	Frequência de mensuração
9ª emissão de debêntures 10ª emissão de notas promissórias	(i) índice de cobertura do serviço da dívida ajustado (ICSD) igual ou superior a 1.2 (ii) alavancagem financeira menor ou igual a 6.5.	Anual
Financiamento de aeronaves	i) índice de cobertura do serviço da dívida ajustado (ICSD) igual ou superior a 1.2 (ii) alavancagem financeira menor ou igual a 5.5.	Trimestral

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se em conformidade com as cláusulas contratuais restritivas relacionadas aos empréstimos e financiamentos.

19. Passivos de arrendamentos

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018 (reapresentado)
Aeronaves	11.686.481	8.582.974
Motores e simuladores	347.911	254.227
Imóveis	60.648	65.151
Equipamentos	7.615	14.668
Veículos	3.089	2.726
Transportes	877	-
	12.106.621	8.919.746
Passivo circulante	1.585.233	1.237.909
Passivo não circulante	10.521.388	7.681.837

A Companhia celebrou transações de subarrendamento de 15 aeronaves com a TAP e em 31 de dezembro de 2019 tem registrado na rubrica “Subarrendamento de aeronaves a receber” o montante de R\$279.504 (31 de dezembro de 2018 – R\$361.738) (Nota 9).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações nos passivos de arrendamento são:

	Taxa média ponderada	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	Adições	Pagamentos	Provisão de juros	Baixa	Varição cambial	31 de dezembro de 2019
Arrendamento sem opção de compra								
Aeronaves e motores	8,20%	7.725.397	4.153.314	(1.865.472)	726.613	(24.775)	331.057	11.046.134
Outros	7,64%	82.545	22.888	(39.008)	8.628	(279)	(2.544)	72.230
Arrendamento com opção de compra	6,15%	1.111.804	32.188	(269.988)	70.767	-	43.486	988.257
Total em R\$		8.919.746	4.208.390	(2.174.468)	806.008	(25.054)	371.999	12.106.621

Os arrendamentos possuem os seguintes prazos médios de pagamentos (em anos):

	31 de dezembro de 2019	
	2019	2018 (reapresentado)
Arrendamento sem opção de compra		
Aeronaves e motores	8,26	7,33
Arrendamento com opção de compra	4,24	5,22

Os pagamentos mínimos futuros e o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018 (reapresentado)
2019	-	1.957.371
2020	2.481.457	1.828.394
2021	2.335.363	1.726.072
2022	2.406.701	1.798.733
2023	1.875.308	1.293.654
2024	1.560.055	992.525
Posterior a 2024	5.580.166	2.324.962
Pagamento mínimo de arrendamento	16.239.050	11.921.711
Encargos financeiros	(4.132.429)	(3.001.965)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento	12.106.621	8.919.746

Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Despesas de depreciação de ativos de direito de uso	(1.034.823)	(973.084)
Despesa de juros sobre passivos de arrendamento	(806.008)	(625.906)
Receita de juros sobre subarrendamento a receber	29.695	33.129
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo (incluídos no custo)	(79.855)	(34.434)
Total reconhecido no resultado	(1.890.991)	(1.600.295)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alguns arrendamentos financeiros foram designados como objeto de *hedge* de fluxo de caixa. A Companhia usou swaps de taxa de juros para converter a taxa pós fixada Libor em uma exposição de taxa fixa, protegendo as volatilidades do fluxo de caixa futuro. Os swaps de taxa de juros têm o mesmo vencimento e termos comuns que os arrendamentos financeiros que eles estão protegendo.

20. Fornecedores

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Moeda nacional	1.202.166	994.662
Moeda estrangeira	424.411	455.777
	1.626.577	1.450.439

21. Transportes a executar

O saldo de transportes a executar é composto pelo seguinte:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Transportes a executar	1.408.272	1.099.978
Programa TudoAzul	685.982	572.474
	2.094.254	1.672.452

22. Provisões

	Provisões para devolução de aeronaves e motores	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Provisões para contrato oneroso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	479.957	73.198	-	553.155
Adição de provisão	44.199	70.438	-	114.638
Baixa e/ou pagamento	-	(62.653)	-	(62.653)
Atualização monetária	57.064	-	-	57.064
Variação cambial	87.821	-	-	87.821
Saldo em 31 de dezembro de 2018	669.041	80.983	-	750.024
Adição de provisão	139.652	100.241	1.129.866	1.369.759
Baixa e/ou pagamento	(333.420)	(93.718)	-	(427.138)
Atualização monetária	67.366	-	18.633	85.999
Variação cambial	28.036	-	6.672	34.708
Saldo em 31 de dezembro de 2019	570.675	87.506	1.155.171	1.813.352
Circulante	68.888	-	254.553	323.441
Não circulante	501.787	87.506	900.618	1.489.911

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.1 Provisão para devolução de aeronaves e motores

A provisão para devolução de aeronaves e motores é baseada nos custos futuros estimados a serem incorridos de modo a atender às condições contratuais para o retorno dos motores e aeronaves mantidos sob arrendamento operacional.

22.2 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião e nas estimativas de seus assessores jurídicos externos e internos, concluiu que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas consideradas prováveis. Quando requerida, a Companhia efetua depósitos judiciais.

Essas provisões estão assim demonstradas:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Tributários	2.024	1.962
Cíveis	45.067	44.960
Trabalhistas	40.415	34.061
	87.506	80.983

O montante total dos processos, que de acordo com a administração representam perdas possíveis, mas não prováveis, para as quais não foi registrada provisão, são as seguintes:

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Tributários	116.074	87.384
Cíveis	77.360	43.203
Trabalhistas	123.119	135.311
	316.553	265.898

a) Processos tributários

A Companhia tem processos fiscais que se referem a cobrança adicional de 1% da COFINS nas importações de aeronaves e motores, de acordo com o que prevê a Lei 10.865/04, a aplicação da alíquota zero da COFINS para a importação de aeronaves e partes e peças. Sendo assim, a Administração entende que as chances de perda são possíveis e, portanto, não foi constituída provisão para os referidos valores.

b) Processos cíveis

A Companhia possui ações de natureza cíveis, relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral, tais como atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos de bagagem, dentre outras.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Processos trabalhistas

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, relacionadas principalmente discussões relacionadas a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e equiparação salarial.

Em 22 de fevereiro de 2017, o Ministério Público do Trabalho ingressou com uma ação contra a Companhia alegando a violação de certos aspectos trabalhistas, como extrapolações na jornada de trabalho diário e ausência de fruição de períodos de repouso, pelos quais são reivindicados aproximadamente R\$66.000 em danos punitivos. A ação encontra-se aguardando audiência e os assessores jurídicos da Companhia classificam o processo com probabilidade de perda possível, para o qual não foi constituída provisão.

22.3 Provisão para contrato oneroso

A Companhia identificou um contrato oneroso relacionado ao plano de aceleração da transformação da frota em 31 de dezembro de 2019 (Nota 1).

23. Patrimônio líquido

a) Emissão de ações, todas nominativas e sem valor nominal, e capital autorizado

	<u>Capital social - R\$</u>	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>
Em 31 de dezembro de 2019	2.243.215	928.965.058	329.568.166
Em 31 de dezembro de 2018	2.209.415	928.965.058	326.631.190

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto aos acionistas em Assembleia Geral de Acionistas. As ações preferenciais de qualquer classe não conferem direito a voto. As ações preferenciais possuem: i) prioridade de reembolso de capital, ii) o direito de serem incluídas em oferta pública de compra de ações, devido à transferência do controle da Companhia, nas mesmas condições e por um preço por ação equivalente a setenta e cinco (75) vezes o preço por ação pago ao acionista controlador, iii) o direito de receber valores equivalentes a setenta e cinco (75) vezes o preço por ação ordinária após a divisão dos ativos remanescentes entre os acionistas; e iv) o direito de recebimento de dividendos iguais a setenta e cinco (75) vezes o valor pago a cada ação ordinária.

Emissão de ações e aumento de capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia emitiu 2.936.976 (31 de dezembro de 2018 – 4.877.470) ações preferenciais relacionadas ao exercício de opções de compra de ações, no montante de R\$33.800 (31 de dezembro de 2018 – R\$46.038).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva de capital

A reserva de pagamento baseado em ações é usada para reconhecer o valor destes benefícios concedidos a empregados, incluindo a alta Administração da Companhia, como parte de sua remuneração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi registrada uma despesa com pagamento baseada em ações no valor de R\$18.894 (31 de dezembro de 2018 – R\$22.930).

c) Dividendos

De acordo com o estatuto da Companhia, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 0,1% do lucro líquido do exercício da Companhia, após as deduções da reserva legal, das reservas de contingências e do ajuste previsto na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Se a Companhia possuir prejuízos acumulados, não haverá distribuição de dividendos.

Os juros sobre o capital próprio, dedutíveis para fins de imposto de renda, pagos ou creditados, podem ser deduzidos dos dividendos obrigatórios. Os juros pagos sobre o capital próprio são tratados como pagamento de dividendos para fins contábeis.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não distribuiu dividendos.

d) Outros resultados abrangentes

As variações do valor justo dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Foi reconhecida uma perda no montante de R\$159.261 (31 de dezembro de 2018 - 153.969).

e) Ações em tesouraria

	Quantidade de ações	R\$
31 de dezembro de 2017	103.000	2.745
Aquisição	447.000	12.179
Cancelamento	(217.020)	(4.374)
31 de dezembro de 2018	332.980	10.550
Aquisição	301.008	12.853
Cancelamento	(189.743)	(7.838)
31 de dezembro de 2019	444.245	15.565

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação ordinária é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e 2017, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações preferenciais, em circulação durante o período, em ações ordinárias.

O lucro ou prejuízo diluído por ação ordinária é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações preferenciais, em circulação durante o período, em ações ordinárias, acrescido da quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias.

O lucro ou prejuízo básico por ação preferencial é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul pela quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações ordinárias, em circulação durante o período, em ações preferenciais.

O lucro ou prejuízo diluído por ação preferencial é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul, pela quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação durante o período, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações ordinárias, em circulação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, em ações preferenciais, acrescido da quantidade média ponderada de ações preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações preferenciais potenciais diluidoras em ações preferenciais.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro (prejuízo) líquido por ação ordinária e preferencial em milhares, exceto valores por ação:

	Controladora e Consolidado		
	Exercício findo em		
	31 de dezembro de		
	2019	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)
Numerador			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.403.086)	(635.731)	424.513
Denominador			
Média ponderada do número de ações ordinárias	928.965.058	928.965.058	928.965.058
Média ponderada do número de ações preferenciais	328.571.282	325.310.485	303.200.642
75 ações preferenciais (*)	75.0	75.0	75.0
Média ponderada do número de ações preferenciais equivalentes (*)	340.957.483	337.696.686	315.586.842
Média ponderada do número de ações ordinárias equivalentes (**)	25.571.811.221	25.327.251.414	23.669.013.177
Média ponderada do número de opção de compra de ações e ações restritas	9.865.114	11.530.390	15.446.459
Média ponderada de ações que teriam sido emitidas ao preço médio de mercado	6.805.600	6.400.619	9.253.991
Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária	(0,09)	(0,03)	0,02
Lucro (prejuízo) diluído por ação ordinária	(0,09)	(0,03)	0,02
Lucro (prejuízo) básico por ação preferencial	(7,05)	(1,88)	1,35
Lucro (prejuízo) diluído por ação preferencial	(7,05)	(1,88)	1,32

(*) Refere-se à participação no valor do patrimônio líquido total da Companhia, calculado como se todas as 928.965.058 ações ordinárias tivessem sido convertidas em 12.386.200 ações preferenciais na relação de conversão de 75 ações ordinárias para cada uma ação preferencial.

(**) Refere-se à participação no valor do patrimônio líquido total da Companhia, calculado como se a média ponderada das ações preferenciais tivessem sido convertidas em ações ordinárias na relação de conversão é de 75 ações ordinárias para cada 1 ação preferencial.

25. Instrumentos financeiros

A Companhia detém os seguintes instrumentos financeiros:

	Nível	Consolidado		Consolidado	
		Valor contábil		Valor justo	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2019	2018 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2	1.647.880	1.169.136	1.647.880	1.169.136
Contas a receber (Nota 8)	2	1.165.866	1.069.056	1.165.866	1.069.056
Subarrendamento de aeronaves a receber (Nota 9)	2	279.504	361.738	279.504	361.738
Aplicações financeiras (Nota 6)	2	62.009	517.423	62.009	517.423
Aplicação financeira não circulante	3	1.397.699	1.287.781	1.397.699	1.287.781
Instrumentos financeiros derivativos (*)	2	825.924	595.380	825.924	595.380
Passivo					
Fornecedores (Nota 20)	2	1.626.577	1.450.439	1.626.577	1.450.439
Empréstimos e financiamentos (*) (Nota 18)	2	3.518.156	2.756.126	3.504.754	2.742.359
Passivo de arrendamentos (*) (Nota 19)	2	12.106.621	8.919.746	12.106.621	8.919.746
Instrumentos financeiros derivativos (*)	2/3	310.190	440.994	310.190	440.994

(*) Circulante e não circulante.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo do contas a receber, subarrendamento de aeronaves a receber e fornecedores se aproximam de seus respectivos valores contábeis em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

25.1 Aplicações financeiras não circulantes

A tabela a seguir apresenta a composição do saldo das aplicações financeiras não circulantes, avaliadas pelo valor justo.

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Bond TAP	1.236.828	1.287.781
Outros investimentos (Nota 12 (h)(iii))	160.871	-
	1.397.699	1.287.781

Descrição dos *inputs* não observáveis significativos na avaliação do valor justo

Os *inputs* significativos não observáveis utilizados nas mensurações do valor justo classificadas no Nível 3 da hierarquia do valor justo, juntamente com uma análise de sensibilidade quantitativa em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são apresentados abaixo:

Técnicas de valorização	Inputs significativos não observáveis	Taxa	Sensibilidade dos inputs ao valor justo (valores em milhões de reais)
Método de fluxo de caixa descontado	Taxa de crescimento de longo prazo para os fluxos de caixa dos anos seguintes	31 de dezembro de 2019: 2,5% (31 de dezembro de 2018: 1,9%)	10 pontos base (31 de dezembro de 2018 – 10 pontos base) de aumento (redução) na taxa de crescimento resultaria em aumento (redução) no valor justo de R\$24 (31 de dezembro de 2018 – R\$3)
	Taxa de desconto	31 de dezembro de 2019: 13,6% (31 de dezembro de 2018: 12,2%)	50 pontos base de aumento resultaria em redução no valor justo de R\$18 (31 de dezembro de 2018 - 23). 50 pontos base de redução resultaria em aumento no valor justo de R\$20 (31 de dezembro de 2018 – 25).

Reconciliação do ativo financeiro Nível 3

A movimentação do valor justo dos *Bonds* Conversíveis da TAP é detalhada a seguir:

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	1.287.781	835.957
Variação cambial, ganho (perda) (*)	10.723	48.365
Juros acumulados (12.h.ii) (**)	30.184	29.630
Ajuste do valor justo (12.h.ii) (**)	116.912	13.219
Valor justo da opção de compra (12.h.ii) (**)	(208.772)	360.610
Saldo no final do exercício	1.236.828	1.287.781

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) registrado na rubrica "Variações monetárias e cambiais, líquida" na demonstração do resultado.

(**) registrado na rubrica "Resultado da transação com partes relacionadas, líquido" na demonstração do resultado.

A movimentação do valor justo de Outros Investimentos é detalhada a seguir:

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	-	-
Aquisição	96.161	-
Ajuste do valor justo (*)	64.710	-
Saldo no final do exercício	160.871	-

(*) registrado na rubrica "Resultado da transação com partes relacionadas, líquido" na demonstração do resultado quando da aquisição.

25.2 Instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado			
	31 de dezembro de			
	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<u>Hedge de fluxo de caixa</u>				
Contrato de <i>swap</i> de taxa de juros	-	(7.129)	-	(9.422)
Opções de moeda estrangeira	338.592	-	246.323	-
<u>Hedge de valor justo</u>				
Contrato de <i>swap</i> de taxa de juros	24.057	-	21.813	(1.732)
<u>Derivativos não designados como hedge</u>				
Swap de taxa de juros	203.636	(266.439)	93.606	(260.593)
Contrato de termo de moeda estrangeira	203.148	(1.135)	233.638	(74)
Contrato de termo de combustível	56.491	-	-	(123.224)
Opções de moeda estrangeira	-	(35.487)	-	(45.949)
	825.924	(310.190)	595.380	(440.994)

O cronograma de vencimento dos instrumentos financeiros está descrito a seguir:

31 de dezembro de 2019					Total
	Imediato	Até 6 meses	7 a 12 meses	1 a 5 anos	
Ativos de transações com derivativos	3.354	89.580	75.214	657.776	825.924
Passivos de transações com derivativos	(2.135)	(46.987)	(32.074)	(228.994)	(310.190)
Total de instrumentos financeiros derivativos	1.219	42.593	43.140	428.782	515.734

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hedge de fluxo de caixa

Definição	Origem do Risco	Riscos designados para hedge	Instrumento de hedge	Reconhecimento
Hedge de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado da Companhia.	Arrendamento financeiro de aeronaves com taxa de juros pós-fixadas	Taxa de Juros (Libor USD)	Swap de Fluxo de Caixa - trocando taxa de juros pós-fixada para pré-fixada.	<ul style="list-style-type: none"> Item protegido: Custo amortizado - Passivo em contrapartida resultado. Instrumento de hedge: Valor Justo - Ativo/Passivo (MtM) em contrapartida resultado (accrual) e outros resultados abrangentes (MtM).
	Instrumento de dívida (<i>Senior Notes e Opic</i>) denominado em moeda estrangeira (somente amortização)	Variação Cambial de dólar	Opções de moeda estrangeira	<ul style="list-style-type: none"> Item protegido: Custo amortizado - Passivo em contrapartida resultado. Instrumento de hedge: Valor Justo - Ativo/Passivo (MtM) em contrapartida resultado (valor intrínseco opção - variação cambial) compensando o efeito da variação cambial da dívida e outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido (Valor no tempo).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía contratos de *swap* designados como *hedge* de fluxo de caixa para se proteger do efeito das flutuações das taxas de juros de parte dos pagamentos de arrendamentos financeiros e contratos de opções de moeda estrangeira para proteção do principal de *Senior Notes* e do empréstimo junto à *Opic* em moeda estrangeira, pelos próximos 12 meses.

Em 16 de abril de 2019, a Companhia designou para contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa opções com *notional* no montante de US\$79 milhões contratadas com o objetivo de proteção do principal do empréstimo junto à *Opic*.

As posições, consolidadas, são como segue:

31 de dezembro de 2019	Valor do <i>notional</i>	Posição ativa/passiva item protegido	Posição passiva	Valor justo
<i>Hedge</i> do fluxo de caixa de:				
Swap de taxa de juros	40.872	LIBOR US\$	Taxa fixa	(7.129)
Opções de moeda estrangeira	1.614.211	US\$	R\$	338.592
	<u>1.655.083</u>			<u>331.463</u>
31 de dezembro de 2018	Valor do <i>notional</i>	Posição ativa/passiva item protegido	Posição passiva	Valor justo
<i>Hedge</i> do fluxo de caixa de:				
Swap de taxa de juros	57.805	LIBOR US\$	Taxa fixa	(9.422)
Opções de moeda estrangeira	1.314.600	US\$	R\$	246.323
	<u>1.372.405</u>			<u>236.901</u>

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os termos essenciais dos contratos de *swap* foram negociados para estarem alinhados aos termos dos empréstimos, objetos dos *hedges*. Considerando que todas as transações foram consideradas efetivas, as variações do valor justo sobre *hedge* de fluxo de caixa foram registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes” em contrapartida da rubrica “Instrumentos financeiros” passivos ou ativos.

Os lucros e perdas dos objetos de *hedge* (*accrual* de juros e variação cambial – arrendamento financeiro e *Senior notes* respectivamente) são impactados mensalmente, e, portanto, são compensados mensalmente pelos instrumentos de *hedge* (derivativos).

Fatores que podem influenciar na eficácia do *hedge* incluem: i) diferença temporal entre instrumento de *hedge* e objeto de *hedge* e ii) risco de crédito da contraparte impactar substancialmente o valor justo do instrumento financeiros, mas não o objeto de *hedge* (*Senior Notes*).

A movimentação da reserva de *hedge* de fluxo de caixa está demonstrada abaixo:

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2019	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)
Saldo no início do exercício	(153.969)	(14.688)	(33.785)
Operações liquidadas durante o exercício reconhecidas no resultado	4.389	6.444	6.435
Novas transações	(7.353)	(215.765)	-
Ajuste de valor justo	(2.328)	70.040	12.662
Saldo no final do exercício	(159.261)	(153.969)	(14.688)

Hedge de valor justo

Definição	Origem do Risco	Riscos designados para hedge	Instrumento de hedge	Reconhecimento
Hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido.	Arrendamento financeiro de aeronaves com taxa de juros pré-fixadas	Taxa de Juros	Swap de Fluxo de Caixa - trocando taxa de juros pré-fixado para pós-fixado.	<ul style="list-style-type: none">Item protegido: Valor Justo - Passivo em contrapartida resultado.Instrumento de hedge: Valor Justo - Ativo/Passivo em contrapartida resultado (MtM).
	Instrumentos de dívida denominados em US\$	Variação Cambial e Taxa de Juros	Swap de Fluxo de Caixa - trocando US\$ + Spread para reais em %CDI.	<ul style="list-style-type: none">Item protegido: Valor Justo - Passivo em contrapartida resultado.Instrumento de hedge: Valor Justo - Ativo/Passivo em contrapartida resultado (MtM).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha contratos de *swap* de taxa de juros com valor *notional* de R\$139.702 (31 de dezembro de 2018- R\$163.353) na qual a Companhia recebe taxa de juros fixas e paga uma taxa variável correspondente a um percentual do CDI.

O ajuste no valor justo do *swap* de taxas de juros gerou um ganho não realizado de R\$24.057 (31 de dezembro de 2018-R\$20.081) e foi reconhecida sob a rubrica “Receitas financeiras”. O impacto na demonstração do resultado foi compensado por um ajuste negativo no valor da dívida protegida. Não houve ineficácia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Derivativos não designados como “*hedge accounting*”

i. Contrato de termo de moeda estrangeira

A Companhia está exposta ao risco de flutuação no dólar norte-americanos e, portanto, celebra contratos de moeda “NDF – *Non Deliverable Forward*” devidamente registrados na CETIP com bancos de primeira linha.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia tinha contratos de NDF no montante de US\$426 milhões (31 de dezembro de 2018 – US\$375 milhões). O ajuste do valor justo desses contratos gerou um ganho não realizado de R\$202.013 (31 de dezembro de 2018 – R\$233.564).

ii. Opções de moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui operações de opções de moeda estrangeira com valor *notional* de US\$195 milhões (31 de dezembro de 2018 - US\$159 milhões) dos quais US\$118 milhões (31 de dezembro de 2018 - US\$129 milhões) estão relacionados ao *Senior Notes*, US\$30 milhões (31 de dezembro de 2018 - US\$30 milhões) referem-se a um empréstimo em dólares e US\$47 milhões estão relacionados à operação da Opic. As opções resultaram no reconhecimento de perdas não realizadas de R\$35.487 em 31 de dezembro de 2019 (31 de dezembro de 2018 – R\$45.949).

iii. Swap de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui operações de *swap* de taxas de juros relacionadas ao *Senior Notes* e a operação da Opic. As mudanças no valor justo desses instrumentos resultaram no reconhecimento de perdas não realizadas de R\$62.803 (31 de dezembro de 2018 – R\$166.987).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iv. Contrato de termo de combustível

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui contratos de NDF no Mercado de Balcão com oito contrapartes diferentes no mercado local indexados ao contrato de termo de combustível negociado na NYMEX, negociados em tranches mensais, com valor *notional* de R\$1.244.869 (31 de dezembro de 2018 - R\$804.929). O valor justo desses instrumentos totalizou um ganho não realizado de R\$56.491 (31 de dezembro de 2018 –perda de R\$123.224).

Valor justo dos instrumentos financeiros

A seguinte hierarquia é usada para determinar o valor justo de instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados, sem ajustes, nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

<u>Ativos mensurados a valor justo</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
<u>Ativos financeiros a valor justo</u>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.647.880		1.647.880	-
Aplicações financeiras circulantes (Nota 7)	62.009		62.009	-
Aplicação financeira não circulante (Nota 25) (c)	1.397.699	-	-	1.397.699
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (b)	24.057	-	24.057	-
Swap de taxa de juros - não designado como hedge	203.636	-	203.636	-
Contrato de moeda estrangeira	203.148	-	203.148	-
Contrato de opção de moeda estrangeira	338.592	-	338.592	-
Contrato de termo de combustível	56.491	-	56.491	-
	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
<u>Passivos mensurados a valor justo</u>				
<u>Passivos financeiros a valor justo</u>				
Swap de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	(7.129)	-	(7.129)	-
Swap de taxa de juros - não designado como hedge	(266.439)	-	(266.439)	-
Contrato de opção de moeda estrangeira	(35.487)	-	(35.487)	-
Contrato de termo de combustível	(1.135)	-	(1.135)	-
	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
<u>Ativos mensurados a valor justo</u>				
<u>Ativos financeiros a valor justo</u>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.169.136		1.169.136	-
Aplicações financeiras circulantes (Nota 7)	517.423	-	517.423	-
Aplicação financeira não circulante (Nota 25) (b)	1.287.781	-	-	1.287.781
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (a)	21.813	-	21.813	-
Swap de taxa de juros - não designado como hedge	93.606	-	93.606	-
Contrato de moeda estrangeira	233.638	-	233.638	-
Contrato de opção de moeda estrangeira	246.323	-	246.323	-

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros a valor justo				
Swap de taxa de juros - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(9.422)	-	(9.422)	-
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (a)	(1.732)	-	(1.732)	-
Swap de taxa de juros - não designado como <i>hedge</i>	(260.593)	-	(260.593)	-
Contrato de opção de moeda estrangeira	(45.949)	-	(45.949)	-
Contrato de moeda estrangeira	(74)	-	(74)	-
Contrato de termo de combustível	(123.224)	-	(123.224)	-

(a) Parcela dos saldos dos empréstimos do FINAME PSI e do FINAME Convencional, apresentados pelo seu valor ajustado ao risco coberto, aplicando as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo.

(b) A Companhia calcula o valor justo da opção de compra baseada em uma avaliação da TAP e modelo binomial considerando o prazo de opção, taxa de desconto e volatilidade de mercado de companhias aéreas com capital aberto em bolsas de valores, calculados com uma média de 2 anos. A quantia resultante do modelo binomial calculado em Euros foi convertida em Reais utilizando a taxa de câmbio do período (Nota 25).

26. Receita

	Consolidado		
	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)
Receita			
Transporte de passageiros	11.198.585	9.029.960	6.985.044
Cargas e outras receitas	604.297	430.725	1.054.761
Receita bruta	11.802.882	9.460.685	8.039.805
Impostos incidentes sobre:			
Transporte de passageiros	(290.696)	(359.828)	(289.704)
Cargas e outras receitas	(69.869)	(43.793)	(45.270)
Total de impostos	(360.565)	(403.621)	(334.974)
Receita líquida	11.442.317	9.057.064	7.704.831

27. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	Consolidado					
	Exercício findo em 31 de dezembro					
	2019			2018 (reapresentado)		2017 (reapresentado)
Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Total	Total	Total	
Combustível de aviação	(3.085.603)	-	-	(3.085.603)	(2.644.261)	(1.848.195)
Salários e benefícios	(1.593.645)	(27.233)	(247.524)	(1.868.402)	(1.413.017)	(1.296.166)
Tarifas aeroportuárias	(724.971)	-	-	(724.971)	(592.100)	(490.569)
Prestação de serviços de tráfego	(476.481)	-	-	(476.481)	(395.394)	(357.841)
Comerciais e publicidade	-	(444.079)	-	(444.079)	(368.663)	(309.540)
Materiais de manutenção e reparo	(354.105)	-	-	(354.105)	(250.105)	(484.156)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i> (*)	(3.606.128)	-	(64.756)	(3.670.884)	(1.284.050)	(1.063.378)
Outras despesas operacionais, líquidas (*)	(1.525.892)	-	(487.300)	(2.013.192)	(915.850)	(612.194)
	(11.366.826)	(471.312)	(799.580)	(12.637.717)	(7.863.440)	(6.462.039)

(*) Inclui itens não recorrentes constituídos pelo *impairment* e custos relacionados ao subarrendamento de 53 aeronaves E195, totalizando R\$2.873.157 (Nota 1).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de			31 de dezembro de		
	2019	2018	2017	2019	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)
Receita financeira						
Juros sobre aplicações financeiras (a)	276	960	1.379	12.462	31.947	50.604
Subarrendamento	-	-	-	29.695	33.129	33.467
Outras	488	1.182	4.126	29.914	9.446	44.201
	764	2.142	5.505	72.071	74.522	128.272
Despesas financeiras						
Juros sobre empréstimos (*)	-	-	-	(195.688)	(164.294)	(235.184)
Juros sobre arrendamento (*)	-	-	-	(732.723)	(606.076)	(484.300)
Juros sobre arrendamento financeiro (*)	-	-	-	(73.284)	(75.313)	(72.481)
Juros sobre antecipação de recebíveis de cartão de crédito	-	-	-	(13.477)	(10.625)	(36.188)
Juros e multas sobre outras operações	(1.807)	(4.658)	(574)	(129.954)	(79.822)	(110.375)
Comissão de garantia	-	-	-	(30.977)	(26.187)	(24.880)
Custo de empréstimo	-	-	-	(12.549)	(23.169)	(36.598)
Atualização monetária	-	-	-	(88.015)	(56.827)	(41.439)
Outros	(610)	(286)	(2.048)	(52.857)	(52.515)	(37.153)
	(2.417)	(4.944)	(2.622)	(1.329.524)	(1.094.828)	(1.078.598)
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	-	-	-	325.452	298.094	(90.171)
Variações monetárias e cambiais, líquida	9.213	43.688	49.965	(391.905)	(1.306.063)	34.859
Resultado financeiro líquido	7.560	40.886	52.848	(1.323.906)	(2.028.275)	(1.005.638)

(*) Os juros e despesas de ativos e passivos, demonstrados na demonstração de fluxo de caixa, no montante de R\$1.082.256 em 31 de dezembro de 2019 (31 de dezembro de 2018 - R\$867.132) estão sendo apresentados nestas linhas.

29. Compromissos

a) Compromissos para futuras aquisições de aeronaves

A Companhia possui contratos para a aquisição de 94 aeronaves (31 de dezembro de 2018 – 94), em que os seguintes pagamentos futuros serão realizados:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Até um ano	2.815.674	243.857
Mais de um ano, até cinco anos	10.031.346	10.695.827
Mais de cinco anos	2.625.245	3.960.657
	15.472.265	14.900.341

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Cartas de crédito

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia emitiu cartas de crédito no montante de US\$529 milhões (31 de dezembro de 2018 - US\$282 milhões), equivalente a R\$2.134.186 (31 de dezembro de 2018 - R\$1.091.744) e fianças bancárias no montante de R\$50.432 (31 de dezembro de 2018 - R\$47.676) em relação a depósitos em garantia, reservas de manutenção e fianças locais.

30. Plano de outorga baseada em ações

30.1. Plano de opção de compras de ações

30.1.1. Primeiro plano de opção

Em AGE realizada no dia 11 de dezembro de 2009, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações (“Primeiro Plano de Opção”) para a emissão de opções de compra de ações preferenciais Classe A por seus beneficiários. O plano tem um prazo de 10 anos, sendo que nenhuma opção poderá ser outorgada após esta data.

As condições para exercício das opções são, além de um período de aquisição de quatro anos, a ocorrência de uma Oferta Pública Inicial (IPO)

30.1.2. Segundo plano de opção

Em AGE realizada no dia 30 de junho de 2014, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Segundo Plano de Opção”) para a emissão de opções de compra de ações preferenciais Classe A por seus beneficiários.

As condições para exercício das opções do Segundo Plano de Opção, antes do IPO, eram, além de um período de aquisição de quatro anos, a ocorrência do IPO. Adicionalmente, as opções têm um tempo de duração de oito anos.

As opções emitidas no Segundo Plano de Opções, após o IPO, exigem um período de aquisição de 4 anos. As opções têm um tempo de duração de dez anos e o preço de exercício deve ser igual ao menor preço da ação negociada no mercado durante os trinta pregões anteriores à data da outorga das opções aprovada pelo Conselho de Administração.

30.1.3. Terceiro plano de opção

Em AGE realizada no dia 10 de março de 2017 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Terceiro Plano de Opção”) para a emissão de opções de compra de ações preferenciais Classe A por seus beneficiários.

As condições para exercício das opções são, além de um período de aquisição de cinco anos, a ocorrência do IPO. As opções têm um tempo de duração de cinco anos e só podem ser exercidas dentro de 15 dias após cada aniversário de aquisição.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.1.4. Informações sobre o valor justo de opções de ações e despesas

O valor justo na data de concessão de opções de ações foi mensurado pelo modelo de Black-Scholes usando os dados abaixo. A volatilidade estimada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações de companhias aéreas listadas nas bolsas de valores do Brasil e do restante da América Latina.

	Primeiro Plano de Opção			Segundo Plano de Opção				Terceiro Plano de Opção
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	4º	1º Programa
	Programa	Programa	Programa	Programa	Programa	Programa	Programa	Programa
Total de opções concedidas	5.032.800	1.572.000	656.000	2.169.122	627.810	820.250	680.467	9.343.510
Reunião do Comitê de remuneração	11-dez-09	24-mar-11	05-abr-11	30-jun-14	01-jul-15	01-jul-16	06-jul-17	14-mar-17
Total de opções em circulação	303.700	284.000	12.460	861.197	231.638	391.176	494.491	5.606.106
Preço de exercício da ação	R\$3,42	R\$6,44	R\$6,44	R\$19,15	R\$14,51	R\$14,50	R\$22,57	R\$11,85
Valor justo da opção na data da concessão	R\$1,93	R\$4,16	R\$4,16	R\$11,01	R\$10,82	R\$10,14	R\$12,82	R\$4,82
Volatilidade estimada do preço da ação	47,67%	54,77%	54,77%	40,59%	40,59%	43,07%	43,35%	50,64%
Dividendo esperado	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%
Taxa de retorno livre de risco	8,75%	12,00%	12,00%	12,46%	15,69%	12,21%	10,26%	11,32%
Vencimento médio remanescente (em anos)	-	-	-	-	-	0,4	1,5	2,2
Duração da ação	Indefinido	Indefinido	Indefinido	8 anos	8 anos	8 anos	10 anos	5 anos
Prazo médio	7 anos	7 anos	7 anos	4,5 anos	4,5 anos	4,5 anos	5,5 anos	5 anos

As mudanças nos planos de opções de compras de ações são como a seguir:

	Número de ações	Média ponderada do preço de exercício (em reais)
Em 31 de dezembro de 2017	16.250.687	R\$11,69
Canceladas	(182.388)	R\$18,48
Exercidas	(4.877.470)	R\$9,44
Em 31 de dezembro de 2018	11.190.829	R\$12,55
Canceladas	(69.085)	R\$20,70
Exercidas	(2.936.976)	R\$11,51
Em 31 de dezembro de 2019	8.184.768	R\$12,85

Número de opções exercíveis em:

31 de dezembro de 2019	2.294.135	R\$13,81
31 de dezembro de 2018	2.572.640	R\$11,60

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A despesa de remuneração baseada em opção de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$12.742 (31 de dezembro de 2018 - R\$16.677) reconhecido na demonstração do resultado.

30.2. Plano de Unidade de Ações Restritas

Em AGE realizada no dia 30 de junho de 2014, foi aprovado o Plano de Unidades de Ações Restritas (“Plano de RSU”). Nos termos do Plano de RSU, um valor fixo (em reais) foi outorgado aos participantes, que seria liquidado em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor monetário da outorga pelo preço por ação (não descontado) das ações preferenciais no IPO.

As condições para o exercício do Plano de RSU, antes do IPO, eram, além de um período de aquisição de 4 anos, a ocorrência do IPO. Na data do IPO, o valor monetário dos prêmios foi convertido em unidades com base no valor justo das ações preferenciais na mesma data. O passivo relacionado foi reclassificado para o patrimônio líquido de acordo com o método de liquidação pós-IPO.

As outorgas subsequentes são mensuradas com base no valor justo da ação na data de concessão dos prêmios.

30.2.1. Informações sobre o valor justo e despesas de ações restritas

	Reunião do Comitê de remuneração	Total de opções concedidas	Total de ações em circulação	Valor justo da ação (em reais)
1º programa	30-jun-14	487.670	7.934	R\$ 21,00
2º programa	01-jul-15	294.286	8.094	R\$ 21,00
3º programa	01-jul-16	367.184	75.527	R\$ 21,00
4º programa	06-jul-17	285.064	122.740	R\$ 24,17
5º programa	07-ago-18	291.609	205.099	R\$ 24,43
6º programa	05-ago-19	170.000	170.000	R\$51,65
		1.895.813	589.394	

As mudanças no plano de ações restritas são como a seguir:

	Número de ações
Em 31 de dezembro de 2017	809.946
Concedidas	291.609
Canceladas	(72.303)
Exercidas	(299.659)
Em 31 de dezembro de 2018	729.593
Concedidas	170.000
Canceladas	(49.748)
Exercidas	(260.451)
Em 31 de dezembro de 2019	589.394

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A despesa de remuneração baseada em ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em relação ao RSU foi de R\$6.152 (31 de dezembro de 2018 - R\$6.254) reconhecido na demonstração do resultado.

30.3. Plano de Opção Virtual de Compra de Ações

Em 7 de agosto de 2018, o Comitê de Remuneração aprovou o Plano de Opção Virtual de Compra de Ações (“*Phantom Shares*”). O plano consiste em uma remuneração em dinheiro, não havendo, no entanto, a previsão de negociação efetiva das ações, uma vez que não haverá emissão e/ou entrega de ações para liquidação do plano. Esses valores são registrados como uma provisão a pagar, com sua contrapartida no resultado do exercício, com base no valor justo das *Phantom Shares* outorgadas e pelo período de aquisição ao direito de exercício (*vesting period*). O valor justo deste passivo é revisado e atualizado a cada período de divulgação, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício.

As opções emitidas no *Phantom Shares* exigem um período de aquisição de 4 anos, têm um tempo de duração de oito anos e o preço de exercício deve ser igual ao menor preço da ação negociada no mercado durante os trinta pregões anteriores à data da outorga das opções aprovada pelo Comitê de Remuneração. A volatilidade estimada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações de companhias aéreas listadas nas bolsas de valores do Brasil e do restante da América Latina

30.3.1. Informações sobre o valor justo e despesas de opções virtuais de compra de ações

O valor justo da concessão de opções de ações foi mensurado pelo modelo de Black-Scholes usando os dados abaixo.

	Primeiro Plano	
	1º Programa	2º Programa
Total de opções concedidas	707.400	405.000
Reunião do Comitê de remuneração	07-ago-18	05-ago-19
Total de opções em circulação	560.908	405.000
Preço de exercício da ação	R\$20,43	R\$42,09
Valor justo da opção	R\$40,41	R\$25,34
Volatilidade estimada do preço da ação	34,00%	38,8%
Dividendo esperado	1,10%	1,10%
Taxa de retorno livre de risco	6,40%	6,40%
Vencimento médio remanescente (em anos)	2,6	3,6
Duração da ação	8 anos	8 anos
Prazo médio	6 anos	4,5 anos

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mudanças no plano de opções virtuais de compra de ações são como a seguir:

	<u>Número de ações</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>707.400</u>
Concedidas	405.000
Canceladas	(47.889)
Pagas	(98.603)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>965.908</u>

O passivo registrado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$11.647 (31 de dezembro de 2018 - R\$1.596) e está apresentado no balanço patrimonial sob a rubrica "Salários, provisões e encargos sociais".

A despesa de remuneração baseada em ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em relação a *Phantom Shares* foi de R\$13.373 (31 de dezembro de 2018 - R\$1.184).

31. Eventos Subsequentes

- Conforme descrito na Nota 1, em 21 de fevereiro de 2020, a Companhia assinou uma oferta vinculante para adquirir a empresa aérea regional Two Taxi Aéreo LTDA. ("TwoFlex") por R\$123 milhões.

A oferta permanece sujeita a condições como conclusão da auditoria, negociação de um contrato de compra e venda, e aprovações regulatórias.

- Em 28 de janeiro de 2020, a Companhia anunciou que espera subarrendar 53 aeronaves Embraer E195.
- Em 06 de fevereiro de 2020, conforme comunicado ao mercado, a Companhia assinou acordo de Joint Venture com a TAP, com intuito de aumentar a conectividade entre o mercado doméstico brasileiro e o mercado europeu, a transação será submetida para aprovações regulatórias.
- Em 02 de março de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou os termos da Carta de Intenção para o subarrendamento de até 28 aeronaves Embraer E195 para a Breeze Aviation Group, uma companhia aérea fundada pelo sócio controlador da Azul com sede nos Estados Unidos.
- Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatada em Wuhan, China. A Organização Mundial da Saúde declarou COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional".

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está monitorando de perto o impacto potencial do COVID-19 seus resultados de 2020, e sua principal prioridade continua sendo a saúde e a segurança de seus tripulantes e clientes.

Com base nas melhores informações disponíveis, a Companhia está tomando medidas para reduzir qualquer impacto:

- Redução da capacidade internacional entre 20% a 30% para refletir o ambiente atual de demanda
- Preventivamente, redução do crescimento doméstico
- Seguimento com a substituição de E1 por E2, enquanto as entregas incrementais foram suspensas
- Novas contratações suspensas e lançamento do programa de licença não remunerada
- Negociação de novas condições de pagamento com parceiros para preservar caixa

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A
Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019 **CNPJ:** 09.296.295/0001-60
Número de Ordem do Livro: 142
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 17.745.111.968,20	R\$ 17.246.862.554,83
(-) ATIVO CIRCULANTE		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) DISPONIBILIDADES		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) DEPÓSITOS BANCÁRIOS À VISTA		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) bancos conta movimento - no país		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - NAO HEDGE - NO PAIS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) títulos mantidos até o vencimento - no país		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) outros empréstimos e recebíveis - no país		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) OUTRAS DISPONIBILIDADES		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) outras disponibilidades		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) CREDITOS		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) ADIANTAMENTOS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) adiantamentos a funcionários circulante		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) TRIBUTOS A RECUPERAR		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) ICMS a Recuperar		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) ESTOQUES		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) ESTOQUES DE PRODUTOS		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) insumos (materiais diretos)		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) prêmios de seguros a apropriar		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) outros custos e despesas pagos antecipadamente		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) ATIVO NAO CIRCULANTE		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) CREDITOS E VALORES - LONGO PRAZO		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) direitos creditórios cedidos longo prazo		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) INVESTIMENTOS		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) outros investimentos permanentes		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) IMOBILIZADO		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) IMOBILIZADO AQUISIÇÃO		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) outras imobilizações em andamento		R\$ (0,00)	R\$ 0,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A

Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 09.296.295/0001-60

Número de Ordem do Livro: 142

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
(-) benfeitorias em imóveis de terceiros		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) máquinas, equipamentos e instalações industriais		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) INTANGÍVEL		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) ATIVOS INTANGIVEIS		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
(-) software ou programas de computador		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
CIRCULANTE		R\$ 4.167.627.951,95	R\$ 4.391.773.310,26
DISPONIVEL		R\$ 1.020.868.316,26	R\$ 2.311.906.906,95
CAIXA GERAL		R\$ 3.533.524,31	R\$ 3.104.754,85
BANCOS CONTAS MOVIMENTO		R\$ 95.740.944,59	R\$ 200.671.199,80
APLICACOES FINANCEIRAS		R\$ 921.593.847,36	R\$ 2.108.130.952,30
CONTAS A RECEBER		R\$ 2.245.578.268,13	R\$ 1.187.326.778,95
CARTAO DE CREDITODEBITO		R\$ 1.769.400.253,99	R\$ 684.776.000,93
CLIENTES		R\$ 250.809.381,69	R\$ 226.870.676,07
OUTROS VALORES A RECEBER		R\$ 72.197.818,11	R\$ 101.262.714,63
VALORES A RECEBER EXTERIOR		R\$ 34.374.588,72	R\$ 21.757.390,12
IFRS 16 - VALORES A RECEBER - SUB LEASING - CP		R\$ 89.285.246,36	R\$ 92.527.072,77
TRANSITORIA		R\$ 29.510.979,26	R\$ 60.132.924,43
CREDITOS		R\$ 504.624.704,50	R\$ 492.898.150,70
CREDITOS DE FUNCIONARIOS		R\$ 44.617.002,27	R\$ 4.150.418,05
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		R\$ 63.299.811,54	R\$ 69.394.380,00
CREDITOS FISCAIS		R\$ 392.877.157,32	R\$ 415.238.685,97
OUTROS CREDITOS		R\$ 3.830.733,37	R\$ 4.114.666,68
ALMOXARIFADO		R\$ 293.972.483,61	R\$ 260.865.198,91
ALMOXARIFADO		R\$ 312.593.456,55	R\$ 279.806.615,66
(-) CONTAS RETIFICADORAS DO ESTOQUE		R\$ (18.620.972,94)	R\$ (18.941.416,75)
DESPEAS ANTECIPADAS		R\$ 102.584.179,45	R\$ 138.776.274,75
DESPEAS ANTECIPADAS		R\$ 102.584.179,45	R\$ 138.776.274,75
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R\$ 2.966.534.283,78	R\$ 2.799.623.541,42
CREDITOS		R\$ 2.966.534.283,78	R\$ 2.799.623.541,42
CREDITOS COM EMPRESAS RELACIONADAS		R\$ 538.620.666,05	R\$ 511.754.093,57
CAUCOES		R\$ 1.661.958.797,49	R\$ 1.612.472.410,59
(-) CREDITOS FISCAIS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
DESPEAS ANTECIPADAS		R\$ 25.447.724,03	R\$ 22.205.038,64

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.6 do Visualizador

D4Sign 4716acf0-b386-4c6a-bbd1-2f7225464b3a - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Página 2 de 6

160

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A

Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 09.296.295/0001-60

Número de Ordem do Livro: 142

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
BLOQUEIOS E DEPOSITOS JUDICIAIS		R\$ 135.488.047,04	R\$ 150.358.145,39
OUTROS VALORES A RECEBER		R\$ 333.038.220,88	R\$ 265.396.338,80
IFRS 16 - VALORES A RECEBER - SUB LEASING - LP		R\$ 271.980.828,29	R\$ 237.437.514,43
(-) DEPOSITOS JUDICIAIS TARIFA DE EMBARQUE		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) DEPOSITOS JUDICIAIS TARIFA DE EMBARQUE PERMANENTE		R\$ 10.610.949.732,47	R\$ 10.055.465.703,15
INVESTIMENTOS		R\$ 339.827.973,69	R\$ 357.997.539,28
PARTICIPACOES SOCIETARIAS		R\$ 339.827.973,69	R\$ 357.997.539,28
(-) ECF - LEI 12.973 - ABERTURA DE SUB-CONTAS - INVESTIMENTOS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
IMOBILIZADO		R\$ 3.365.235.302,04	R\$ 2.550.715.288,18
IMOBILIZACOES DIVERSAS		R\$ 4.551.836.851,36	R\$ 3.831.452.918,16
IFRS 16 - MANUTENÇÕES EM ANDAMENTO		R\$ 300.531.575,85	R\$ 248.599.350,58
(-) DEPRECIACOES DIVERSAS		R\$ (1.487.133.125,17)	R\$ (1.529.336.980,56)
(-) ECF - LEI 12.973 - ABERTURA DE SUB-CONTAS - IMOBILIZADO		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
INTANGIVEL		R\$ 54.841.115,54	R\$ 54.841.115,54
INTANGIVEL		R\$ 54.841.115,54	R\$ 54.841.115,54
(-) DIFERIDO		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) DESPESAS PRE-OPERACIONAIS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
IFRS 16 - DIREITO DE USO		R\$ 6.850.373.216,00	R\$ 7.090.246.746,56
IFRS 16 - DIREITO DE USO - AERONAVES		R\$ 11.833.875.891,37	R\$ 12.168.038.167,27
(-) IFRS 16 - DIREITO DE USO - DEPRECIACAO - AERONAVES		R\$ (4.983.502.675,37)	R\$ (5.077.791.420,71)
TRANSITORIO FA		R\$ 672.125,20	R\$ 1.665.013,59
IFRS 16 - RECONCILIACAO MANUT		R\$ 672.125,20	R\$ 1.665.013,59
PASSIVO		R\$ 17.745.111.968,27	R\$ 17.246.862.554,88
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ (0,00)
OBRIGACOES DO CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ (0,00)
FORNECEDORES CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ (0,00)
fornecedores - operações com partes nao relacionadas - no pais circulante		R\$ 0,00	R\$ (0,00)
fornecedores - operações com partes nao relacionadas - no exterior circulante		R\$ 0,00	R\$ 0,00
OBRIGACOES FISCAIS CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ICMS a Recolher Circulante		R\$ 0,00	R\$ 0,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A
 Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019 CNPJ: 09.296.295/0001-60
 Número de Ordem do Livro: 142
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
tributos municipais a recolher circulante		R\$ 0,00	R\$ (0,00)
outros tributos a recolher circulante		R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECEITAS DIFERIDAS		R\$ 0,00	R\$ (0,00)
receitas diferidas		R\$ 0,00	R\$ (0,00)
CIRCULANTE		R\$ 6.419.599.475,54	R\$ 7.071.101.432,79
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 2.074.440.127,81	R\$ 2.221.925.323,88
EMPRESFINANCIAMENTOS-MOEDA NACIONAL		R\$ 207.087.752,20	R\$ 194.541.205,64
DEBENTURES		R\$ 21.893.175,92	R\$ 251.104.300,92
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		R\$ 369.637.684,12	R\$ 302.907.006,96
IFRS 16 - ARRENDAMENTO A PAGAR - AERONAVES - CP		R\$ 2.330.805.469,26	R\$ 2.351.231.480,90
(-) IFRS 16 - (-) JUROS SOBRE ARRENDAMENTO A PAGAR - AERONAVES - CP		R\$ (854.983.953,69)	R\$ (877.858.670,54)
FORNECEDORES		R\$ 712.417.625,02	R\$ 837.043.596,51
FORNECEDORES NACIONAIS		R\$ 563.664.171,01	R\$ 684.570.959,30
FORNECEDORES ESTRANGEIROS		R\$ 149.521.422,55	R\$ 153.088.110,00
(-) FORNECEDORES TRANSITORIOS		R\$ (767.968,54)	R\$ (615.472,79)
OBRIGACOES EMPREGATICIAS		R\$ 417.428.640,46	R\$ 343.602.720,29
OBRIGACOES COM PESSOAL		R\$ 100.355.332,18	R\$ 122.500.720,42
ENCARGOS S. OBRIGACOES EMPREGATICIAS		R\$ 44.824.853,03	R\$ 47.132.064,13
PROVISOES		R\$ 272.242.359,43	R\$ 173.954.800,89
(-) OBRIGACOES COM PESSOAL - INTERNACIONAL		R\$ (23.878,46)	R\$ 13.343,92
ENCARGOS S. OBRIGACOES EMPREGATICIAS - INTERNACIONAL		R\$ 29.974,28	R\$ 1.790,93
OBRIGACOES FISCAIS		R\$ 68.224.065,44	R\$ 94.790.601,74
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES		R\$ 37.133.771,63	R\$ 44.856.494,17
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES RETIDOS		R\$ 29.303.819,11	R\$ 43.897.569,32
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES S IMPORTACAO		R\$ 1.814.238,36	R\$ 6.021.320,42
(-) TRANSITORIA OBRIGACOES FISCAIS		R\$ (27.763,66)	R\$ 15.217,83
CONTAS A PAGAR		R\$ 573.826.273,75	R\$ 802.532.584,65
CONTAS A PAGAR		R\$ 96.252.037,42	R\$ 142.370.063,63
& DESPESAS POR COMPETENCIA		R\$ 477.574.236,33	R\$ 660.162.521,02
ARRENDAMENTO DIVERSOS		R\$ 28.888.332,72	R\$ 21.315.523,35
ARRENDAMENTO DE AERONAVES		R\$ 26.961.688,66	R\$ 21.221.092,80

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A
 Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019 CNPJ: 09.296.295/0001-60
 Número de Ordem do Livro: 142
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ARRENDAMENTO DE APUS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ARRENDAMENTO DE MOTORES		R\$ 1.926.644,06	R\$ 94.430,55
OUTRAS OBRIGACOES		R\$ 2.544.374.410,34	R\$ 2.749.891.082,37
ARRECADACOES AEROPORTUARIAS		R\$ 151.216.742,83	R\$ 174.252.285,99
TRANSPORTES A EXECUTAR		R\$ 1.670.081.237,62	R\$ 1.400.800.756,74
RECEITA A EXECUTAR		R\$ 541.599.628,35	R\$ 707.770.747,06
VALORES EM TRANSITO		R\$ 488.826,58	R\$ 510.075,07
TAXAS AEROPORTUARIAS INTERNACIONAIS		R\$ 80.517.437,29	R\$ 72.826.327,81
IFRS 16 - FORNECEDORES - ARRENDAMENTO A PAGAR EXIGIVEL A LONGO PRAZO		R\$ 100.470.537,67	R\$ 393.730.889,70
OBRIGACOES		R\$ 14.334.952.268,40	R\$ 15.500.635.399,73
OBRIGACOES COM EMPRESAS RELACIONADAS		R\$ 2.637.040.873,97	R\$ 3.355.498.384,91
OBRIGACOES COM EMPRESAS RELACIONADAS		R\$ 1.795.068.608,65	R\$ 1.758.019.199,16
OUTRAS OBRIGACOES		R\$ 691.005.926,08	R\$ 1.444.957.377,41
OUTROS PASSIVOS		R\$ 150.966.339,24	R\$ 152.521.808,34
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 11.545.920.243,72	R\$ 11.961.713.121,46
CONTRATOS EMPRESTIMOS-M.NACIONAL		R\$ 783.259.054,64	R\$ 941.100.371,94
DEBENTURES		R\$ 700.000.000,00	R\$ 450.000.000,00
IFRS 16 - ARRENDAMENTO A PAGAR - AERONAVES - LP		R\$ 13.139.232.558,07	R\$ 13.813.824.131,22
(-) IFRS 16 - (-) JUROS SOBRE ARRENDAMENTO A PAGAR - AERONAVES - LP		R\$ (3.076.571.368,99)	R\$ (3.243.211.381,70)
PROVISÕES		R\$ 65.222.653,82	R\$ 64.123.838,59
PROVISÕES CONTINGENCIAS DOMESTICAS		R\$ 61.293.760,67	R\$ 59.872.751,76
PROVISÕES CONTINGENCIAS INTERNACIONAIS		R\$ 3.928.893,15	R\$ 4.251.086,83
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES		R\$ 86.768.496,92	R\$ 119.300.054,80
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES		R\$ 86.768.496,92	R\$ 119.300.054,80
(-) PASSIVO A DESCOBERTO		R\$ (0,03)	R\$ (0,03)
(-) PASSIVO A DESCOBERTO		R\$ (0,03)	R\$ (0,03)
(-) PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ (3.009.439.775,67)	R\$ (5.324.874.277,64)
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.825.897.029,05	R\$ 2.825.897.029,05
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R\$ 2.825.897.029,05	R\$ 2.825.897.029,05
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R\$ 2.825.897.029,05	R\$ 2.825.897.029,05
RESERVA DE CAPITAL		R\$ 29.537.735,82	R\$ 103.679.416,10

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A

Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 09.296.295/0001-60

Número de Ordem do Livro: 142

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
RESERVA DE CAPITAL		R\$ 29.537.735,82	R\$ 103.679.416,10
RESERVA DE CAPITAL		R\$ 29.537.735,82	R\$ 103.679.416,10
(-) RESERVA DE LUCRO		R\$ (234.128.023,47)	R\$ (158.754.755,03)
(-) RESERVA PARA EXPANSAO		R\$ (234.128.023,47)	R\$ (158.754.755,03)
(-) RESERVA PARA EXPANSAO		R\$ (234.128.023,47)	R\$ (158.754.755,03)
(-) PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ (5.630.746.517,07)	R\$ (8.095.695.967,76)
(-) PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ (5.630.746.517,07)	R\$ (8.095.695.967,76)
(-) PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ (5.630.746.517,07)	R\$ (8.095.695.967,76)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A

Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 09.296.295/0001-60

Número de Ordem do Livro: 142

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) RESULTADO DO PERÍODO		R\$ (0,00)	R\$ (2.375.021.498,28)
(-) RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO ANTES DO IRPJ E DA CSLL - ATIVIDADE GERAL		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) RESULTADO OPERACIONAL		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
RECEITA LIQUIDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECEITA BRUTA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
receita de exportação de serviços		R\$ 0,00	R\$ 0,00
receita da prestação de serviços no mercado interno		R\$ 0,00	R\$ 0,00
outras receitas da atividade geral		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) CUSTO DOS BENS E SERVIÇOS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) CUSTO DOS BENS E SERVIÇOS VENDIDOS DAS ATIVIDADES EM GERAL		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) custo dos serviços prestados		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DAS ATIVIDADES EM GERAL		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
variações cambiais ativas		R\$ 0,00	R\$ 0,00
outras receitas financeiras		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) receita de aluguel de bens móveis - atividade nao principal		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS DAS ATIVIDADES EM GERAL		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) ordenados, salários, gratificações e outras remunerações a empregados		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) outros gastos com pessoal		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) outros serviços prestados por pessoa física ou jurídica		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
INSS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) encargos sociais - fgts		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
VALE REFEICAO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
arrendamento mercantil		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) aluguéis		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) multas		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
provisao para perda de estoque		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) demais provisoes		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
assistência médica, odontológica e farmacêutica a empregados		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) despesas com telefone e internet		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) despesas com seguros		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) benefícios previdenciários a empregados		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.6 do Visualizador

D4Sign 4716acf0-b386-4c6a-bbd1-2f7225464b3a - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Página 1 de 4

165

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A

Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 09.296.295/0001-60

Número de Ordem do Livro: 142

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DAS ATIVIDADES EM GERAL		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
variações cambiais passivas		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) outras despesas financeiras		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) outras despesas operacionais		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) OUTRAS RECEITAS, OUTRAS DESPESAS E RESULTADO DE OPERACOES DESCONTINUADAS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) OUTRAS RECEITAS, OUTRAS DESPESAS E RESULTADO DE OPERACOES DESCONTINUADAS DAS ATIVIDADES EM GERAL		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) valor contábil dos bens e direitos do ativo não circulante investimentos, intangível e imobilizado alienados		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
RECEITAS		R\$ 0,00	R\$ 16.077.413.679,99
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		R\$ 0,00	R\$ 9.656.744.237,80
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R\$ 0,00	R\$ 10.174.244.943,26
RECEITA DE LINHAS DOMESTICA		R\$ 0,00	R\$ 8.935.099.949,25
TRANSP.TURISTICO.SERVICOS CONTRATADOS DOMESTICO		R\$ 0,00	R\$ 25.776.354,10
(-) AZUL VIAGENS		R\$ (0,00)	R\$ (9.893,26)
RECEITA DE LINHAS INTERNACIONAI		R\$ 0,00	R\$ 1.070.261.820,93
TRANSP.TURISTICO.SERVICOS CONTRATADOS INTERNACIONAL		R\$ 0,00	R\$ 4.045.585,61
SERVICOS DE EXPORTACAO		R\$ 0,00	R\$ 139.118.837,73
(-) OUTRAS RECEITAS		R\$ 0,00	R\$ (47.711,10)
(-) DEDUCOES DA RECEITA		R\$ (0,00)	R\$ (517.500.705,46)
(-) IMPOSTOS INCIDENTES S VENDAS		R\$ (0,00)	R\$ (359.262.112,22)
(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS		R\$ (0,00)	R\$ (158.238.593,24)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 0,00	R\$ 6.420.664.150,66
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 4.452.337.846,76
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 2.259.473.408,74
IFRS 16 - JUROS SOBRE SOBRE SUB LEASING		R\$ 0,00	R\$ 2.192.864.438,02
RECEITAS DIVERSAS		R\$ 0,00	R\$ 1.968.326.303,90
RECEITAS DIVERSAS		R\$ 0,00	R\$ 1.295.504.660,43
RECEITAS DIVERSAS INTERNACIONAL		R\$ 0,00	R\$ 672.821.643,47
RECEITAS NAO OPERACIONAIS		R\$ (0,00)	R\$ 5.291,53
RECEITAS NAO OPERACIONAIS DIVERSAS		R\$ (0,00)	R\$ 5.291,53
INDENIZACOES RECEBIDAS		R\$ (0,00)	R\$ 5.291,53
(-) DESPESAS		R\$ (0,00)	R\$ (18.452.435.178,27)

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A

Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 09.296.295/0001-60

Número de Ordem do Livro: 142

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) DESPESAS POR ESPECIES		R\$ (0,00)	R\$ (12.135.574.027,34)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R\$ (0,00)	R\$ (2.059.846.906,99)
HONORARIOS DA ADMINISTRACAO		R\$ 0,00	R\$ 1.600,00
(-) ORDENADOS DE FUNCIONARIOS		R\$ (0,00)	R\$ (1.115.234.413,44)
(-) ORDENADOS DE TRIPULANTES-VARIAVEL		R\$ (0,00)	R\$ (142.472.058,58)
(-) ENCARGOS SOCIAIS S.FOLHA DE PGTO.		R\$ (0,00)	R\$ (405.108.960,32)
(-) DIARIAS E DESPESAS DE VIAGEM		R\$ (0,00)	R\$ (206.359.244,54)
(-) OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL		R\$ (0,00)	R\$ (173.009.662,03)
(-) ORDENADOS DE FUNCIONARIOS - INTERNACIONAL		R\$ (0,00)	R\$ (14.865.765,16)
(-) ENCARGOS SOCIAIS S.FOLHA DE PGTO. - INTERNACIONAL		R\$ (0,00)	R\$ (2.450.890,81)
(-) OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL - INTERNACIONAL		R\$ (0,00)	R\$ (347.512,11)
(-) DESPESAS GERAIS		R\$ (0,00)	R\$ (4.937.991.664,60)
(-) PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS		R\$ (0,00)	R\$ (3.244.562.846,94)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS DIVERSAS		R\$ (0,00)	R\$ (478.825.869,01)
(-) TARIFAS AEROPORTUARIAS		R\$ (0,00)	R\$ (724.970.970,11)
(-) COMUNICACOES		R\$ (0,00)	R\$ (22.796.253,97)
(-) DESPESAS EVENTUAIS DE VOO		R\$ (0,00)	R\$ (73.403.073,63)
(-) AGUA, ESGOTO E GAS		R\$ (0,00)	R\$ (4.012.885,53)
(-) SERVICOS DE TERCEIROS		R\$ (0,00)	R\$ (297.825.684,95)
(-) ARRENDAMENTOS E ALUGUEIS EM GERAL		R\$ (0,00)	R\$ (28.705.211,11)
(-) HANDLING E CATERING - INTERNACIONAL		R\$ (0,00)	R\$ (62.888.869,35)
(-) DEPRECIACAO E AMORTIZACAO		R\$ (0,00)	R\$ (4.719.932.185,44)
(-) DEPRECIACAO EM GERAL		R\$ (0,00)	R\$ (498.097.444,68)
(-) AMORTIZACOES EM GERAL		R\$ (0,00)	R\$ (85.387.113,31)
(-) IFRS 16 - DEPRECIACAO - DIREITO DE USO - AERONAVES		R\$ (0,00)	R\$ (1.081.220.356,22)
(-) IMPE1 - REAVALIACAO DE ATIVOS		R\$ (0,00)	R\$ (3.055.227.271,23)
(-) DESPESAS COMERCIAIS		R\$ (0,00)	R\$ (417.803.270,31)
(-) DESPESAS COMERCIAIS		R\$ (0,00)	R\$ (416.876.014,85)
(-) DESPESAS COMERCIAIS INTERNACIONAL		R\$ (0,00)	R\$ (927.255,46)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR ESPECIES		R\$ (0,00)	R\$ (6.184.642.104,19)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS		R\$ (0,00)	R\$ (6.184.642.104,19)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS		R\$ (0,00)	R\$ (76.661.122,17)

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.6 do Visualizador

D4Sign 4716acf0-b386-4c6a-bbd1-2f7225464b3a - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Página 3 de 4

167

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A
 Período da Escrituração: 01/12/2019 a 31/12/2019 CNPJ: 09.296.295/0001-60
 Número de Ordem do Livro: 142
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) SERVICOS DE TERCEIROS ADMINISTRATIVO		R\$ (0,00)	R\$ (324.571.991,04)
(-) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES		R\$ (0,00)	R\$ (21.846.383,99)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (0,00)	R\$ (2.389.745.234,60)
(-) DESPESAS COM PROVISOES E INDEDUTIVEIS		R\$ (0,00)	R\$ (83.079.387,01)
(-) DESPESAS COM PROVISOES E INDEDUTIVEIS INTERNACIONAIS		R\$ (0,00)	R\$ (9.913.483,28)
(-) IFRS 16 - JUROS SOBRE ARRENDAMENTO - AERONAVES		R\$ (0,00)	R\$ (3.278.824.502,10)
(-) DESPESAS EVENTUAIS		R\$ (0,00)	R\$ (216.930.530,18)
(-) DESPESAS NAO OPERACIONAIS		R\$ (0,00)	R\$ (216.930.530,18)
(-) CUSTO DE ALIENACAO DE BENS PERMANENTES		R\$ (0,00)	R\$ (216.930.530,18)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUICAO SOCIAL		R\$ 0,00	R\$ 84.711.483,44
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUICAO SOCIAL		R\$ 0,00	R\$ 84.711.483,44
IMPOSTOS DIFERIDOS		R\$ 0,00	R\$ 84.711.483,44

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35300359534	CNPJ 09.296.295/0001-60	
NOME EMPRESARIAL AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/12/2019 a 31/12/2019
NATUREZA DO LIVRO Livro Diario	NÚMERO DO LIVRO 142
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 13.7A.76.0D.AB.79.0B.DC.25.04.22.69.2C.77.D2.C2.3D.3E.96.54	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	21849448825	MARIANA CAMBIAGHI LOURENCO:21849448825	7366171641194993713	24/04/2019 a 23/04/2022	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	09296295000160	AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S A:09296295000160	8091896736303569231	16/09/2019 a 15/09/2020	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

13.7A.76.0D.AB.79.0B.DC.25.04.22.69.
2C.77.D2.C2.3D.3E.96.54-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 31/07/2020 às 01:51:37

B1.29.1A.A4.96.37.A4.D3
60.F2.D4.2F.04.C6.95.34

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014

D4Sign 4716acf0-b386-4c6a-bbd1-2f7225464b3a - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

CERTIFICADO DE OPERADOR AÉREO
AIR OPERATOR CERTIFICATE (AOC)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
NATIONAL CIVIL AVIATION AGENCY



AOC #: 2008-11-OAZU-01-00

Data de vencimento (Expiry Date):

Este certificado, emitido de acordo com a legislação em vigor, terá validade ilimitada, salvo em caso de cancelamento, suspensão ou revogação pela Autoridade de Aviação Civil Brasileira.

This Certificate Shall remain valid for an unlimited duration, unless the approval is cancelled, suspended or revoked by Brazilian Civil Aviation Authority.

Nome da empresa (Operator Name)
AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.

Nome Comercial (Dba Trading Name)
AZUL LINHAS AÉREAS

Endereço (Address):

Av. Marcos Penteado de Ujhôa Rodrigues, 939
Edif. Castello Branco Office Park - Torre Jatobá -
10º andar - Alphaville Industrial
CEP.: 06460-040 – Barueri - SP

Telefone (telephone): +55 (11) 4134 9812

Fax (Fax): +55 (11) 4191-3652

Email: diretoroperacoes@voeazul.com.br

PONTOS DE CONTATO OPERACIONAL

Informações detalhadas para contatos, a qualquer momento, com o pessoal de gerenciamento operacional da empresa de transporte aéreo estão listadas no seguinte documento que se encontra a bordo da(s) aeronave(s):

OPERATIONAL POINTS OF CONTACT
Contact details, at which operational management can be contacted without undue delay, are listed in following document:

Especificações Operativas
(Operating Specifications)

O presente documento certifica que a AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A está autorizada a realizar operações comerciais de transporte aéreo público, segundo o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) 121, conforme definido nas Especificações Operativas em anexo, de acordo com o Manual Geral de Operações aceito e em conformidade com as demais normas, regulamentos e padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Aviação Civil.

This certificate certifies that AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A is authorized to perform commercial air operation under the requirements of the Brazilian Civil Aviation Regulation (RBAC) 121, as defined in the attached operations specifications, in accordance with the general operations manual and compliance with rules, requirement and standards established by the National Civil Aviation Agency – Brazil.

Local e data da emissão (Place and data of issued)

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2013

Rio de Janeiro, May 15th, 2013

Nome, Título e Assinatura (Name, Title and Signature)

Nome do Superintendente

Wagner William de Souza Moraes
Superintendente de Segurança Operacional
Operational Safety Superintendent



Agência Nacional de Aviação Civil

Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Áreas de Concessionárias – Lote 5
2º andar - Sala 201 - Brasília-DF - Cep.: 71.608-900
Tel.: (061) 3366-9262 Tel./Fax.: (61) 3366-9267

Ofício nº 065 / 2008 / DIR / MPG

Brasília, 2 de dezembro de 2008.

A Sua Senhoria o Senhor

DAVID GARY NEELEMAN

Diretor-Presidente da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

Alameda Surubiju, 2010 – Alphaville Industrial

06455-040 – Barueri – SP

Tel: (11) 4134-9886

Fax: (11) 4134-9890

Assunto: **Contrato de Concessão - Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.**

Prezado Senhor,

1. Encaminho a Vossa Senhoria 1 (uma) via do contrato de concessão para exploração de serviço de transporte aéreo público regular de passageiros, cargas e mala postal, doméstico e internacional, firmado entre a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (anexo).
2. Por oportuno, informo que o extrato do referido contrato de concessão foi publicado no Diário Oficial da União - DOU nº. 232, seção 3, página 44, de 28 de novembro de 2008, retificado no DOU nº 233, seção 3, página 46, de 1º de dezembro de 2008, cópias anexas.
3. Na oportunidade, coloco-me à disposição de Vossa Senhoria para tratar de quaisquer assuntos afetos às atribuições desta Agência.

Atenciosamente,


Marcelo Pacheco dos Guaranys
Diretor





A **AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL**, autarquia federal sob regime especial, criada pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, ora denominada ANAC, no exercício da competência que lhe foi atribuída no inciso XIV do art. 8º de sua Lei de criação, representando a União, outorga por este contrato administrativo, firmado por sua Diretora-Presidente SOLANGE PAIVA VIEIRA, após deliberado favoravelmente por sua Diretoria em reunião realizada na data de 18 de novembro de 2008, **CONCESSÃO PARA A EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO PÚBLICO DE PASSAGEIROS, CARGA E MALA POSTAL, DE NATUREZA REGULAR, EM ÂMBITO DOMÉSTICO E INTERNACIONAL**, como definido no art. 175 do Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986) à sociedade empresária **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 09.296.295/0001-60, com sede na Alameda Surubiju, 2.010 e 2.050, parte, bairro Alphaville, Barueri-SP, CEP 06455-040, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, ora representada pelo Sr. DAVID GARY NEELEMAN, brasileiro, casado, portador do passaporte CV nº 879078 e inscrito no CPF/MF sob o nº 744.573.731-68, com escritório na Av. Rio Branco, nº 1, 14º andar, parte, CEP 20090-003, Rio de Janeiro/RJ, em vista do que consta no processo administrativo nº 60800.015255/2008-49, que passa a fazer parte integrante deste contrato, e nos termos do disposto na letra "c" do inciso XII do art. 21 da Constituição, bem como no art. 180 do Código Brasileiro de Aeronáutica.

CLÁUSULA PRIMEIRA: A concessionária tem o direito de explorar o serviço de transporte aéreo público de passageiros, carga e mala postal, regular, doméstico e internacional, em todo o território nacional e nos países com os quais o Brasil mantenha tratados, acordos ou convenções que reconheçam esse direito em seu território.

§1º A operação dos serviços aéreos internacionais, a que se refere o *caput*, depende de designação específica para a sua realização, observadas as normas pertinentes e o disposto nos acordos aéreos internacionais.

§2º As linhas constantes do plano básico de linhas, referido na autorização de

previstos nos respectivos horários de transporte (HOTRAN), aprovados pela ANAC, aplicando-se a partir da assinatura do presente instrumento as regras constantes da Portaria DAC nº 569/GC5, de 5 de setembro de 2000.

§3º De ofício, ou a requerimento da concessionária, atendido o interesse público, a ANAC poderá alterar, acrescentar ou suprimir linhas, escalas, frequências e horários constantes dos horários de transporte (HOTRAN), observada a legislação pertinente e os atos normativos expedidos pela ANAC.

CLÁUSULA SEGUNDA: É vedada a subconcessão, salvo nos casos e circunstâncias definidos por ato normativo da ANAC.

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de validade desta concessão é de 10 (dez) anos, desde que atendidas pela concessionária as condições legais e técnicas exigidas pela Constituição, pelas leis, decretos e atos normativos da ANAC.

Parágrafo único. Em caso de alteração do instituto jurídico de delegação do serviço público de transporte aéreo regular, em decorrência da implementação do disposto na Resolução nº 7, de 6 de novembro de 2008, do Conselho Nacional de Aviação Civil, a CONCESSIONÁRIA será chamada para adequação do presente instrumento, sem prejuízo da continuidade da exploração dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA: A concessionária é obrigada a manter-se nas mesmas condições exigidas para a obtenção da concessão, conforme consta dos autos do processo nº 60800.015255/2008-49, assim como deve atender às disposições estabelecidas nos regulamentos da ANAC.

§1º A concessionária obriga-se a fazer prova de sua adimplência com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação das respectivas Certidões de Regularidade, bem como para com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em todo o período de vigência do presente contrato, e a manter-se em dia com essas obrigações, podendo a ANAC, a qualquer tempo, exigir a correspondente comprovação de regularidade.

§2º A concessionária deverá dispor de pessoal, aeronaves e equipamentos suficientes para assegurar a execução dos serviços concedidos dentro do exigido padrão de segurança e qualidade na prestação do serviço, conforme definidos na legislação e nos atos normativos da ANAC.

§3º A concessionária deverá submeter à aprovação da ANAC suas normas de operação e manutenção, dentro do prazo que lhe for fixado, assim como, previamente, qualquer alteração que nelas queira introduzir, ficando ainda obrigada a permitir que agentes credenciados da ANAC fiscalizem diretamente suas atividades relacionadas com a manutenção e a operação, em qualquer de suas fases.

CLÁUSULA QUINTA: Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço concedido serão estabelecidos em atos normativos aplicáveis a todas as concessionárias que explorem o serviço de transporte aéreo público de passageiros, carga ou mala postal, regular, doméstico e internacional, editados pela ANAC, ou que constem de lei ou decreto.

CLÁUSULA SEXTA: Os direitos e deveres dos usuários são aqueles definidos pelas leis de proteção ao consumidor, em especial a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, pelas leis que regulamentam a prestação do serviço concedido, em especial a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, pelo Código Civil, pelo Código Brasileiro de Aeronáutica e pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, bem como pelas normas editadas pela Agência Nacional de Aviação Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA: A concessão objeto deste contrato pressupõe a prestação de serviço adequada ao pleno atendimento dos usuários.

§1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, conforme definido nos atos normativos da ANAC e na legislação em geral.

§2º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança, desde que a concessionária não lhes tenha dado causa.

CLÁUSULA OITAVA: A forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos documentos contábeis e financeiros, dos métodos e práticas de execução do serviço, serão definidos em atos normativos da ANAC, entidade pública que também é responsável pela fiscalização e aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

§1º A concessionária prestará regularmente contas dos resultados das operações realizadas através da apresentação de relatórios estatístico-financeiros, de conformidade com as normas estabelecidas pela ANAC.

§2º Além da prestação regular de contas, prevista nesta CLÁUSULA, a ANAC poderá exigir da concessionária a apresentação de relatórios estatísticos e financeiros anuais, periódicos ou especiais, sobre as suas operações, devendo instruir sobre a maneira e a forma de elaboração de tais relatórios. Poderá exigir também da concessionária a apresentação de cópia fiel de qualquer contrato, acordo ou entendimento de que tenha participado.

§3º Independente da tomada periódica de contas, os agentes devidamente credenciados da ANAC terão acesso, a qualquer momento, à contabilidade da concessionária, podendo examinar qualquer conta relacionada aos serviços aéreos objeto deste contrato ou documento que a instrua.

CLÁUSULA NONA: A concessionária se sujeita às penalidades administrativas previstas em leis, decretos e regulamentos, aplicáveis ao presente contrato ou à prestação do serviço público objeto desta concessão, bem como àquelas de caráter pecuniário e administrativo definidas em ato normativo expedido pela ANAC ou contidas neste instrumento contratual.

§1º É competente a ANAC para aplicar as penalidades administrativas e pecuniárias, bem como executá-las judicial e extrajudicialmente, respeitadas as competências da Procuradoria-Geral Federal.

§2º Previamente à aplicação das penalidades, a ANAC garantirá à concessionária o amplo direito de defesa, o direito ao contraditório e ao devido processo legal, sempre observando as normas que regulam o processo administrativo, em especial a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§3º O descumprimento de qualquer cláusula deste contrato, de lei, decreto ou ato normativo da ANAC poderá ensejar a aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão ou decretação da caducidade da concessão, sendo a espécie e gradação da

penalidade definidos pela pena cominada à infração, como estabelecido em lei, em decreto ou em ato normativo da ANAC.

CLÁUSULA DÉCIMA: Extingue-se a concessão pelo advento do termo contratual; pela encampação do serviço; pela aplicação da pena de caducidade; pela rescisão; pela anulação; e pela falência ou extinção da concessionária.


Parágrafo único. A rescisão se dará por solicitação da concessionária ou por ato unilateral da ANAC, quando verificar que a concessionária perdeu qualquer das condições exigidas para obtenção da concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A concessionária fará publicar suas demonstrações financeiras periodicamente, conforme definido em ato normativo da ANAC.

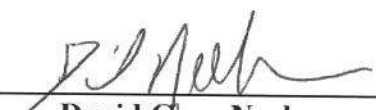
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A concessionária obriga-se a cumprir e fazer cumprir, por seus prepostos, todas as disposições previstas em leis, decretos, regulamentos e demais atos expedidos pela ANAC, aplicáveis ao presente contrato ou à prestação do serviço público objeto desta concessão, vigentes ou que vierem a vigorar.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: É eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para a solução amigável ou judicial das divergências que possam surgir da aplicação ou interpretação deste contrato.

Brasília, 26 de novembro de 2008




Solange Paiva Vieira
Diretora-Presidente da ANAC




David Gary Neeleman
Diretor Presidente da AZUL

Testemunhas:



RG: 1726223 SSP/DF



RG: 04492488-5

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 50/2008**

- Aquisição de 10 (dez) grupos geradores com potência de 6 KVA, cada um, consoante especificações do Termo de Referência anexo "A" do Edital. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 28/11/2008 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h59. ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios Bloco Q Sala 231 Zona Cívico Militar - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 28/11/2008 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/12/2008 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br.

ERCILIO RIBEIRO OLIVEIRA
Pregoeiro

(SIDEIC - 27/11/2008) 110404-00001-2008NE900660

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2008**

Nº Processo: 60800041577200843. Contratante: AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC. CNPJ Contratado: 05500641000129. Contratado: GIOM COMERCIO E REPRESENTACOES DE MOVEIS LTDA. Objeto: Fornecimento de mobiliários, incluindo entrega, montagem, instalação e garantia para atendimento a ANAC, na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Fundamento Legal: Lei 10.520/2002, dos Decretos nº 3.555/2001, 3.722/2001; Decreto 5.450/2005; Lei 8.666/1993. Vigência: 04/11/2008 a 03/12/2008. Valor Total: R\$2.672.111,00. Fonte: 680120069 - 2008NE901295 Fonte: 680120069 - 2008NE901296. Data de Assinatura: 04/11/2008.

(SICON - 27/11/2008) 523001-52201-2008NE900001

**AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 55/2008**

- Aquisição de material permanente para suprir as necessidades das Gerências Regionais, das Superintendências e das Assessorias da Agência Nacional de Aviação Civil. Total de Itens Licitados: 00063. Edital: 28/11/2008 de 09h00 às 11h30 e de 14h às 17h00. ENDEREÇO: EQSW 304/504 - Lote 2 - Edifício Atrium - Sala 301 Sudoeste - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 28/11/2008 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/12/2008 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br.

(SIDEIC - 27/11/2008) 523001-52201-2008NE900001

PREGÃO Nº 59/2008

- Fornecimento e instalação de persianas horizontais em instalações da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), no Rio de Janeiro (RJ). Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 28/11/2008 de 09h00 às 11h30 e de 14h às 17h00. Endereço: EQSW 304/504 - Lote 2 - Edifício Atrium - Sala 301 Sudoeste - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 28/11/2008 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/12/2008 às 14h00 site www.comprasnet.gov.br.

ERICSSON LIMA MACEDO
Pregoeiro

(SIDEIC - 27/11/2008) 523001-52201-2008NE900001

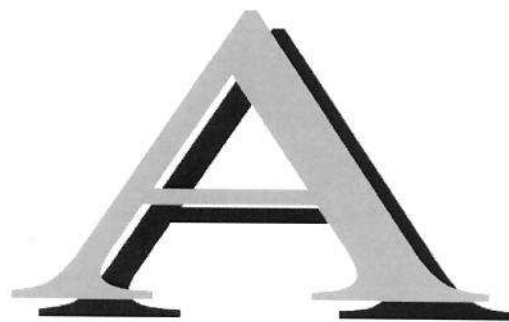
EXTRATO DE CONCESSÃO

1) ESPÉCIE: Contrato de Concessão; 2) PROCESSO nº 60800.015255/2008-49; 3) CONCEDENTE: A União, por intermédio da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; 4) CONCESSIONÁRIA: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº. 09.296.295/001-60; 5) OBJETO: o direito de explorar o serviço de transporte aéreo público regular de cargas e mala postal, doméstico e internacional, em todo território nacional e nos países com os quais o Brasil mantenha tratados, acordos ou convenções que reconheçam esse direito em seu território; 6) DATA DE ASSINATURA: Brasília, 26 de novembro de 2008; 7) VIGÊNCIA: 10 (dez) anos, desde que atendidas pela concessionária as condições legais e técnicas exigidas pela Constituição, pelas leis, decretos e atos normativos da ANAC; 8) SIGNATÁRIOS: Solange Paiva Vieira, Diretora-Presidente da ANAC, e David Gary Neeleman, Diretor-Presidente da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

**SUPERINTENDÊNCIA DE INFRA -
ESTRUTURA AEROPORTUARIA****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Termo Aditivo Nº 00001/2008 ao Convênio Nº 00002/2008. Nº Processo: 60830010165200812. Conveniente: Concedente: SUPERINT. DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA, Unidade Gestora: 523016. Gestão: 52201. Conveniente: MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, CNPJ nº 18.715.615/0001-60. Objeto: Alterar a conta corrente específica e substituir a Nota de Empenho para o CNPJ da SETOP - Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas.. Crédito Orçamentário: PTRES: 1447. Fonte Recurso: 0250120380. ND: 443051. Num Empenho: 2008NE906006. Data de Assinatura: 27/11/2008. Signatários: Concedente: SOLANGE PAIVA VIEIRA, CPF nº 972.913.317-49, Conveniente: FUAD JORGE NOMAN FILHO, CPF nº 009.880.816-87.

(SICONV - 27/11/2008)



informação
oficial
ao seu
alcance





SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL
EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo IL Nº 0034/ADPA/SRPA/2008 - Credenciado: ADRIANA GOMES ANDRIGHETTO. Objeto: Credenciamento para prestação de serviços odontológicos aos empregados da INFRAERO e respectivos dependentes, lotados nos Aeroportos de Porto Alegre e Grande Porto Alegre), Bagé, Pelotas e Uruguaiana/RS e Forquilha/SC. Vigência: 60 (sessenta) meses. Fundamento Legal: Caput do Art. 25 do Regulamento de Licitações e Contratos da INFRAERO. Declaração de Inexigibilidade em: 27/11/2008 - LILIANE DUARTE CENTENA - Gerente de Superintendência Regional. Ratificação em: 28/11/2008, MARCO AURELIO FRANCESCOCHI - Superintendente Regional em Exercício.

Processo IL Nº 0036/ADPA/SRPA/2008 - Credenciado: PEDRO PAES VIEIRA. Objeto: Credenciamento para prestação de serviços odontológicos aos empregados da INFRAERO e respectivos dependentes, lotados nos Aeroportos de Porto Alegre e Grande Porto Alegre), Bagé, Pelotas e Uruguaiana/RS e Forquilha/SC. Vigência: 60 (sessenta) meses. Fundamento Legal: Caput do Art. 25 do Regulamento de Licitações e Contratos da INFRAERO. Declaração de Inexigibilidade em: 27/11/2008 - LILIANE DUARTE CENTENA - Gerente de Superintendência Regional. Ratificação em: 28/11/2008, MARCO AURELIO FRANCESCOCHI - Superintendente Regional em Exercício.

Processo IL Nº 0037/ADPA/SRPA/2008 - Credenciado: SERMAF - SERVIÇO DE RADIOLOGIA MAXILO FACIAL S/C. Objeto: Credenciamento para prestação de serviços odontológicos aos empregados da INFRAERO e respectivos dependentes, lotados nos Aeroportos de Porto Alegre (e Grande Porto Alegre), Bagé, Pelotas e Uruguaiana/RS e Forquilha/SC. Vigência: 60 (sessenta) meses. Fundamento Legal: Caput do Art. 25 do Regulamento de Licitações e Contratos da INFRAERO. Declaração de Inexigibilidade em: 27/11/2008 - LILIANE DUARTE CENTENA - Gerente de Superintendência Regional. Ratificação em: 28/11/2008, MARCO AURELIO FRANCESCOCHI - Superintendente Regional em Exercício.

AEROPORTO DE NAVEGANTES -
MINISTRO VICTOR KONDER

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Contrato de Concessão de Uso de Área Sem Investimento nº 02.2008.034.0014. Contratante: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária. Dependência: Aeroporto Internacional de Navegantes, em Navegantes - SC. Representante: Sérgio Luis Canez - Superintendente e Edson Antunes Nogueira - Encarregado de Atividades Comerciais do Aeroporto. Contratada: Vit Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. Representante: Jorge Barouki. Objeto: Concessão de uso de área para guarda de suprimento de rampa. Início em 15 de dezembro de 2008. Término: 14 de dezembro de 2010. Valor Global: R\$1.893,60 (mil oitocentos e noventa e três reais e sessenta centavos). Fundamento Legal: Art. 1º da Lei 5.332/1967 e Art. 40 da Lei 7563/1986. Data da assinatura: 25 de novembro de 2008.

AEROPORTO INTERNACIONAL SALGADO FILHO
(PORTO ALEGRE)

EXTRATO DE DISTRATO

Termo de Distrato 006-MC/2008/0013 do Contrato 0169-MC/2006/0013. Contratante: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária. Dependência: Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre - RS. Representantes: Marco Aurelio Franceschi - Superintendente Adjunto - PAAD e Jorge Herdina - Gerente de Logística de Carga - LCPA. Contratada: AIR SPECIAL Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. Objeto: Distrato do contrato a partir de 30 de novembro de 2008 inclusive, de comum acordo entre as partes. Fundamento legal: inciso II do artigo 79 da Lei nº 8.066 de 21/06/1993. Data da assinatura: 26/11/2008.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E SISTEMAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/DALC/SEDE/2008

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de persiana vertical em tecido juta resinado, cor bege, com 9 (nove) cm de largura, no total de 1200 (mil e duzentos) m², pelo sistema de registro de preços. Horário, data, e local de abertura: às 09:00h, do dia 11 de dezembro de 2008, no site <http://licitacoes-e.com.br>. O Edital poderá ser obtido a partir da publicação deste aviso, nos seguintes endereços eletrônicos: http://licitacao.infraero.gov.br/portal_licitacao ou <http://licitacoes-e.com.br>. Informações: Coordenação de Compras e Sistemas/LCL12, tel: (61) 3312-3311 ou fax (61) 3312-3214.

RÔMULO TORRES BRAZ
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DO CENTRO-LESTE
AEROPORTO DE ILHEUS/BAHIA - JORGE AMADO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/ILAC/SBIL/2008

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento, montagem e instalação de longarinas destinadas ao Terminal de Passageiros do Aeroporto de Ilhéus/Bahia - Jorge Amado. Horário, data, e local de abertura: às 10:15 horas do dia 11 de dezembro de 2008, no site <http://licitacoes-e.com.br>. O Edital poderá ser obtido a partir da publicação deste aviso, nos seguintes endereços eletrônicos: http://licitacao.infraero.gov.br/portal_licitacao ou <http://licitacoes-e.com.br>. Informações: Enc. de Ativ. de Adm., Finance. e Comercial - Tel.: (073) 3234-4005 ou Fax.: (073) 3234-4032.

MARIA HELENA A DA PAIXÃO
Enc. Ativ. de Adm., Finance. e Comercial

AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR -
DEP. LUIS EDUARDO MAGALHÃES

EXTRATO DE CONTRATO

Termo de Contrato nº. 0045-FM/2008/0015. Contratante: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero. Representantes: José Cassiano Ferreira Filho, Superintendente Adjunto da Regional do Centro-Leste e Sidney Brito da Silva, Gerente Regional de Administração. Dependência: Superintendência Regional do Centro-Leste, Contratada: Prodis Industrial de Móveis, Instalações e Empreendimentos Ltda. Objeto: Fornecimento, montagem e instalação de mobiliário para os escritórios administrativos da Superintendência do Centro-Leste, sediada no Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luis Eduardo Magalhães, em Salvador/BA. Prazo de vigência: 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de recebimento, pela Contrato, da Ordem de Fornecimento Programa Orçamentário: 132.07.001-0 CE: 20.116-1. Valor Global: R\$ 195.255,90. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 042/ADSV-1/SRSV/2008. Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993. Data da assinatura: 28/11/2008.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº 049-EM/2008-0015 (1º aditamento ao Convênio nº 033-EM/2007-0015). Conveniente: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero. Representantes: Elvino Ney Taqueres, Superintendente da Regional do Centro-Leste e José Cassiano Ferreira Filho, Superintendente Adjunto da Regional do Centro-Leste. Dependência: Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luis Eduardo Magalhães. Conveniente: Governo do Estado da Bahia. Representante: Jorge José Santos Pereira Solla. Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação por mais 12 meses. Código Orçamentário: 015.31105013 C.E.: 20.128-5. Fundamento legal: inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993. Data da assinatura: 27/11/2008.

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 13/ADSV-1/SRSV/2008

Objeto: Concessão de uso de área, identificada no MIX comercial com unidade Nº 14, medindo 143,00m² (cento e quarenta e três metros quadrados), localizada no saguão de embarques doméstico e internacional - área pública do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luis Eduardo Magalhães, destinada à exploração comercial da atividade de sala de atendimento especial. Horário, data, e local de abertura: às 14 horas (horário local), do dia 21 de janeiro de 2009, no Auditório da Superintendência Regional do Centro-Leste, localizado no Aeroporto Internacional de Salvador-Deputado Luis Eduardo Magalhães, Pça Gago Coutinho, s/nº, São Cristóvão, em Salvador-BA. O Edital poderá ser retirado a partir da publicação deste Edital, no endereço anteriormente mencionado, mediante comprovação de recolhimento de R\$ 20,00 (vinte reais) ou retirado no site http://www.infraero.gov.br/portal_licitacao/. Informações: Coordenação de Licitações, Tel.: (0xx71) 3204-1239, Fax (0xx71) 3204-1245.

CONCORRÊNCIA Nº 28/ADSV-1/SRSV/2008

Objeto: Concessão de uso de áreas, localizadas no edifício garagem - área pública do Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luis Eduardo Magalhães, perfazendo um total de 32,85M² (trinta e dois mil e oitocentos e cinquenta e cinco metros quadrados) conforme croqui em anexo, destinadas à exploração comercial da atividade de lounge e depósito. Horário, data, e local de abertura: às 14 horas (horário local), do dia 12 de janeiro de 2009, no Auditório da Superintendência Regional do Centro-Leste, localizado no Aeroporto Internacional de Salvador-Deputado Luis Eduardo Magalhães, Pça Gago Coutinho, s/nº, São Cristóvão, em Salvador-BA. O Edital poderá ser retirado a partir da publicação deste Edital, no endereço anteriormente mencionado, mediante comprovação de recolhimento de R\$ 20,00 (vinte reais) ou retirado no site http://www.infraero.gov.br/portal_licitacao/. Informações: Coordenação de Licitações, Tel.: (0xx71) 3204-1239, Fax (0xx71) 3204-1245.

DIANA CARNEIRO RIBEIRO DE ANDRADE
Coordenadora de Licitações

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 20/2008

Número do Contrato: 13/2007. Nº Processo: 52000.138.2007. Contratante: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - CNPJ/ Contratado: 05042606000103. Contratado: ULTRADIGITAL - COMERCIO E SERVICO -PARA ESCRITORIO LTDA-EP. Objeto: O objeto do presente Termo é a prorrogação da duração do contrato por mais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Art.57, inciso II da Lei 8666/93. Vigência: 16/11/2008 a 15/11/2009. Valor Total: R\$51.288,00. Fonte: 100000000 - 2008NE900076. Data de Assinatura: 16/11/2008.

(SICON - 28/11/2008) 110402-00001-2008NE900168

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2008

Objeto: Manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos da Clínica de Nefrologia/Diálise Total de Itens Licitados: 00001 - Edital: 01/12/2008 de 08h00 às 11h30 e de 13h às 16h00. ENDEREÇO: Estrada Contorno do Bosque s/n Cruzero Novo - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: 16/12/2008 às 09h00. Endereço: Estrada Contorno do Bosque s/n Cruzero Novo - BRASÍLIA - DF. Informações Gerais: Cópia do edital e anexos poderão ser obtidas no site www.comprasnet.gov.br ou na CPL do HFA.

JOSÉ ALEXANDRE PIRES CF-IM
Orçadeiro de Despesas

(SIDEAC - 28/11/2008) 112408-00001-2008NE900180

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 60/2008

Objeto: Pregão Eletrônico - Fornecimento de 1.500 (mil e quinhentos) garrafas de água mineral, sem gás, lacrado, com capacidade para 10 (dez) litros, para atendimento das necessidades da Superintendência de Aeronavegabilidade (SAR), da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), em São José dos Campos-SP. Total de Itens Licitados: 00001 - Edital: 01/12/2008 de 09h00 às 11h30 e de 14h às 17h00. ENDEREÇO: EQSW 304/504 - Lote 2 - Edifício Atrium - Sala 301 Sudoeste - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas, a partir de 01/12/2008 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/12/2008 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br.

ERICSSON LIMA MACEDO
Pregoeiro

(SIDEAC - 28/11/2008) 523001-52201-2008NE900001

RETIFICAÇÃO

No extrato do contrato de concessão celebrado entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., publicado no Diário Oficial da União nº 232, seção 3, página 44, de 28 de novembro de 2008, onde se lê "5) OBJETO: o direito de explorar o serviço de transporte aéreo público regular de cargas e mala postal, doméstico e internacional, em todo território nacional e nos países com os quais o Brasil mantenha tratados, acordos ou convenções que reconheçam esse direito em seu território.", leia-se "5) OBJETO: o direito de explorar o serviço de transporte aéreo público regular de passageiros, cargas e mala postal, doméstico e internacional, em todo território nacional e nos países com os quais o Brasil mantenha tratados, acordos ou convenções que reconheçam esse direito em seu território."

Ministério da Educação

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 55/2008

OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO - Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de uma solução composta de: bancos de capacitores, gerenciador da qualidade e consumo de energia elétrica, e do consumo de água potável, a serem instalados nos Edifícios Sede, Anexos I e II e do Conselho Nacional de Educação, descritas no item 3 do Termo de Referência Anexo I. Total de Itens Licitados: 00001 - Edital: 01/12/2008 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h30. Endereço: EMI BI L, Anexo I, 3 Andar, Sala 302, Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 01/12/2008 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 12/12/2008 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Valor do Edital xerografado: R\$ 9,30. Caso retirado no balcão da CPL/SA/MEC.

CLEUBER LOPES ALVES
Pregoeiro

(SIDEAC - 28/11/2008) 150002-00001-2008NE900004

ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS

(OPS SPECS)



ANAC

AGÊNCIA NACIONAL
DE AVIAÇÃO CIVIL

AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A

REVISÃO Nº 338

CERTIFICADO ETA Nº 2008-11-OAZU-01-00

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

PARTE A - INFORMAÇÕES GERAIS

A.1 INFORMAÇÕES DE CONTATO DA AUTORIDADE EXPEDIDORA

AUTORIDADE DE AVIAÇÃO CIVIL	PAÍS
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC	BRASIL
SETOR RESPONSÁVEL	
SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS - SPO GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO - 121 - GCTA	
TELEFONE	E-MAIL
+55-11-3636-8600	gcta@anac.gov.br
ENDEREÇO	
RUA RENASCENÇA, 112 - VILA CONGONHAS - SÃO PAULO - SP 04612-010 - BRASIL	

A.2 INFORMAÇÕES DO OPERADOR

RAZÃO SOCIAL	CNPJ	
AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	09.296.295/0001-60	
NOME FANTASIA	CERTIFICADO DE OPERADOR AÉREO	
AZUL LINHAS AÉREAS	2008-11-0AZU-01-00	
CONCESSÃO OU AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS	PUBLICAÇÃO	VALIDADE
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018, SEÇÃO 1, PÁGINA 166	21/11/2018	21/11/2028

ESPÉCIES DE OPERAÇÃO AUTORIZADAS					
X	REGULAR NACIONAL	X	REGULAR INTERNACIONAL	X	NÃO REGULAR

TIPOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS			
X	PASSAGEIROS	X	CARGA

A.3 ENDEREÇOS DO OPERADOR

ENDEREÇO DA SEDE ADMINISTRATIVA
Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, Alphaville Industrial, Barueri, CEP 06460-040

ENDEREÇO DA BASE PRINCIPAL DE OPERAÇÕES
Rodovia Santos Dumont, km 66, S/N, Parque Viracopos, Campinas, CEP 13055-900, SBKP

ENDEREÇO DA BASE PRINCIPAL DE MANUTENÇÃO
Rodovia Santos Dumont, km 66, S/N, Parque Viracopos, Campinas, CEP 13055-900, SBKP

ENDEREÇO DO CENTRO DE DESPACHO DE VOO PRINCIPAL
Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, Alphaville Industrial, Barueri, CEP 06460-040

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

A.4	PESSOAL DE ADMINISTRACAO REQUERIDO DO OPERADOR
-----	--

CARGO RBAC	NOME COMPLETO
Gestor Responsável	John Peter Rodgerson
Diretor de Operações	João Gabriel Macari Neto
Piloto Chefe	Michel Fernando Pasquali
Diretor de Manutenção	Reuel de Matos Oliveira
Inspetor Chefe	Paulo Kiyoshi Okubo
Diretor de Segurança Operacional	Raimundo Ivan Sena Carvalho

PARTE B - OPERAÇÕES E LIMITAÇÕES
<p>Este item apresenta apenas as autorizações de caráter geral ou que contenham limitações operacionais. A tabela apresentada na Parte D destas Especificações Operativas especifica as autorizações concedidas para cada aeronave constante da frota da empresa. As aprovações, autorizações, limitações e isenções constantes nestas Especificações Operativas permanecerão válidas durante o período de vigência do respectivo COA, a menos que a ANAC as suspenda, ou as revogue, ou que haja necessidade de sua atualização por parte de alterações na operação. O operador somente está autorizado a conduzir operações em acordo com estas Especificações Operativas, em conjunto com o seu sistema de manuais, aceitos ou aprovados pela ANAC. O operador deve portar a bordo da(s) aeronave(s) autorizada(s) cópia destas Especificações Operativas.</p>

B.1	AUTORIZAÇÕES DO OPERADOR
-----	--------------------------

B.1.1	TRANSPORTE DE ARTIGOS PERIGOSOS		
X	AUTORIZADO	NÃO AUTORIZADO	SOMENTE COMAT
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
OBSERVAÇÕES / LIMITAÇÕES / RESTRIÇÕES			
O operador está autorizado ao transporte de artigos perigosos segundo as disposições estabelecidas na regulamentação e conforme seu Manual de Artigos Perigosos - MAP e seu Programa de Treinamento de Artigos Perigosos - PTAP aprovados.			

B.1.2	PROGRAMA DE ANTIGELO/DEGELÓ EM SOLO		
X	APROVADO	NÃO APROVADO	SOMENTE COMAT
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

B.1.3	AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE ROTAS COM PLANEJAMENTO DE REDESPACHO		
X	APROVADO	NÃO APROVADO	SOMENTE COMAT
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

B.1.4	PROGRAMA APROVADO DE BAGAGENS DE MÃO		
	A empresa descreve seu programa aprovado de bagagem de mão, através dos seguintes manuais		MGO capítulo 7 item C. (pág.; 7-44)

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

B.2	AUTORIZAÇÕES POR TIPO OACI DE AERONAVE
-----	--

B.2.1	COMISSÁRIOS DE VOO
-------	--------------------

TIPO OACI	SAIDAS DE EMERGENCIA	TIPO DE TRIPULACAO		
		SIMPLES	COMPOSTA	REVEZAMENTO
A332	8	8	10	12
AT76	2	2	3	
E190	4	3	4	
A339	8	8	10	12
E295	4	3	4	
E195	4	3	4	
A20N	4	4	5	
A21N	6	5	7	

B.2.2	UTILIZAÇÃO DE ELETRONIC FLIGHT BAG - EFB
-------	--

TIPO OACI	CLASSE HARDWARE	TIPO DE SOFTWARE	DOCUMENTOS AUTORIZADOS A SEREM UTILIZADOS SOMENTE NO EFB
AT76	2	B	Manuais da aeronave, manuais do operador, cartas de navegação
E190	2	B	Manuais da aeronave, manuais do operador, cartas de navegação
E195	2	B	Manuais da aeronave, manuais do operador, cartas de navegação
A20N	2	B	Manuais da aeronave, manuais do operador, cartas de navegação
A21N	2	B	Manuais da aeronave, manuais do operador, cartas de navegação

OBSERVAÇÕES / LIMITAÇÕES / RESTRIÇÕES

A autorização de operações com a utilização de EFB para as aeronaves modelo A320-251N e A321-251NX se trata de autorização parcial e está condicionada à condução e satisfatória conclusão da fase de demonstrações, conforme o processo nº 00066.013141/2020-80.

B.2.3	ALTITUDES MÍNIMAS PARA USO DE PILOTO AUTOMÁTICO
-------	---

TIPO OACI	ALTITUDE MÍNIMA PARA DECOLAGEM (ft)	ALTITUDE MÍNIMA PARA POUSO (ft)
A332	100	0
AT76	100	160
B734	1000	200
E190	400	50
A339	100	0
E295	200	80
E195	400	50
A20N	100	0
A21N	100	0

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

B.2.4	USO EXPANDIDO DE DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS PORTÁTEIS - PED
-------	---

TIPO OACI	FASE DE VOO							
	TAXI-OUT	TAKE OFF	CLIMB	CRUISE	DESCENT	APCH	LANDING	TAXI-IN
E190	Modo avião	Modo avião	Modo avião	Modo avião	Modo avião	Modo avião	Modo avião	T-PED
E195	Modo avião	Modo avião	Modo avião	Modo avião	Modo avião	Modo avião	Modo avião	T-PED
A20N	Modo avião com WIFI	Modo avião com WIFI	Modo avião com WIFI	Modo avião com WIFI	Modo avião com WIFI	Modo avião com WIFI	Modo avião com WIFI	T-PED
A21N	Modo avião com WIFI	Modo avião com WIFI	Modo avião com WIFI	Modo avião com WIFI	Modo avião com WIFI	Modo avião com WIFI	Modo avião com WIFI	T-PED

OBSERVAÇÕES / LIMITAÇÕES / RESTRIÇÕES
A autorização de uso expandido de PEDs para as aeronaves modelo A320-251N está limitada durante operações de precisão e/ou em baixa visibilidade, tais como LVTO e ILS CAT II, nas quais o sistema ?WiFi? portátil e todos os PEDs deverão estar desligados.

B.3	AUTORIZAÇÕES POR MODELO DE AERONAVE
-----	-------------------------------------

B.3.1	OPERAÇÃO DE BAIXA VISIBILIDADE COM HGS
-------	--

MODELO DE AERONAVE	ILS CAT I AR		LVTO
	RVR(m)	TETO(ft)	RVR(m)
ERJ 190-100 IGW			150
ERJ 190-200 LR			150

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

B.3.2 OPERAÇÃO ILS CAT II E CAT III

MODELO DE AERONAVE	CAT II		CAT III			
	RVR(m)	DH(ft)	CATEGORIA	RVR(m)	DH(ft)	AH(ft)
ERJ 190-100 IGW	350	100	A			
			B			
			C			
A330-243	300	100	A	175	50	
			B			
			C			
ERJ 190-200 LR	350	100	A			
			B			
			C			
A330-941	300	100	A	175	50	
			B			
			C			
ERJ 190-400	350	100	A			
			B			
			C			
A320-251N	350	100	A			
			B			
			C			

OBSERVAÇÕES / LIMITAÇÕES / RESTRIÇÕES
A autorização de operações de aproximação ILS CAT II para as aeronaves modelo A320-251N se trata de autorização parcial e está condicionada à condução e satisfatória conclusão da fase "Validation Phase" do plano de demonstrações aprovado, conforme o processo nº 00066.004105/2019-91. A autorização de operações de aproximação ILS CAT III para as aeronaves modelo A330-243 e A330-941 se trata de autorização parcial e está condicionada à condução e satisfatória conclusão da fase "Validation Phase 2" do plano de demonstrações aprovado, conforme o processo nº 00066.004744/2019-57.

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

B.3.3	NAVEGAÇÃO BASEADA EM PERFORMANCE - PBN
-------	--

B.3.3.1	OPERAÇÃO PBN
---------	--------------

MODELO DE AERONAVE	RNAV 1	RNAV2	RNAV5	RNAV 10	RNP 1	RNP 4	RNP APCH	RNP APCH COM BARO-VNAV
ERJ 190-100 IGW	X	X	X	X	X		X	X
A320-251N	X	X	X	X	X		X	X
A330-243	X	X	X	X	X	X	X	X
ATR-72-212A	X	X	X		X		X	
ERJ 190-200 LR	X	X	X	X	X		X	X
737-48E	X	X	X		X		X	
A330-941	X	X	X	X	X	X	X	X
ERJ 190-400	X	X	X	X	X		X	X
A321-251NX	X	X	X	X	X		X	X

B.3.3.2	RNP AR APCH - GENÉRICO
---------	------------------------

MODELO DE AERONAVE	PRECISÃO(nm)	CÓDIGO OACI	ARREMETIDA MENOR RNP 1
ERJ 190-100 IGW	0.300	T1	
ERJ 190-200 LR	0.300	T1	

B.3.3.3	RNP AR APCH - ESPECÍFICO
---------	--------------------------

O operador não possui autorização para operação RNP AR APCH - ESPECÍFICO.

B.3.4	DEMAIS AUTORIZAÇÕES POR MODELO DE AERONAVE
-------	--

MODELO DE AERONAVE	GDE. EXT. DE ÁGUA	TERRENO DESABITADO	RVSM	NAT HLA	APCH GNSS	NAV. GNSS	CONFIG. INTERNA
A330-243	S	S	S	-	S	S	PAX
737-48E	-	S	S	-	S	S	CRG
ERJ 190-100 IGW	-	S	S	-	S	S	PAX
A320-251N	-	S	S	-	S	S	PAX
ERJ 190-200 LR	-	S	S	-	S	S	PAX/CRG
A330-941	S	S	S	-	S	S	PAX
ERJ 190-400	-	S	S	-	S	S	PAX
ATR-72-212A	-	S	-	-	S	S	PAX/QC
A321-251NX	-	S	S	-	S	S	PAX

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

B.4	AUTORIZAÇÕES POR CONFIGURAÇÃO DE AERONAVE
-----	---

MODELO DE AERONAVE	MOTORES INSTALADOS	PMD (kg)	ETOPS (min)	SBSP	SBRJ	CERTIFICADO RUIDO
ATR-72-212A	PW127M	23000				Estágio 4
ERJ 190-100 IGW	CF34-10E7	51800		X	X	Estágio 3
A330-243	RR Trent 772B-60	230000	120			Estágio 5
A330-243	RR Trent 772B-60	233000	120			Estágio 5
A330-243	RR Trent 772B-60	238000	120			Estágio 5
A320-251N	LEAP 1A26	79000		X	X	Estágio 5
A320-251N	LEAP-1A26	77000		X	X	Estágio 5
ERJ 190-200 LR	CF34-10E7	50790		X	X	Estágio 3
ERJ 190-200 LR	CF34-10E5A1	50790		X	X	Estágio 3
737-48E	CFM56-3C1	68038				Estágio 3
A330-941	RR Trent 7000-72	242000	120			Estágio 5
ERJ 190-400	PW 1923G-A	61500				Estágio 4
A321-251NX	LEAP-1A32	93500				Estágio 5

B.5	OUTRAS AUTORIZAÇÕES
-----	---------------------

AUTORIZAÇÃO	APLICABILIDADE	MANUAL DE REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
Transporte de carga na cabine de passageiros.	Aeronaves A20N com a EO A32X-25EO-14608-X, e aeronaves A332 e A339 com a EO A33X-25EO-14590-X aplicadas.	Boletins B-CSS-016, B-CAB-088 e B-OPS-242.	A Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A está autorizada a transportar carga sobre os assentos limitada a 50lb, sob os assentos e nos bins da cabine de passageiros das aeronaves A20N com a EO A32X-25EO-14608-X, e aeronaves A332 e A339 com a EO A33X-25EO-14590-X aplicadas. A autorização é válida enquanto vigorar a Decisão 71, de 14 de abril de 2020 e retificada em 15 de abril de 2020, ou até que seja revogada.
Operação emergencial de transporte de carga proveniente da China.	Aeronaves modelo A330-243 e A330-941.	-	A Azul Linhas Aéreas S/A está autorizada a se desviar dos limites de jornada do RBAC nº 117, e a operar na área de operação Ásia. A autorização se aplica à operações com as aeronaves modelo A330-243 e A330-941, em voos não regulares para transporte de carga para combate à pandemia de COVID-19. A autorização é válida enquanto vigorar a declaração de emergência em saúde pública devido à pandemia de COVID-19, ou até que seja revogada.
Transporte de carga sobre o piso na cabine de passageiros.	Aeronaves E195 com modificação de projeto de tipo aprovado conforme Relatório de Engenharia N° E19X25ER-0073.	Boletins B-CSS-016, B-CAB-088 e B-OPS-242.	A Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A está autorizada a transportar carga sobre o piso, com remoção parcial de assentos na cabine de passageiros das aeronaves E195 com modificação de projeto de tipo aprovado conforme Relatório de Engenharia N° E19X25ER-0073 e conforme previsto nos Boletins aplicáveis. A autorização é válida enquanto vigorar a Decisão 71, de 14 de abril de 2020 e retificada em 15 de abril de 2020, ou até que seja revogada.
Operações CPDLC e ADS-C	Aeronaves modelo A330-243 e A330-941.	-	A Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A está autorizada a realizar operações CPDLC e ADS-C com as aeronaves modelo A330-243 e A330-941, sob as seguintes especificações: a) Designativos de Interoperabilidade: FANS A+ e FANS A+B; b) Designativos das Sub-Redes: SATCOM (INMARSAT), VDL M0/A e VDL M2; c) Provedor de serviços de comunicação (CSP): SITA; d) PBCS - Desempenho de comunicação (RCP): RCP 240; e e) PBCS - Desempenho de vigilância (RSP): RSP 180.

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

B.6	ARRENDAMENTO DE AERONAVES
-----	---------------------------

B.6.1	ARRENDAMENTO DE AERONAVES COM TRIPULAÇÃO (WET LEASING)
-------	--

B.6.1.1	ARRENDAMENTO DE AERONAVES COM TRIPULAÇÃO COMO OPERADOR PRIMÁRIO
---------	---

O operador não possui contratos de Wet Leasing como operador primário.

B.6.1.2	ARRENDAMENTO DE AERONAVES COM TRIPULAÇÃO COMO OPERADOR SECUNDÁRIO
---------	---

O operador não possui contratos de Wet Leasing como operador secundário.

B.6.2	INTERCÂMBIO DE AERONAVES (INTERCHANGE)
-------	--

B.6.2.1	INTERCÂMBIO DE AERONAVES COMO OPERADOR PRIMÁRIO
---------	---

O operador não possui contratos de intercâmbio como operador primário.

B.6.2.2	INTERCÂMBIO DE AERONAVES COMO OPERADOR SECUNDÁRIO
---------	---

O operador não possui contratos de intercâmbio como operador secundário.

B.7	ISENÇÕES
-----	----------

O operador não possui isenções à legislação vigente.

PARTE C - ÁREAS DE OPERAÇÃO E AERÓDROMOS
--

C.1	ÁREAS DE OPERAÇÃO PARA VOOS NÃO REGULARES
-----	---

Tipo Oaci	Brasil	AMÉRICA DO SUL	AMÉRICA NO NORTE	AMÉRICA CENTRAL	EUROPA	ÁFRICA	ÁSIA	OCEANIA
A332	X	X	X	X	X			
AT76	X	X						
B734	X							
E190	X	X		X				
A339	X	X	X	X	X			
E295	X	X		X				
E195	X	X		X				
A20N	X	X	X	X				
A21N	X	X	X	X				

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

C.2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AUTORIZADOS
-----	------------------------------------

CÓDIGO	ESTRUTURA LOCAL	MECÂNICO A BORDO	NÍVEL DE MANUTENÇÃO
A	X		MANUTENÇÃO DE LINHA CONFORME ESTABELECIDO PELO RBAC 43
B	X		MANUTENÇÃO DE LINHA LIMITADA ÀS TAREFAS DE: ATÉ 1000FH / 500FC / 90DAYS (A320-251N E A321-251NX); ATÉ 1000FH / 750 FC / 182DAYS (A330-243 E A330-941); ATÉ 800FH / 750FC / 90DAYS (E190-100/200); ATÉ 800FH / 600FC / 90DAYS (ATR 72-212A); ATÉ 1000FH / 400FC / 150DAYS (737-48E); ATÉ 1000FH / 750FC / 90DAYS (E190-400)
C	X		MANUTENÇÃO DE LINHA LIMITADA ÀS TAREFAS ATÉ COMPLEMENTARY CHECK
D	X		MANUTENÇÃO LIMITADA A INTERIORES E IFE
E	X		LIMITADA A INSPEÇÕES DE TRÂNSITO E DIÁRIAS
F	X		INSPEÇÕES DE TRÂNSITO E WALK AROUND PARA ATR 72-212A
G		X	MANUTENÇÃO DE LINHA LIMITADA ÀS TAREFAS ATÉ COMPLEMENTARY CHECK
H	X		OPERATIONAL CHECK OF RAT MANUAL DEPLOYMENT AND FUNCTIONAL CHECK OF RAT USING GROUND TEST UNIT, FOLLOWED BY CHECK OF FILTER INDICATOR ACCORDING TO TASK CARD A32X-29-22-00-720-003-A, PARA A FROTA A320-251N

C.3	PROVEDORES DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AUTORIZADOS
-----	--

CÓDIGO	RAZÃO SOCIAL	NÍVEL DE MANUTENÇÃO	NÚMERO DO CERTIFICADO DA ORGANIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO
1	SEMA MALTICO MANTILCO S/A	E, F	O.M.A LAN Nº AM-104
2	JET AIRCRAFT MAINTENANCE, INC.	A	FAA AIR AGENCY CERTIFICATE JZAR448X
3	AUSTRAL LÍNEAS AÉREAS - CIELOS DEL SUR S.A.	A	ANAC ARGENTINA CÓDIGO 1C-005
4	TAP - TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, S.A.	A	COM Nº 0104-01/ANAC
5	G-FORCE AIRCRAFT MAINTENANCE INC.	D	FAA AIR AGENCY CERTIFICATE 9GVR299C
6	AMS SERVICIOS AERONAUTICOS	E	1B-520-ANAC- ARGENTINA

C.4	AERÓDROMOS PARA OPERAÇÕES REGULARES E BASES DE MANUTENÇÃO NACIONAIS
-----	---

Os aeródromos listados abaixo são os que podem ser utilizados pelo operador como destino para operações regulares, além de poderem ser utilizados como aeródromos de alternativa de destino, em rota, como intermediários para redespacho ou como destino para operações não regulares

AERÓDROMO	TIPO OACI	OPERAÇÃO REGULAR	MANUTENÇÃO PRÓPRIA	MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA
SBAC	AT76	X		
SBAC	E190	X		
SBAC	E195	X		
SBAC	E295	X		
SBAE	A20N	X		
SBAE	AT76	X	A	
SBAE	E190	X		
SBAE	E195	X		
SBAQ	AT76	X	C	
SBAR	A20N	X	B	



AERÓDROMO	TIPO OACI	OPERAÇÃO REGULAR	MANUTENÇÃO PRÓPRIA	MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA
SBAR	A21N	X		
SBAR	AT76	X	A	
SBAR	E190	X	A	
SBAR	E195	X	A	
SBAR	E295	X		
SBAT	AT76	X	B	
SBAT	E190	X	B	
SBAT	E195	X	B	
SBAT	E295	X		
SBAU	AT76	X	A	
SBAU	E190	X		
SBAU	E195	X		
SBAU	E295	X		
SBAX	AT76	X	G	
SBBE	A20N	X	B	
SBBE	A21N	X	C	
SBBE	A332	X		
SBBE	A339	X		
SBBE	AT76	X	A	
SBBE	E190	X	A	
SBBE	E195	X	A	
SBBE	E295	X		
SBBH	AT76	X	A	
SBBH	E190	X		
SBBH	E195	X		
SBBR	A20N	X	A	
SBBR	A21N	X		
SBBR	AT76	X	A	
SBBR	E190	X	A	
SBBR	E195	X	A	
SBBR	E295	X	C	
SBBV	A20N	X	B	
SBBV	A21N	X		
SBBV	AT76	X		
SBBV	E190	X	B	
SBBV	E195	X	B	
SBBV	E295	X		
SBBW	AT76	X	B	
SBCA	AT76	X	B	
SBCA	E190	X	C	
SBCA	E195	X	C	
SBCA	E295	X		
SBCB	AT76	X	B	
SBCB	E190	X		
SBCB	E195	X		
SBCF	A20N	X	B	
SBCF	A21N	X	C	



AERÓDROMO	TIPO OACI	OPERAÇÃO REGULAR	MANUTENÇÃO PRÓPRIA	MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA
SBCF	A332	X	B	
SBCF	A339	X	C	
SBCF	AT76	X	A	
SBCF	E190	X	A	
SBCF	E195	X	A	
SBCF	E295	X	C	
SBCG	A20N	X	C	
SBCG	A21N	X		
SBCG	AT76	X	A	
SBCG	E190	X	A	
SBCG	E195	X	A	
SBCG	E295	X		
SBCH	A20N	X		
SBCH	A21N	X		
SBCH	AT76	X	B	
SBCH	E190	X	B	
SBCH	E195	X	B	
SBCH	E295	X		
SBCJ	AT76	X	B	
SBCJ	E190	X	B	
SBCJ	E195	X	B	
SBCN	AT76	X		
SBCN	E190	X	G	
SBCN	E195	X	G	
SBCN	E295	X		
SBCP	AT76	X	B	
SBCR	AT76	X	B	
SBCR	E190	X	B	
SBCR	E195	X	B	
SBCR	E295	X		
SBCT	A20N	X	B	
SBCT	A21N	X		
SBCT	AT76	X	A	
SBCT	E190	X	A	
SBCT	E195	X	A	
SBCT	E295	X	C	
SBCX	AT76	X	B	
SBCX	E190	X	B	
SBCX	E195	X	B	
SBCX	E295	X		
SBCY	A20N	X	B	
SBCY	A21N	X		
SBCY	AT76	X	A	
SBCY	E190	X	A	
SBCY	E195	X	A	
SBCY	E295	X		
SBDB	AT76	X		



AERÓDROMO	TIPO OACI	OPERAÇÃO REGULAR	MANUTENÇÃO PRÓPRIA	MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA
SBDB	E190	X		
SBDB	E195	X		
SBDB	E295	X		
SBDN	A20N	X		
SBDN	AT76	X	B	
SBDN	E190	X	B	
SBDN	E195	X	B	
SBDN	E295	X		
SBDO	AT76	X	A	
SBDO	E190	X		
SBDO	E195	X		
SBDO	E295	X		
SBEG	A20N	X	B	
SBEG	A21N	X	C	
SBEG	A332	X	B	
SBEG	A339	X		
SBEG	AT76	X	A	
SBEG	B734		C	
SBEG	E190	X	A	
SBEG	E195	X	A	
SBEG	E295	X		
SBFI	A20N	X		
SBFI	A21N	X		
SBFI	AT76	X	A	
SBFI	E190	X	A	
SBFI	E195	X	A	
SBFI	E295	X		
SBFL	A20N	X	B	
SBFL	A21N	X		
SBFL	AT76	X	A	
SBFL	E190	X	A	
SBFL	E195	X	A	
SBFL	E295	X	C	
SBFN	AT76	X	G	
SBFN	E190	X	G	
SBFN	E195	X	G	
SBFN	E295	X		
SBFZ	A20N	X	B	
SBFZ	A21N	X	C	
SBFZ	A332	X		
SBFZ	A339	X		
SBFZ	AT76	X	A	
SBFZ	B734		C	
SBFZ	E190	X	A	
SBFZ	E195	X	A	
SBFZ	E295	X		
SBGL	A20N	X	A	



AERÓDROMO	TIPO OACI	OPERAÇÃO REGULAR	MANUTENÇÃO PRÓPRIA	MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA
SBGL	A21N	X	C	
SBGL	AT76	X	A	
SBGL	B734		C	
SBGL	E190	X	A	
SBGL	E195	X	A	
SBGL	E295	X		
SBGO	A20N	X	B	
SBGO	A21N	X		
SBGO	AT76	X	A	
SBGO	E190	X	A	
SBGO	E195	X	A	
SBGO	E295	X	C	
SBGR	A20N	X	A	
SBGR	A21N	X	A	
SBGR	A332	X	B	
SBGR	A339	X		
SBGR	AT76	X	A	
SBGR	B734		C	
SBGR	E190	X	A	
SBGR	E195	X	A	
SBGR	E295	X		
SBGV	AT76	X	B	
SBHT	A20N	X		
SBHT	AT76	X	B	
SBHT	E190	X	B	
SBHT	E195	X	B	
SBHT	E295	X		
SBIL	A20N	X		
SBIL	AT76	X	B	
SBIL	E190	X	A	
SBIL	E195	X	A	
SBIL	E295	X		
SBIP	AT76	X	B	
SBIZ	A20N	X		
SBIZ	A21N	X		
SBIZ	AT76	X		
SBIZ	E190	X	B	
SBIZ	E195	X	B	
SBIZ	E295	X		
SBJA	A20N	X		
SBJA	A21N	X		
SBJA	AT76	X		
SBJA	E190	X	A	
SBJA	E195	X	A	
SBJA	E295	X		
SBJE	A20N	X		
SBJE	A21N	X		



AERÓDROMO	TIPO OACI	OPERAÇÃO REGULAR	MANUTENÇÃO PRÓPRIA	MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA
SBJE	E190	X	G	
SBJE	E195	X	G	
SBJE	E295	X		
SBJF	AT76	X	A	
SBJI	AT76	X	A	
SBJI	E190	X	B	
SBJI	E195	X	B	
SBJP	A20N	X	B	
SBJP	A21N	X		
SBJP	AT76	X	B	
SBJP	E190	X	A	
SBJP	E195	X	A	
SBJP	E295	X		
SBJU	A20N	X		
SBJU	A21N	X		
SBJU	AT76	X	B	
SBJU	E190	X	A	
SBJU	E195	X	A	
SBJU	E295	X		
SBJV	AT76	X	B	
SBJV	E190	X	A	
SBJV	E195	X	A	
SBJV	E295	X		
SBKG	A20N	X		
SBKG	A21N	X		
SBKG	AT76	X	B	
SBKG	E190	X		
SBKG	E195	X		
SBKG	E295	X		
SBKP	A20N	X	A	
SBKP	A21N	X	A	
SBKP	A332	X	A	
SBKP	A339	X	A	
SBKP	AT76	X	A	
SBKP	B734		A	
SBKP	E190	X	A	
SBKP	E195	X	A	
SBKP	E295	X	A	
SBLE	AT76	X	G	
SBLJ	AT76	X	G	
SBLO	A20N	X		
SBLO	A21N	X		
SBLO	AT76	X	A	
SBLO	E190	X	A	
SBLO	E195	X	A	
SBLO	E295	X		
SBMA	A20N	X		



AERÓDROMO	TIPO OACI	OPERAÇÃO REGULAR	MANUTENÇÃO PRÓPRIA	MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA
SBMA	A21N	X		
SBMA	AT76	X	A	
SBMA	E190	X	B	
SBMA	E195	X	B	
SBMA	E295	X		
SBME	AT76	X		
SBMG	A20N	X		
SBMG	A21N	X		
SBMG	AT76	X	A	
SBMG	E190	X	A	
SBMG	E195	X	A	
SBMG	E295	X		
SBMK	A20N	X		
SBMK	AT76	X	B	
SBMK	E190	X	A	
SBMK	E195	X	A	
SBMK	E295	X		
SBML	AT76	X	A	
SBMO	A20N	X	B	
SBMO	A21N	X	C	
SBMO	AT76	X	A	
SBMO	E190	X	A	
SBMO	E195	X	A	
SBMO	E295	X	C	
SBMQ	A20N	X	A	
SBMQ	A21N	X		
SBMQ	AT76	X		
SBMQ	E190	X	A	
SBMQ	E195	X	A	
SBMQ	E295	X		
SBMS	AT76	X	B	
SBNF	A20N	X	C	
SBNF	A21N	X		
SBNF	AT76	X	A	
SBNF	E190	X	B	
SBNF	E195	X	B	
SBNF	E295	X		
SBNM	AT76	X	G	
SBNT	AT76	X	B	
SBNT	E190	X	A	
SBNT	E195	X	A	
SBPA	A20N	X	B, H	
SBPA	A21N	X	C	
SBPA	AT76	X	A	
SBPA	E190	X	A	
SBPA	E195	X	A	
SBPA	E295	X	C	



AERÓDROMO	TIPO OACI	OPERAÇÃO REGULAR	MANUTENÇÃO PRÓPRIA	MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA
SBPB	A20N	X		
SBPB	AT76	X	G	
SBPB	E190	X	G	
SBPB	E195	X	G	
SBPB	E295	X		
SBPF	AT76	X	B	
SBPF	E190	X	B	
SBPF	E195	X	B	
SBPG	AT76	X	G	
SBPJ	A20N	X		
SBPJ	A21N	X		
SBPJ	AT76	X	B	
SBPJ	E190	X	A, B	
SBPJ	E195	X	A, B	
SBPJ	E295	X		
SBPK	AT76	X	B	
SBPL	A20N	X	C	
SBPL	A21N	X		
SBPL	AT76	X	B	
SBPL	E190	X	A	
SBPL	E195	X	A	
SBPL	E295	X		
SBPO	AT76	X		
SBPS	A20N	X	B	
SBPS	A21N	X		
SBPS	AT76	X	B	
SBPS	E190	X	A	
SBPS	E195	X	A	
SBPS	E295	X		
SBPV	A20N	X	C	
SBPV	A21N	X		
SBPV	AT76	X	A	
SBPV	E190	X	A	
SBPV	E195	X	A	
SBPV	E295	X		
SBRD	AT76	X	B	
SBRD	E190	X		
SBRD	E195	X		
SBRD	E295	X		
SBRF	A20N	X	B	
SBRF	A21N	X	C	
SBRF	A332	X	B	
SBRF	A339	X	C	
SBRF	AT76	X	A	
SBRF	B734		C	
SBRF	E190	X	A	
SBRF	E195	X	A	



AERÓDROMO	TIPO OACI	OPERAÇÃO REGULAR	MANUTENÇÃO PRÓPRIA	MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA
SBRF	E295	X		
SBRJ	A20N	X	C	
SBRJ	AT76	X	A	
SBRJ	E190	X	A	
SBRJ	E195	X	A	
SBRP	A20N	X		
SBRP	A21N	X		
SBRP	AT76	X	A	
SBRP	E190	X	A	
SBRP	E195	X	A	
SBRP	E295	X		
SBSG	A20N	X	B	
SBSG	A21N	X		
SBSG	A332	X	B	
SBSG	A339	X		
SBSG	AT76	X	A	
SBSG	E190	X	A	
SBSG	E195	X	A	
SBSG	E295	X		
SBSI	A20N	X		
SBSI	AT76	X	B	
SBSI	E190	X	B	
SBSI	E195	X	B	
SBSI	E295	X		
SBSJ	AT76	X	C	
SBSL	A20N	X	A	
SBSL	A21N	X		
SBSL	AT76	X	A	
SBSL	E190	X	A	
SBSL	E195	X	A	
SBSL	E295	X		
SBSM	AT76	X	B	
SBSN	A20N	X	C	
SBSN	A21N	X		
SBSN	AT76	X	B	
SBSN	E190	X	B	
SBSN	E195	X	B	
SBSN	E295	X		
SBSO	AT76	X	B	
SBSO	E190	X	E	
SBSO	E195	X	E	
SBSO	E295	X		
SBSP	A20N	X	C	
SBSP	AT76	X	A	
SBSP	E190	X	A	
SBSP	E195	X	A	
SBSR	A20N	X		



AERÓDROMO	TIPO OACI	OPERAÇÃO REGULAR	MANUTENÇÃO PRÓPRIA	MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA
SBSR	A21N	X		
SBSR	AT76	X	A	
SBSR	E190	X	B	
SBSR	E195	X	B	
SBSR	E295	X		
SBSV	A20N	X	B	
SBSV	A21N	X	C	
SBSV	AT76	X	A	
SBSV	E190	X	A	
SBSV	E195	X	A	
SBSV	E295	X	C	
SBTD	AT76	X	G	
SBTE	A20N	X	B	
SBTE	A21N	X		
SBTE	AT76	X	A	
SBTE	E190	X	A	
SBTE	E195	X	A	
SBTE	E295	X		
SBTF	AT76	X	B	
SBTF	E190	X	B	
SBTF	E195	X	B	
SBTF	E295	X		
SBTG	AT76	X	B	
SBTT	AT76	X	G	
SBTT	E190	X		
SBTT	E195	X		
SBTT	E295	X		
SBTU	AT76	X		
SBUF	AT76	X	G	
SBUG	AT76	X	G	
SBUL	A20N	X		
SBUL	A21N	X		
SBUL	AT76	X	A	
SBUL	E190	X	B	
SBUL	E195	X	B	
SBUL	E295	X		
SBUR	AT76	X	B	
SBVC	AT76	X		
SBVC	E190	X	C	
SBVC	E195	X	C	
SBVC	E295	X		
SBVG	AT76	X	G	
SBVH	AT76	X	B	
SBVH	E190	X		
SBVH	E195	X		
SBVH	E295	X		
SBVT	A20N	X	B	

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS		REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A		338	15/12/2020

AERÓDROMO	TIPO OACI	OPERAÇÃO REGULAR	MANUTENÇÃO PRÓPRIA	MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA
SBVT	A21N	X		
SBVT	AT76	X	A	
SBVT	E190	X	A	
SBVT	E195	X	A	
SBVT	E295	X	C	
SBZM	AT76	X	A	
SBZM	E190	X	A	
SBZM	E195	X	A	
SBZM	E295	X		
SNBR	AT76	X	B	
SNPD	AT76	X	A	
SNTF	AT76	X	B	
SSEG	AT76	X		
SSKW	AT76	X	B	
SSKW	E190	X		
SSKW	E195	X		
SWLC	AT76	X	B	

OBSERVAÇÕES / LIMITAÇÕES / RESTRIÇÕES

As operações do ATR 72-212A em SBME devem ser somente em Condições Meteorológicas Visuais (VMC) e com Número de Classificação de Aeronaves (ACN), compatível conforme regulamento, com o Número de Classificação de Pavimentos (PCN) (Processo 00066.024488/2019-14 e PORTARIA Nº 3.343/SIA, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019).

C.5	AERÓDROMOS PARA OPERAÇÕES REGULARES E BASES DE MANUTENÇÃO INTERNACIONAIS
Os aeródromos listados abaixo são os que podem ser utilizados pelo operador como destino para operações regulares, além de poderem ser utilizados como aeródromos de alternativa de destino, em rota, como intermediários para redespacho ou como destino para operações não regulares	

AERÓDROMO	TIPO OACI	OPERAÇÃO REGULAR	MANUTENÇÃO PRÓPRIA	MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA
KFLL	A20N	X		2
KFLL	A21N	X		
KFLL	A332	X		2, 5
KFLL	A339	X		2
KMCO	A332	X		2
KMCO	A339	X		2
LPPR	A332	X		4
LPPR	A339	X		4
LPPT	A332	X		4
LPPT	A339	X		4
SAAR	A20N	X		
SAAR	E190	X		
SAAR	E195	X		
SACO	A20N	X		
SACO	E190	X		
SACO	E195	X		
SACO	E295	X		
SAEZ	A20N	X		6
SAEZ	A21N	X		

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

AERÓDROMO	TIPO OACI	OPERAÇÃO REGULAR	MANUTENÇÃO PRÓPRIA	MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA
SAEZ	E190	X		6
SAEZ	E195	X		6
SAEZ	E295	X		
SAZS	A20N	X		
SAZS	A21N	X		
SLVR	AT76	X	G	
SLVR	E190	X		
SLVR	E195	X		
SOCA	A20N	X	G	
SOCA	A21N	X		
SOCA	AT76	X	G	
SOCA	E190	X	G	
SOCA	E195	X	G	
SOCA	E295	X		
SULS	A20N	X		
SULS	A21N	X		
SULS	E190	X		
SULS	E195	X		
SULS	E295	X		
SUMU	A20N	X		
SUMU	A21N	X		
SUMU	AT76	X		1
SUMU	E190	X		1
SUMU	E195	X		1
SUMU	E295	X		

C.6	AERODROMOS DE ALTERNATIVA E INTERMEDIÁRIOS PARA REDESPACHO NACIONAIS
-----	--

AERÓDROMO	TIPO OACI	Alternado Destino	Alternado ETOPS	Redespacho
SBCZ	E190	X		
SBCZ	AT76	X		
SBCZ	E195	X		
SBBW	AT76	X		
SBBW	E190	X		
SBBW	E195	X		
SBCI	AT76	X		
SBUA	AT76	X		
SBUA	E190	X		
SBUA	E195	X		
SBAR	A332	X		X
SBAR	B734	X		X
SBAR	A339	X		X
SBCT	A332	X		
SBCT	B734	X		X
SBCT	A339	X		X
SBGL	A332	X		X
SBGL	B734	X		X



AERÓDROMO	TIPO OACI	Alternado Destino	Alternado ETOPS	Redespacho
SBGL	A339	X		X
SBIH	AT76	X		
SBIH	E190	X		X
SBIH	E195	X		X
SBIP	E190	X		
SBIP	E195	X		
SBSN	A332	X		X
SBSN	B734	X		X
SBSN	A339	X		X
SBSV	A332	X		X
SBSV	A339	X		X
SBTB	AT76	X		
SBTB	E190	X		X
SBTB	E195	X		X
SBBR	A332	X		X
SBBR	B734	X		X
SBBR	A339	X		X
SBCY	A332	X		X
SBCY	A339	X		X
SBGO	A332	X		X
SBGO	B734	X		X
SBGO	A339	X		X
SBGO	A21N	X		X
SBMO	A332	X		X
SBMO	B734	X		X
SBMO	A339	X		X
SBPL	A332	X		X
SBPL	A339	X		X
SBSL	A332	X		X
SBSL	B734	X		X
SBSL	A339	X		X
SBUL	A332	X		X
SBUL	A339	X		X
SBVT	A332	X		X
SBVT	A339	X		X
SBSJ	E190	X		X
SBSJ	B734	X		X
SBSJ	E295	X		X
SBSJ	E195	X		X
SBSJ	A20N	X		X
SBSJ	A21N	X		X
SBCB	A332	X		X
SBCB	A339	X		X
SBCB	A20N	X		X
SBRB	E190	X		X
SBRB	E195	X		X
SBRB	E295	X		X
SBRB	A20N	X		X

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

AERÓDROMO	TIPO OACI	Alternado Destino	Alternado ETOPS	Redespacho
SBRB	AT76	X		X
SBAE	B734	X		X
SBAE	E295	X		X
SBAE	A21N	X		X
SBBV	B734	X		X
SBCF	B734	X		X
SBJP	B734	X		X
SBMQ	B734	X		X
SBPJ	B734	X		X
SBRP	B734	X		X
SBSG	B734	X		X
SBTE	B734	X		X
SBPV	B734	X		X
SBCX	A20N	X		X
SBJV	A20N	X		
SBJV	A21N	X		X
SBCJ	A20N	X		X
SBCJ	E295	X		X
SBCJ	A21N	X		X
SBVH	B734	X		X
SBDN	A21N	X		X

C.7	AERODROMOS DE ALTERNATIVA E INTERMEDIÁRIOS PARA REDESPACHO INTERNACIONAIS
-----	---

AERÓDROMO	TIPO OACI	Alternado Destino	Alternado ETOPS	Redespacho
KTPA	A332	X		
KTPA	A339	X		X
KTPA	A20N	X		X
KPBI	A332	X		
KPBI	A339	X		X
KPBI	A20N	X		X
SULS	AT76	X		
LPFR	A332	X		X
LPFR	A339	X		X
TJSJ	A332			X
TJSJ	A339	X		X
TJSJ	A20N			X
MDSD	A332			X
MDSD	A339	X		X
MDSD	A20N			X
GVAC	A332		X	X
GVAC	A339	X	X	X
GCLP	A332		X	X
GCLP	A339	X	X	X
GCTS	A332		X	X
GCTS	A339	X	X	X
LEMG	A332	X		
LEMG	A339	X		X



AERÓDROMO	TIPO OACI	Alternado Destino	Alternado ETOPS	Redespacho
LEMD	A332	X		
LEMD	A339	X		X
MDPC	A332			X
MDPC	A339	X		X
MDPC	A20N			X
MKJP	A332			X
MKJP	A339	X		X
MKJP	A20N			X
MKJS	A332			X
MKJS	A339	X		X
MKJS	A20N			X
GOBD	A332		X	X
GOBD	A339	X	X	X
GBYD	A332		X	X
GBYD	A339	X	X	X
GUCY	A332		X	X
GUCY	A339	X	X	X
KMIA	A332	X	X	X
KMIA	A339	X	X	X
KMIA	A20N	X		
KJAX	A332	X		
KJAX	A339	X		X
KJAX	A20N	X		X
KRSW	A332	X	X	X
KRSW	A339	X	X	X
KRSW	A20N	X		X
SAME	E190	X		X
SAME	E195	X		X
SAME	A20N	X		X
SARE	E190	X		X
SARE	E195	X		X
SARE	A20N	X		X
SYCJ	A332	X	X	X
SYCJ	A339	X	X	X
SYCJ	A20N			X
SMJP	A332	X	X	X
SMJP	A339	X	X	X
SMJP	A20N			X
TTPP	A332	X	X	X
TTPP	A339	X	X	X
TTPP	A20N			X
TGPY	A332	X		X
TGPY	A339	X		X
TGPY	A20N			X
TLPL	A332	X		X
TLPL	A339	X		X
TVSA	A332	X		X
TVSA	A339	X		X

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

AERÓDROMO	TIPO OACI	Alternado Destino	Alternado ETOPS	Redespacho
KMCO	A20N	X		
MBPV	A20N			X
MBGT	A20N			X
MYNN	A20N			X
MYGF	A20N			X
MDPP	A20N			X
TTCP	A20N			X
SGAS	A20N	X		X
SAVC	A20N	X		X
SAVT	A20N	X		X
SAZN	A20N	X		X
SAAR	A21N	X		X
SAAR	E295	X		X
GMMX	A332		X	X
GMMX	A339		X	X
GCRR	A332		X	X
GCRR	A339		X	X
KJFK	A332		X	
KJFK	A339		X	
TXKF	A332		X	
TXKF	A339		X	
KCHS	A332		X	
KCHS	A339		X	
KIAD	A332	X		X
KIAD	A339	X		X
KBOS	A332	X		X
KBOS	A339	X		X
KPHL	A332	X		X
KPHL	A339	X		X
KCLT	A332	X		X
KCLT	A339	X		X
KEWR	A332	X		X
KEWR	A339	X		X
LEBL	A332	X		X
LEBL	A339	X		X
LEAL	A332	X		X
LEAL	A339	X		X

PARTE D - TABELA DE AERONAVES

D.1 AERONAVES AUTORIZADAS

A empresa está autorizada a utilizar em suas operações as aeronaves de Tipo OACI/Modelo/Configuração constantes na Parte B das Especificações Operativas, e com Certificado de Matrícula e Certificado de Aeronavegabilidade válidos, indicando "TPR" ou "TPN" como categoria de registro da aeronave, e a empresa como operadora. O detalhamento das autorizações específicas de cada matrícula está disponível no documento ?Lista de Matrículas Autorizadas?.

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

PARTE E - EMISSÃO DO DOCUMENTO

E.1 TABELA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLA	DESCRIÇÃO
ANAC	AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SPO	SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GCTA	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE EMPRESAS DE TRANSPORTES AÉREOS - 121
CERTIFICADO ETA	CERTIFICADO DE EMPRESA DE TRANSPORTE AÉREO
OACI	ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL
EFB	ELETRONIC FLIGHT BAG (INFORMAÇÃO AERONÁUTICA DIGITAL)
HGS	HEAD UP GUIDANCE SYSTEM
BARO-VNAV	GUIA BAROMÉTRICO DE NAVEGAÇÃO VERTICAL
NM	MILHAS NÁUTICAS
PMD	PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM
ETOPS	EXTENDED OPERATIONS (OPERAÇÃO COM ALCANCE AUMENTADO)
COM	CERTIFICADO DE ORGANIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO
PAX	OPERAÇÃO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
CARGA	OPERAÇÃO COM TRANSPORTE DE CARGA
CCA	CONFIGURAÇÃO CARGUEIRA APROVADA
QUICK-CHANGE	ALTERAÇÃO RÁPIDA DE CONFIGURAÇÃO PAX/CARGA
COMBI	CONFIGURAÇÃO CARGA E PAX SIMULTÂNEA
RVSM	REDUCED VERTICAL SEPARATION MINIMUM (SEPARAÇÃO MÍNIMA VERTICAL REDUZIDA)
EXTENSÃO ÁGUA	OPERAÇÃO SOBRE GRANDES EXTENSÕES DE ÁGUA
TERRENO DESABITADO	OPERAÇÃO SOBRE TERRENO DESABITADO OU SELVA
NAT-HLA	NORTH ATLANTIC HIGH LEVEL AIRSPACE
APCH	APPROACH (APROXIMAÇÃO)
GNSS	GLOBAL NAVIGATION SATELLITE SYSTEM (SISTEMA GLOBAL DE NAVEGAÇÃO POR SATÉLITE)

E.2 CONTROLE DE REVISÕES

REVISÃO	DATA	RESUMO DAS MODIFICAÇÕES	PROCESSO ANAC
253	15/03/2018	Alteração do Gestor Responsável do operador junto à sua Diretoria Requerida, a ser ocupado pelo Diretor Presidente./Aprovação de operações RNP AR APCH para algumas aeronaves E190./Inclusão das aeronaves modelo Airbus A320-251N na estação de linha de SBSL./Inclusão de base de manutenção para as aeronaves modelo Airbus A320-251N em SBSL./Inclusão das aeronaves modelo Airbus A320-251N na estação de linha de SBMQ./Inclusão de base de manutenção para as aeronaves modelo Airbus A320-251N em SBMQ./Inclusão dos aeródromos de alternativa LEMG e LEMD para a estação de linha LPPT, exclusão do aeródromo intermediário de redespacho GOOY e inclusão do aeródromo intermediário de redespacho GOBD, para as aeronaves modelo A330-243./Inclusão dos aeródromos intermediários de redespacho MBPV, MBGT, MYNN, MYGF, MDPP, MDPC, TJSJ, MDSJ, MKJP, MKKS, MKJS, TTPP, TGPY, TTCP, SOCA, SMJP e SYCJ para as aeronaves modelo A320-251N./Modificação da autorização de uso expandido de PEDs nas aeronaves modelo A320-251N.	00066.001618/2018-60
254	22/03/2018	Inclusão da aeronave PR-AKL (ATR 72-212A) e exclusão das aeronaves PR-ATK (ATR 72-212A) e PR-ATR (ATR 72-212A).	00066.004307/2018-52

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

REVISÃO	DATA	RESUMO DAS MODIFICAÇÕES	PROCESSO ANAC
255	06/04/2018	Alteração do item B.4 (criação da configuração 9 e 10 e atualização do PMD) e item D.1 (alteração de modelo e atualização de PMD) para as aeronave PR-AXJ, PR-AXX, PR-AYL, PR-AXO, PR-AUI, PR-AXY, PR-AUO, PR-AXZ, PR-AXD, PR-AYI, PR-AYV, PR-AXC e PR-AUA.	00066.007546/2018-64
256	24/04/2018	Alteração de modelo e atualização do PMD da aeronave matrícula PR-AXN e exclusão das aeronaves matrícula PR-ATQ e PR-AYM.	00066.009716/2018-45
257	11/05/2018	Alteração de modelo e atualização de PMD das aeronaves modelo ERJ 190-200 LR de matrículas PR-AYK, PR-AYH, PR-AYN, PR-AXG e PR-AXP.	00066.010561/2018-90
258	29/05/2018	Inclusão dos aeródromos de alternativa e intermediário de redespacho SBAE, SBIZ, SBMA, SBPJ e SBUL para as aeronaves modelo A320, inclusão dos aeródromos SBVH e SBAT como alternado de destino e reclearance para as aeronaves modelo E190, inclusão das bases comerciais SBMO, SBMG, SBNF, SBTE e SBUL para transporte comercial de artigos perigosos (DGR), alteração do número total de assentos de passageiros da aeronave modelo A330-243 matrícula PR-AIT e atualização da configuração das aeronaves matrícula PR-AYJ (ERJ 190-200 LR) e PR-AYZ (ERJ 190-200 LR).	00066.012062/2018-37
259	08/06/2018	Inclusão de aeródromos alternados de destino e intermediários de reclearance para as aeronaves modelo A320, A330 e E190, exclusão do aeródromo MKKS, e inclusão da configuração de aeronave 11 para inclusão da aeronave modelo A320-214 matrícula PR-AJB.	00066.010340/2018-11
260	26/06/2018	Atualização de modelo e PMD das aeronaves matrícula PR-AYF, PR-AYG e PR-AXR (ERJ 190-200 LR); Inclusão do aeródromo GOBD como alternativa ETOPS para as aeronaves modelo A330-243; Inclusão do aeródromo KMIA como alternado de destino, alternado ETOPS e intermediário de reclearance para as aeronaves modelo A330-243; Inclusão dos aeródromos KJAX e KRSW como alternativas de destino para as aeronaves modelo A330-243; Correção do designativo do aeroporto de Rondonópolis de SWRD para SBRD; Inclusão da estação de linha de Córdoba (SACO) para operação das aeronaves modelo A320-251N; e Inclusão da estação de linha de Rosário (SAAR) para operação das aeronaves modelo A320-251N.	00066.014811/2018-61
261	18/07/2018	Inclusão do aeródromo SBSJ como alternado de destino e intermediário de reclearance para as aeronaves ATR 72-212A, EMBRAER ERJ 190 e Airbus A320-251N; Alteração de modelo e configuração das aeronaves de matrícula PR-AXL (ERJ 190-200LR), PR-AXH (ERJ 190-200LR) e PR-AYW (ERJ 190-200LR); Inclusão da estação de linha de SBPV para operação das aeronaves modelo A320-251N; Inclusão de base de manutenção em SBPV para as aeronaves modelo A320-251N; Inclusão das aeronaves modelo A320-251N matrículas PR-YRR e PR-YRT.	00066.016685/2018-89
262	20/07/2018	Inclusão da estação de linha de SBMS para operação das aeronaves modelo ATR 72-212A; Inclusão de base de manutenção para aeronaves modelo ATR 72-212A em SBMS.	00066.009376/2018-52
263	03/08/2018	A revisão das Especificações Operativas da Azul Linhas Aéreas S/A foi emitida para: Inclusão da estação de linha de SBGO para operação das aeronaves modelo A320-251N; Inclusão de base de manutenção para aeronaves modelo A320-251N em SBGO; Inclusão da estação de linha de SAAR para operação das aeronaves modelo ERJ 190-100/-200; Inclusão da estação de linha SACO para operação das aeronaves modelo ERJ 190-100/-200.	00066.008652/2018-65
264	08/08/2018	Inclusão aeródromos KRSW, KJAX, KPBI, KTPA, SAME e SARE como alternado de destino e alternado de reclearance para AIRBUS A320; Inclusão dos aeródromos SAME e SARE como alternado de destino e alternado de reclearance do E190; Inclusão do aeródromo SBCB como alternado de destino e alternado de destino e alternado de reclearance de A320 e A330; Atualização do designativo ICAO SBTG; Inclusão A320-251N estação de linha SBCT.	00066.019505/2018-11

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS		REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A		338	15/12/2020

REVISÃO	DATA	RESUMO DAS MODIFICAÇÕES	PROCESSO ANAC
265	31/08/2018	Inclusão SGAS como alternado de destino e reclearance para A320, inclusão SBRB como alternado de destino e reclearance para E190, inclusão SBFI como alternado de destino e reclearance para A320, Inclusão base de manutenção SBCT para A320-251N.	00066.021207/2018-91
266	05/09/2018	Inclusão ATR 72-212A na estação de linha SBSJ; Inclusão PR-YRU (A320-251N).	00066.016586/2018-05
267	18/09/2018	Exclusão das aeronaves PR-ATJ (ATR 72-212A), PR-ATU (ATR 72-212A), PR-AYA (ERJ 190-200 IGW), PR-AYB (ERJ 190-200 IGW), PR-AYC (ERJ 190-200 IGW), PR-AYD (ERJ 190-200 IGW) e PR-AUD (ERJ 190-200 IGW).	00066.023230/2018-10
268	09/10/2018	Inclusão PR-YRS (A320-251N).	00066.023123/2018-91
269	11/10/2018	Inclusão inicial do modelo B737-48E (PR-AJZ). Autorização para operação regular do tipo B734 nas bases SBKP, SBEG e SBRF. Inclusão de alternados de redespacho e destino para o tipo B734. Inclusão de autorização para operações suplementares.	00066.002381/2018-34
270	15/10/2018	Inclusão base de manutenção SBSJ para ATR 72-212A.	00066.022442/2018-80
271	22/10/2018	Autorização para operação RNP AR Genérica com as aeronaves E190/195 (remoção das restrições da seção B.3.3.2)	00066.002204/2015-13
272	07/11/2018	Inclusão ATR 72-212A na estação de linha SBSO; Inclusão base de manutenção em SBSO para ATR 72-212A; Inclusão E190-100/-200 na estação de linha SBSO; Inclusão base de manutenção em SBSO para E190-100/-200; Inclusão E190-100/-200 estação de linha SBPB; Inclusão base de manutenção SBPB para E190-100/-200.	00066.503226/2016-79
273	12/11/2018	Correção das autorizações PBN da aeronave PR-TKK (ATR 72-212A). Aeronave autorizada navegação GNSS; Inclusão ATR 72-212A estação de linha Santo Angelo-RS (SBNM); Inclusão base de manutenção SBNM para ATR 72-212A.	00066.027946/2018-96
274	21/11/2018	Inclusão E190-100/-200 estação de linha SBJE; Inclusão base de manutenção SBJE para ERJ 190-100/-200.	00066.506346/2017-17
275	06/12/2018	Inclusão PR-AJY (B737-48E); Inclusão de proibição de operação de aeronaves de modelo ERJ 190-200 IGW em SBSO.	00066.023521/2018-16
276	19/12/2018	Inclusão B734 estação de linha SBFZ, inclusão base de manutenção B734 estação de linha SBFZ, exclusão PR-AJB (A320-214), PR-ATB (ATR 72-212A) e PR-AZI (ERJ 190-100 IGW); Inclusão A320-251N estação de linha SBVT; Inclusão base de manutenção SBVT para A320-251N.	00066.022507/2018-97
277	27/12/2018	Inclusão aeronave matrícula PR-YRW (A320-251N).	00066.029087/2018-70
278	28/12/2018	Inclusão aeronave matrícula PR-YRV (A320-251N).	00066.028826/2018-14
279	09/01/2019	Inclusão ATR 72-212A estação de linha SBTD; Inclusão base de manutenção SBTD para ATR 72-212A. Inclusão ATR 72-212A estação de linha SBPO.	00066.024554/2018-75
280	29/01/2019	Alteração do mínimo operacional de RVR para operações ILS CAT II referente às aeronaves modelo A330-243 na tabela B.3.2.; Adequação de texto referente à limitação de serviços de manutenção de código E, constante da tabela C.2.; Inclusão da aeronave modelo A320-251N de matrícula PR-YRX; Inclusão da estação de linha de SBPG para operação das aeronaves modelo ATR 72-212A; Inclusão de base de manutenção em SBPG para aeronaves modelo ATR 72-212A; Exclusão da aeronave modelo ATR 72-212A matrícula PR-ATE; Exclusão da estação de linha de SBPO para operação das aeronaves modelo ATR 72-212A; Inclusão da aeronave modelo A320-251N de matrícula PR-YRY.	00066.000510/2019-31

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS		REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A		338	15/12/2020

REVISÃO	DATA	RESUMO DAS MODIFICAÇÕES	PROCESSO ANAC
281	08/02/2019	Inclusão das aeronaves modelo B737-400 na estação de linha de SBBE; Inclusão da aeronave modelo A320-251N de matrícula PR-YYA; Inclusão da aeronave modelo A320-251N de matrícula PR-YYB.	00066.022510/2018-19
282	19/03/2019	Alteração de texto no item C.2 para inclusão de manutenção de linha para aeronaves B734; Alteração do código de manutenção própria na base de manutenção de SBKP para aeronaves B734; Alteração do código de manutenção própria da base de manutenção de SBKP para aeronaves A332; Autorização para transporte de artigos perigosos a partir das bases São Luis (SLZ), Joinville (JOI), Santarém (STM) e Congonhas (CGH).	00066.003912/2019-97
283	01/04/2019	Inclusão das aeronaves modelo A320-251N para operação na estação de linha de SBPL; Inclusão da aeronave modelo A320-251N de matrícula PR-YRZ.	00066.028897/2018-17
284	12/04/2019	Inclusão da estação de linha de SBPO para operação das aeronaves modelo ATR 72-212A; Atualização do documento (DOU) de Concessão para Exploração de Serviços Aéreos.	00066.523958/2017-66
285	18/04/2019	Inclusão da aeronave modelo A320-251N matrícula PR-YYC.	00066.005525/2019-95
286	09/05/2019	Inclusão da estação de linha de SBAC para operação das aeronaves modelo ATR 72-212A; Inclusão da estação de linha de SLVR para operação das aeronaves modelo ERJ 190-100/200; Inclusão dos aeródromos de SBLO e SBMG como alternado de destino e intermediário de reclearance para as aeronaves modelo A320-251N e inclusão do aeródromo de SBCT como alternado de destino e intermediário de reclearance para as aeronaves modelo B737-400; Inclusão dos aeródromos de SYCJ, SMJP, TTPP, TGPY, TLPL e TVSA como alternado de destino e intermediário de reclearance para as aeronaves modelo A330-243.	00066.000857/2019-83
287	22/05/2019	Inclusão da aeronave modelo A320-251N matrícula PR-YYE; Alteração de configuração das aeronaves modelo ATR 72-212A matrículas PR-AKA, PR-AKB, PR-AKC e PR-AKD, de PAX para QC; Exclusão das estações de linha e bases de manutenção de SBCM e SWPI; Exclusão da aeronave modelo ATR 72-212A matrícula PR-ATG.	00066.010454/2019-42
288	31/05/2019	Inclusão de nova aeronave modelo A330-941 NEO matrícula PR-ANZ; Inclusão das aeronaves modelo A330-941 na estação de linha de SBKP; Inclusão de base de manutenção de SBKP para aeronaves modelo A330-941; Inclusão das aeronaves modelo A330-941 na estação de linha de SBRF; Inclusão de base de manutenção de SBRF para aeronaves modelo A330-941; Inclusão das aeronaves modelo A330-941 na estação de linha de KFLI; Inclusão de base de manutenção de KFLI para aeronaves modelo A330-941; Inclusão das aeronaves modelo A330-941 na estação de linha de KMCO; Inclusão de base de manutenção de KMCO para aeronaves modelo A330-941; Inclusão de aeródromos de alternativa de destino, alternativa ETOPS e alternativa de redespacho para as aeronaves modelo A330-941; Inclusão da estação de linha de LPPR para operação das aeronaves modelo A330-243.	00066.008550/2019-21
289	25/06/2019	Inclusão da aeronave modelo A320-251N matrícula PR-YYD; Exclusão da aeronave modelo ATR 72-212A matrícula PR-ATP.	00066.011880/2019-01
290	02/07/2019	Inclusão da aeronave modelo A320-214 matrícula PR-AJE; Inclusão das aeronaves modelo A330-941 na estação de linha de SBCF; Inclusão de base de manutenção de SBCF para aeronaves modelo A330-941; Inclusão das aeronaves modelo A330-941 na estação de linha de SBEG; Inclusão das aeronaves modelo A330-941 na estação de linha de SBFZ; Inclusão das aeronaves modelo A330-941 na estação de linha de SBGR.	00066.012168/2019-11

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

REVISÃO	DATA	RESUMO DAS MODIFICAÇÕES	PROCESSO ANAC
291	05/07/2019	Inclusão de aprovação de operações ETOPS 120 min para as aeronaves modelo A330-941 NEO; Inclusão das aeronaves modelo A330-941 na estação de linha de LPPT; Inclusão de base de manutenção em LPPT para aeronaves modelo A330-941; Inclusão das aeronaves modelo A330-941 na estação de linha de LPPR; Inclusão de base de manutenção em LPPR para aeronaves modelo A330-941; Inclusão de base de manutenção em LPPR para aeronaves modelo A330-243.	00066.003683/2019-19
292	12/07/2019	Inclusão da aeronave modelo A320-251N matrícula PR-YYF; Inclusão das bases de SBFL, SBPC, SBJI e SSKW para o transporte de artigos perigosos (DGR); Inclusão das aeronaves modelo B737-400 na estação de linha de SBGR; Inclusão de base de manutenção em SBGR para aeronaves modelo B737-400.	00066.013213/2019-55
293	08/08/2019	Inclusão das aeronaves modelo A320 na estação de linha de SBFI; Inclusão das aeronaves modelo A320 na estação de linha de SBSN; Inclusão das aeronaves modelo A320 na estação de linha de SBCG; Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-100 e ERJ 190-200 LR na estação de linha de SBKA; Inclusão do aeródromo de SBPV para alternativa de destino e de redespacho para as aeronaves modelo B737-400; Alteração do nível de manutenção na base de manutenção de SBGR para as aeronaves modelo A320; Alteração dos serviços de manutenção na base SBKP para aeronaves modelo B734; Inclusão da aeronave matrícula PR-AIS modelo A330-243; Inclusão das bases de KMIA, KFL e KMCO para o transporte de artigos perigosos (DGR), exceto COMAT.	00066.008233/2019-12
294	23/08/2019	Exclusão de restrição de certificação das operações ETOPS 120 min para as aeronaves modelo A330-941 NEO, tabela B.4; Inclusão da aeronave modelo A320-251N matrícula PR-YYL; Exclusão das aeronaves matrícula PR-ATH (ATR 72-212A) e PR-AYR (ERJ 190-200); Inclusão das aeronaves modelo A320 na estação de linha de SBJU.	00066.015569/2019-23
295	30/08/2019	Inclusão da aeronave modelo A320-251N matrícula PR-YYH; Alteração de modelo e PMD das aeronaves matrícula PR-AUQ, PR-AYY, PR-AYE, PR-AXS, PR-AUP, PR-AYO, PR-AXE e PR-AXB, de ERJ 190-200 IGW para ERJ 190-200 LR; Inclusão das aeronaves modelo A320 na estação de linha de SBIZ; Alteração de modelo e PMD das aeronaves matrícula PR-AXU e PR-AXW, de ERJ 190-200 IGW para ERJ 190-200 LR.	00066.016637/2019-71
296	13/09/2019	Alteração de modelo e PMD das aeronaves matrícula PR-AXI e PR-AXK, de ERJ 190-200 IGW para ERJ 190-200 LR; Alteração de modelo e PMD das aeronaves matrícula PR-AUF, PR-AUH e PR-AXF, de ERJ 190-200 IGW para ERJ 190-200 LR.	00066.020177/2019-86
297	27/09/2019	Alteração de modelo e PMD das aeronaves matrícula PR-AUB, PR-AUC, PR-AUE e PR-AUK, de ERJ 190-200 IGW para ERJ 190-200 LR; Alteração de modelo e PMD das aeronaves matrícula PR-AXT, PR-AXA, PR-AUM, PR-AUJ e PR-AUN, de ERJ 190-200 IGW para ERJ 190-200 LR; Alteração de estágio de ruído (4 para 5) das aeronaves modelo A330-243; Inclusão dos aeródromos SAVC, SAVT, SAZN e SBCJ como alternativa de destino e de redespacho para as aeronaves modelo A320; Inclusão da estação de linha de SAZS para operação das aeronaves modelo A320; Inclusão da estação de linha de SBMA para operação das aeronaves modelo A320; Exclusão da configuração de aeronave nº 3 (ERJ 190-200 IGW), devido à alteração e não existência de aeronave cadastrada nas EO nesta configuração.	00066.020961/2019-94
298	30/09/2019	Parte C.6: Inclusão de alternados de destino e ETOPS p/ o A339; Inclusão de alternado ETOPS p/ o A332.:	00066.019532/2019-74

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

REVISÃO	DATA	RESUMO DAS MODIFICAÇÕES	PROCESSO ANAC
299	18/10/2019	Inclusão de base de manutenção em SBCA para aeronaves modelo ERJ 190-100/200; Alteração de modelo e PMD da aeronave matrícula PR-AYX, de ERJ 190-200 IGW para ERJ 190-200 LR; Alteração de estágio de ruído (4 para 5) das aeronaves modelo A320-251N; Inclusão do novo modelo ERJ 190-400 (E295) e suas respectivas autorizações.	00066.005207/2019-24
300	31/10/2019	Correção da tabela B.4 para exclusão da aplicabilidade das autorizações de SBSP e SBRJ para as aeronaves modelo ATR 72-212A; Inclusão da aeronave modelo A320-251N matrícula PR-YYI; Inclusão de base de manutenção em SBPA para aeronaves modelo ERJ 190-400; Inclusão de base de manutenção em SBCT para aeronaves modelo ERJ 190-400; Exclusão das aeronaves modelo ERJ 190-100/200 IGW matrícula PR-AZD e PR-AYU; Exclusão da configuração 7 referente ao modelo ERJ 190-200 IGW.	00066.024598/2019-86
301	08/11/2019	Correções e inclusões referentes aos tipos ICAO AT76, E195 e A20N; Inclusão da aeronave modelo A330-941 matrícula PR-ANY; Alteração das observações referentes às aprovações para transporte de artigos perigosos; Inclusão da aeronave modelo ERJ 190-400 matrícula PS-AEA.	00066.022241/2019-63
302	27/11/2019	Inclusão PS-AEB (ERJ 190-400/E295); Inclusão B734 estação de linha SBSV; Inclusão base de manutenção SBSV para B734; Inclusão B734 estação de linha SBVT; Inclusão base de manutenção SBMO para E295.	00066.023387/2019-26
303	06/12/2019	Inclusão AT72 estação de linha SBME; Inclusão AT72 estação de linha SBAQ; Inclusão A320/A20N estação de linha SBJE; Inclusão A320/A20N estação de linha SBCH; Inclusão da aeronave modelo A320-251N matrícula PR-YSC.	00066.024488/2019-14
304	18/12/2019	Inclusão da aeronave modelo A320-251N matrícula PR-YYG; Inclusão da aeronave modelo ERJ 190-400 matrícula PS-AEC; Correção da autorização referente à inclusão de base de manutenção em SBSV para as aeronaves modelo ERJ 190-400; Inclusão da aeronave modelo A320-251N matrícula PR-YSB.	00066.019978/2019-07
305	27/12/2019	Inclusão da aeronave PR-YSF (A320-251N), inclusão da operação do modelo A320 em SBNF.	00066.027496/2019-12
306	30/12/2019	Inclusão do modelo A321-NX e da aeronave PR-YJA	00066.005204/2019-91
307	02/01/2020	Inclusão de aeródromos de alternativa e redespacho para o modelo A321-NX: SBBE, SBCT, SBSN, SBSG, SBFL e SBFZ	00066.029374/2019-61
308	03/01/2020	Inclusão da aeronave PR-YSD (A320-251N)	00066.027488/2019-76
309	08/01/2020	Inclusão da aeronave modelo A320-251N matrícula PR-YSE; Inclusão da aeronave modelo A320-251N matrícula PR-YSA; Inclusão de base de manutenção em SBEG para aeronaves modelo A321-251NX; Inclusão de base de manutenção em SBSV para aeronaves modelo A321-251NX; Inclusão de base de manutenção em SBMO para aeronaves modelo A321-251NX; Inclusão de base de manutenção em SBPL para aeronaves modelo A320.	00066.027491/2019-90
310	15/01/2020	Inclusão de SBAR e SBSJ como alternado de destino e redespacho para as aeronaves A21N; Inclusão de SBVH como alternado de destino e redespacho para aeronaves B734; Inclusão de SBCG, SBDN, SBCY, SBPV, SBRB, SBGL, SBSJ, SBJU, SBTE, SBSL, SBVH e SBFZ como alternado de destino e redespacho para aeronaves E295.	00066.030224/2019-08
311	20/01/2020	Aprovação de operações de aproximação ILS CAT II para aeronaves modelo A330-941.	00066.008550/2019-21
312	23/01/2020	Inclusão da estação de linha de SSGG para operação das aeronaves modelo ATR 72-212A; Inclusão das aeronaves modelo A321-251NX na estação de linha de SBFZ; Inclusão das aeronaves modelo A321-251NX na estação de linha de SBBE; Alteração do nível dos serviços de manutenção na base SBKP para aeronaves modelo ERJ 190-400.	00066.022712/2019-33

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

REVISÃO	DATA	RESUMO DAS MODIFICAÇÕES	PROCESSO ANAC
313	12/02/2020	Inclusão de base de manutenção em SBFZ para aeronaves A21N; Inclusão de base de manutenção em SBBE para aeronaves A21N; Inclusão da estação de linha de SBVC para operação das aeronaves ATR 72 e E190/E195; Inclusão de base de manutenção de SBVC para aeronaves modelo ERJ 190-100/200; Exclusão da estação de linha de SBQV; Inclusão de base de manutenção em SBSN para aeronaves modelo A320; Exclusão da aeronave modelo ERJ 190-100 matrícula PR-AZF e Inclusão das aeronaves modelo A320 na estação de linha de SOCA.	00066.002138/2020-31
314	21/02/2020	Inclusão de base de manutenção em SBCF para aeronaves modelo A321-251NX; Exclusão da aeronave modelo A320-214 matrícula PR-AJE e autorizações relacionadas ao modelo A320-214.	00066.000558/2020-82
315	04/03/2020	Inclusão da aeronave modelo A320-251N matrícula PR-YYJ; Alteração do Gestor Responsável no Pessoal de Administração Requerido; Inclusão da aeronave modelo ERJ 190-400 (E295) matrícula PS-AED; Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-400 na estação de linha de SBCY.	00066.004824/2020-46
316	10/03/2020	Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-400 nas estações de linha de SBFL, SBCG, SBGR, SBVT, SBFZ, SBSG, SBGO, SBPS, SBPL e SBLO; Inclusão da aeronave modelo A321-251NX matrícula PR-YJB.	00066.001637/2020-19
317	25/03/2020	Inclusão das aeronaves modelo ATR 72-212A na estação de linha de SBJA; Inclusão das aeronaves modelo A320-251N e A321-251NX na estação de linha de SBRP; Inclusão de diversos aeródromos de alternativa de destino e redespacho para as aeronaves modelo A320, A321, E295 e B734; Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-400 na estação de linha de SBBE.	00066.001578/2020-71
318	27/03/2020	Inclusão das aeronaves modelo A320-251N e A321-251NX na estação de linha de SBPJ; Inclusão dos aeródromos de alternativa de SBMA e SBCJ para as aeronaves modelo A321-251NX; Inclusão da estação de linha de SULS para operação das aeronaves modelo ERJ 190-100/200/400.	00066.001559/2020-44
319	02/04/2020	Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-400 na estação de linha de SBAR; Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-400 na estação de linha de SBRF; Aprovação de operações de aproximação ILS CAT II para aeronaves modelo ERJ 190-400.	00066.002432/2020-42
320	08/04/2020	Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-400 nas estações de linha de SBGL, SBRP, SUMU, SBMG, SBFI e SAEZ.	00066.007613/2020-65
321	14/04/2020	Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-400 nas estações de linha de SBPJ, SBFN, SBJU, SBEG, SBMK, SBSL, SBTT e SBTF; Inclusão das aeronaves modelo A321-251NX nas estações de linha de SBPV, SBSL, SBVT; Inclusão das aeronaves modelo A320-251N na estação de linha de SBUL; Inclusão das aeronaves modelo A321-251NX nas estações de linha de SBBR, SBCG, SBFL e SBPL; Inclusão de base de manutenção em SBAQ para aeronaves modelo ATR 72-212A; Inclusão de base de manutenção em SOCA para aeronaves modelo A320-251N; Inclusão de base de manutenção em SBGL para aeronaves modelo B737-400.	00066.009292/2020-33
322	23/04/2020	Inclusão das aeronaves modelo A330-243 e A330-941 na estação de linha de SBBE; Alteração de código de manutenção da base de manutenção em SBKP para aeronaves modelo A330-941; Inclusão das aeronaves A21N em SBMQ, SBMA, SBSN e SBTE; Inclusão das aeronaves A20N em SBSR; Inclusão das aeronaves E295 em SBHT, SBBV, SBMQ, SBSN, SBSR, SBTE, SBMA, SBNF, SBSI e SBCH.	00066.010310/2020-20
323	29/04/2020	Inclusão do A21N em SBCY; Inclusão do A20N em SBJA; inclusão do A339 em SBSG; inclusão do E295 em: SBRD, SBIZ, SBIL, SBKG, SBJA, SBJV, SBPV e SBUL.	00066.007180/2020-48
324	04/05/2020	a) Inclusão do A21N em: SBSG, SBPS, SBAR, SAEZ, SBCT, SBGO e SBJA; b) Inclusão do A20N em SBHT; c) Remoção do A21N da tabela C.6 (aeródromos de alternativa) em: SAEZ, SBAR, SBPS e SBSG.	00066.002433/2020-97

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS		REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A		338	15/12/2020

REVISÃO	DATA	RESUMO DAS MODIFICAÇÕES	PROCESSO ANAC
325	06/05/2020	Autorização para transporte de carga na cabine de passageiros de aeronaves A20N, A332 e A339 (B.5).	00066.011720/2020-98
326	11/05/2020	Inclusão de autorização para operação emergencial de transporte de carga proveniente da China.	00066.013097/2020-16
327	03/06/2020	Inclusão de base de manutenção em SBGO para as aeronaves modelo ERJ 190-400; Inclusão de base de manutenção em SBVT para as aeronaves modelo ERJ 190-400; Inclusão das aeronaves modelo A321-251NX na estação de linha de SOCA; Inclusão das aeronaves modelo A321-251NX na estação de linha de SAZS; Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-400 na estação de linha de SOCA; Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-100/200 na estação de linha de SBVH; Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-100/200 na estação de linha de SBDO; Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-400 nas estações de linha de SBCN, SBDN, SBJE, SBPB e SBVH; Inclusão das aeronaves modelo A320-251N na estação de linha de SBKG; Inclusão das aeronaves modelo A320-251N na estação de linha de SBMG; Inclusão das aeronaves modelo A320-251N e A321-251NX na estação de linha de SULS; e Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-100/200 na estação de linha de SBAC.	00066.012874/2020-05
328	05/06/2020	Inclusão de autorização para operação em aeroporto especial das aeronaves modelo A320-251N no aeródromo de SBRJ; Inclusão de autorização para operação em aeroporto especial das aeronaves modelo A320-251N no aeródromo de SBSP; Inclusão de base de manutenção em SBRJ para as aeronaves modelo A320-251N.	00066.001188/2019-67
329	12/06/2020	Inclusão de base de manutenção em SBSP para aeronaves modelo A320-251N; Inclusão dos aeródromos de GBYD, GUCY, KRSW, GMMX, GCRR, KJFK, TXKF e KCHS como alternativa de redespacho e ETOPS para aeronaves modelo A332 e A339; Inclusão dos aeródromos de KIAD, KBOS, KPHL, KCLT, KEWR, LEBL e LEAL como alternativa de destino e de redespacho para aeronaves modelo A332 e A339; Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-100/200 na estação de linha de SBAU; Inclusão das aeronaves modelo A320-251N e A321-251NX na estação de linha de SBLO; Inclusão das aeronaves modelo A320-251N na estação de linha de SUMU; e Inclusão das aeronaves modelo A321-251NX na estação de linha de SUMU.	00066.014645/2020-17
330	26/06/2020	Exclusão da estação de linha de SBFE para operação das aeronaves modelo ATR 72-212A e ERJ 190-100/200; Inclusão de base de manutenção em SBFL para as aeronaves modelo ERJ 190-400; Inclusão de base de manutenção em SBNF para as aeronaves modelo A320-251N.	00066.007936/2020-59
331	24/07/2020	Inclusão das aeronaves modelo A320-251N na estação de linha de SBSI; Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-400 na estação de linha de SBDO; Inclusão das aeronaves modelo A321-251NX nas estações de linha de SBIZ, SBJE e SBJU; Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-400 nas estações de linha de SBAT e SBVC; Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-400 nas estações de linha de SBCR, SBCX, SBDB e SBSO; Inclusão das aeronaves modelo A321-251NX nas estações de linha de KFLL e SBKG; Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-400 nas estações de linha de SACO, SBKA e SBZM; e Exclusão da estação de linha de SNVB para operação das aeronaves modelo ERJ 190-100/200.	00066.015527/2020-26
332	31/07/2020	Autorização parcial de operações de aproximação ILS CAT II para as aeronaves modelo A320-251N.	00066.004105/2019-91
333	06/08/2020	Autorização de operações de aproximação RNP APCH BARO-VNAV para as aeronaves modelo A320-251N e A321-251NX; Autorização de operações RNAV 10 para as aeronaves modelo A320-251N e A321-251NX; Autorização de operações RNP 4 para as aeronaves modelo A330-243 e A330-941; e Autorização parcial de operações com a utilização de EFB para as aeronaves modelo A320-251N e A321-251NX.	00066.007536/2020-43

	ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS	REVISÃO	DATA
	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A	338	15/12/2020

REVISÃO	DATA	RESUMO DAS MODIFICAÇÕES	PROCESSO ANAC
334	21/08/2020	Alteração de nível da base de manutenção de SBGR para as aeronaves modelo A321-251NX; Alteração de nível da base de manutenção de SBKP para as aeronaves modelo A321-251NX; Inclusão das aeronaves modelo A321-251NX nas estações de linha de SBJP, SBMG e SBNF; Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-400 nas estações de linha de SBAC e SBAU; Inclusão das aeronaves modelo A321-251NX nas estações de linha de SBCH, SBSR e SBUL; Exclusão da tabela D.1 - "Aeronaves Autorizadas"; e Exclusão da coluna de "Operação Regular" para as bases referentes às aeronaves modelo B737-400.	00066.010373/2020-86
335	25/09/2020	Autorização de transporte de carga sobre o piso na cabine de passageiros das aeronaves E195 especificamente autorizadas; e Inclusão do aeródromo de SBRB como alternativa de destino e redespacho para aeronaves modelo ATR 72-212A.	00066.017775/2020-10
336	11/11/2020	Alteração da descrição do nível de manutenção código B; Inclusão de base de manutenção em SBCG para as aeronaves modelo A320-251N; Alteração de nível de manutenção em SBPA para as aeronaves modelo A320-251N; Inclusão das aeronaves modelo A320-251N na estação de linha de SBIL; Inclusão das aeronaves modelo A320-251N na estação de linha de SBMK.	00066.021819/2020-06
337	08/12/2020	Autorização parcial de operações de aproximação ILS CAT III para as aeronaves modelo A330-243 e A330-941; Inclusão das aeronaves modelo A320-251N na estação de linha de SBPB; Inclusão das aeronaves modelo A320-251N na estação de linha de SBDN; Inclusão das aeronaves modelo ERJ 190-400 na estação de linha de SBJP; e Inclusão das aeronaves modelo A320-251N na estação de linha de SBAE.	00066.004744/2019-57
338	15/12/2020	Autorização de operações CPDLC e ADS-C para as aeronaves modelo A330-243 e A330-941; e Alteração do Piloto Chefe no Pessoal de Administração Requerido.	00066.004509/2020-19



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Gonçalves Coutinho, Gerente Técnico**, em 15/12/2020, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **5139301** e o código CRC **D30DABA3**.

LISTA DE CONFERÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO

Nº	DOCUMENTO	FOLHAS N. (*)	v
1	Autorização para funcionamento jurídico emitida pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC	3	
2	Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com todas as alterações e/ou consolidação e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.	4 a 16	
3	Para o representante legal: cédula de identidade oficial e documentação que comprove sua condição	17 a 21	
4	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ	22	
5	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da pessoa jurídica, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o serviço.	22	
6	Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual (da sede e do Estado de Goiás), Municipal e do Distrito Federal do domicílio ou sede da pessoa jurídica, mediante certidões fornecidas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil - Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão pela Fazenda Estadual ou do Distrito Federal, que esteja dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos cento e oitenta dias quando o prazo de validade não estiver expresso pela Fazenda Municipal, que esteja dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos cento e oitenta dias quando o prazo de validade não estiver expresso	22 a 25	
10	Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pelo órgão gestor, que esteja dentro do prazo de validade expresso no próprio certificado;	26	
11	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em obediência ao inciso V do art. 29 da Lei 8.666, de 1993, incluído pela Lei 12.440, de 2011, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão	27	
12	Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da Sede da Companhia, dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos cento e oitenta dias, se a validade não estiver expressa na certidão	28	

Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, torre Jatobá, Tamboré.
Barueri / SP - CEP 06460-040

13	Empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.	Não se aplica	
14	Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.	29 a 155	
15	Certificado Empresa de Transporte Aéreo (ETA), emitido pela Gerência de Operações da Aviação Geral da ANAC, válido, nos termos do item 119.40 do RBAC nº 119; *COA	156	
16	Outorga de concessão para explorar serviços de transporte aéreo regular, expedida pela ANAC ou pelo(a) Presidente da República;	157 a 164	
17	Especificações Operativas (EO), emitidas pela ANAC e emendas, se houver, conforme previsão do item 119.51 do RBAC n. 119.	165 a 198	
18	pedido de credenciamento e lista de conferência da documentação, conforme modelo constante do Anexo nº 4;	199 a 200	
19	ficha cadastral, conforme modelo constante do Anexo nº 5;	201 a 202	
20	declaração de inexistência de fatos impeditivos ao credenciamento, nos termos do Anexo nº 6;	203	
21	declaração de não possuir em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do Anexo nº 7.	204	
	(*) Indique nesta coluna o número da folha do documento correspondente. OBSERVAÇÃO: Esta relação deve capear o conjunto dos documentos de habilitação, cujas folhas devem estar numeradas em ordem sequencial.		

PEDIDO DE CREDENCIAMENTO E PROPOSTA DE DESCONTO

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Ref.: PEDIDO DE CREDENCIAMENTO – Edital de Credenciamento n. 1/2021

Prezados Senhores,

Após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital em referência, apresentamos nosso pedido de credenciamento, tal como consignado no mencionado ato convocatório e seus anexos, com os quais concordamos plenamente.

O valor de desconto proposto é de 3% (três por cento) sobre rotas operadas exclusivamente pela Azul.

Barueri/SP, 19 de fevereiro de 2021.

AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.

RENE SANTIAGO DOS SANTOS

CNPJ: 09.296.295/0001-60

Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, torre Jatobá, Tamboré. Barueri / SP - CEP 06460-040

A **AZUL** se coloca à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, através do Srt Danielly da Costa Paim no telefone (62) 98401-4629 e no e-mail Danielly.paim@voeazul.com.br.

Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, torre Jatobá, Tamboré.
Barueri / SP - CEP 06460-040

FICHA CADASTRAL DA CREDENCIADAFICHA CADASTRAL/DADOS BANCÁRIOS CNPJ: **09.296.295/0001-60**RAZÃO SOCIAL: **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.**

NOME FANTASIA: -

ENDEREÇO: Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, Torre Jatobá			
BAIRRO: Tamboré	CIDADE: Baruei	UF: SP	CEP: 06460-040
E-MAIL: comercial@voeazul.com.br			

SITE: <https://www.voeazul.com.br/>**CONTATO:****NOME:** Danielly Paim**TELEFONES:** 62 98401-4629**E-MAIL:** Danielly.paim@voeazul.com.br**REPRESENTANTE LEGAL:****NOME:** Rene Santiago dos Santos**CARGO:** Diretor Financeiro - procurador**CPF:** 125.488.008-90**RG:** 19.502.311-0**EMISSOR:** SSP/SP

Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, torre Jatobá, Tamboré.
Barueri / SP - CEP 06460-040

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: Itaú

Número do Banco: 341

Agência: 0910

Conta Corrente: 10328-2

Barueri/SP, 19 de fevereiro de 2021.

AZUL LINHA ÁREAS BRASILEIRAS S.A.

Rene Santiago dos Santos

Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, torre Jatobá, Tamboré.
Barueri / SP - CEP 06460-040

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.296.295/0001-60., por intermédio de seu representante legal, o Sr. **RENE SANTIAGO DOS SANTOS**, portador da Carteira de Identidade nº 19.502.311-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 125.488.008-90, sediada Av. Marcos Penteadó de Ulhôa Rodrigues, nº 939, torre Jatobá, Tamboré. Barueri / SP - CEP 06460-040 **DECLARA**, perante a Lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para o seu credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Barueri/SP, 19 de fevereiro de 2021.

AZUL LINHA ÁREAS BRASILEIRAS S.A.

RENE SANTIAGO DOS SANTOS

Av. Marcos Penteadó de Ulhôa Rodrigues, nº 939, torre Jatobá, Tamboré.
Barueri / SP - CEP 06460-040

DECLARAÇÃO SOBRE O ART. 27, V, DA LEI N. 8.666/93

A Empresa de Transporte Aéreo **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.296.295/0001-60., por intermédio de seu representante legal, o Sr. **RENE SANTIAGO DOS SANTOS**, portador da Carteira de Identidade nº 19.502.311-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 125.488.008-90, sediada Av. Marcos Penteados de Ullhôa Rodrigues, nº 939, torre Jatobá, Tamboré. Barueri / SP - CEP 06460-040 **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

(X) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Barueri/SP, 19 de fevereiro de 2021.

AZUL LINHA ÁREAS BRASILEIRAS S.A.

RENE SANTIAGO DOS SANTOS

Av. Marcos Penteados de Ullhôa Rodrigues, nº 939, torre Jatobá, Tamboré.
Barueri / SP - CEP 06460-040

CRENCIAMENTO - AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A. AO EDITAL N. 01.2021 - SEEL.pdf

Código do documento 4716acf0-b386-4c6a-bbd1-2f7225464b3a



Assinaturas



Renê Santiago dos Santos
rene.santos@voeazul.com.br
Assinou como parte



Danielly da Costa Paim
Danielly.paim@voeazul.com.br
Acusou recebimento



Joaquim domingos de oliveira
joaquim.oliveira@voeazul.com.br
Acusou recebimento



Eventos do documento

19 Feb 2021, 17:08:02

Documento número 4716acf0-b386-4c6a-bbd1-2f7225464b3a **criado** por BIANCA VENTURINI SIMOES (Conta 0fd1d9e6-0b3f-4785-81fd-440bcb8a4ea4). Email :bianca.simoes@voeazul.com.br. - DATE_ATOM: 2021-02-19T17:08:02-03:00

19 Feb 2021, 17:11:42

Lista de assinatura **iniciada** por BIANCA VENTURINI SIMOES (Conta 0fd1d9e6-0b3f-4785-81fd-440bcb8a4ea4). Email: bianca.simoes@voeazul.com.br. - DATE_ATOM: 2021-02-19T17:11:42-03:00

19 Feb 2021, 17:26:09

DANIELLY DA COSTA PAIM **Acusou recebimento** - Email: Danielly.paim@voeazul.com.br - IP: 189.63.33.112 (bd3f2170.virtua.com.br porta: 47268) - **Geolocalização: -16.6592512 -49.201152** - Documento de identificação informado: 969.510.601-34 - DATE_ATOM: 2021-02-19T17:26:09-03:00

19 Feb 2021, 17:52:38

RENÊ SANTIAGO DOS SANTOS **Assinou como parte** (Conta ef09ffe9-4400-4119-865f-2676b7743769) - Email: rene.santos@voeazul.com.br - IP: 201.77.225.7 (exsmtp578a.voeazul.com.br porta: 12606) - **Geolocalização: -23.016243199999998 -47.1269376** - Documento de identificação informado: 125.488.008-90 - DATE_ATOM: 2021-02-19T17:52:38-03:00

19 Feb 2021, 17:56:28

JOAQUIM DOMINGOS DE OLIVEIRA **Acusou recebimento** (Conta 1fd700b4-a518-4e3f-9c68-0f6834d59682) - Email: joaquim.oliveira@voeazul.com.br - IP: 201.77.225.7 (exsmtp578a.voeazul.com.br porta: 4496) -



221 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 19 de fevereiro de 2021,
17:57:31



Geolocalização: -23.016243199999998 -47.1269376 - Documento de identificação informado: 046.057.628-33 -
DATE_ATOM: 2021-02-19T17:56:28-03:00

Hash do documento original

(SHA256):be6319fdc2d80a23554c434509b132bfbf4029a373b9e3a21283b079abf8c333

(SHA512):f2b7bacab9308b75a7256e3fd314153eb3d4f002a7128062348fbf95642816e1e6be612aaddbe13790b7d3adac5b7943a5da9795fa022caa8b37072981f138d4

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign